

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**Guilherme Dornelas Camara**

***A Práxis no Jornal Boca de Rua:  
De “Gente Invisível” a Questionadores do Mundo***

**Porto Alegre  
2008**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Guilherme Dornelas Camara**

**A *PRÁXIS* NO JORNAL BOCA DE RUA:  
DE “GENTE INVISÍVEL” A QUESTIONADORES DO MUNDO**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Administração da Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul como requisito parcial  
para obtenção do título de Mestre em  
Administração.**

**Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Aida Maria Lovison**

**Porto Alegre  
2008**

**Guilherme Dornelas Camara**

**A PRÁXIS NO JORNAL BOCA DE RUA:  
DE “GENTE INVISÍVEL” A QUESTIONADORES DO MUNDO**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.**

**Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Aida Maria Lovison**

Conceito final:

Aprovado em ..... de .....de.....

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Luiz Carlos Bombassaro – FACED/UFRGS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elaine di Diego Antunes – EA/UFRGS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Ceci Araújo Misoczky – EA/UFRGS

---

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Aida Maria Lovison – EA/UFRGS

À memória de Lair Dornelas

## AGRADECIMENTOS

Às energias positivas emanadas que contribuíram para que eu chegasse até aqui.

À professora Aida, pelas orientações, pelo respeito, pela extrema dedicação e por me alçar aos ombros de gigantes.

Aos integrantes do Boca de Rua, por permitirem a pesquisa, pelo convívio e pelos valiosos ensinamentos.

À ALICE, pelas portas abertas. Em especial à Rosina, pelas conversas após as reuniões.

À minha mãe, por vencer a distância e sempre me prover com a sua Presença.

Ao meu pai, pelo incentivo, pelo interesse e pela merenda.

Ao meu irmão, por tanta compreensão e pelo empenho.

À minha madrinha, por ser mãe.

Ao Fábio e à Patrícia, por serem irmãos e à Cristiane, por ter me incentivado desde sempre.

Ao Lucas, que nos últimos dois anos foi companheiro nas disciplinas, nas agruras e nas conquistas.

Aos amigos que fiz em Porto Alegre: Rafa e Diogo, pela amizade tão desinteressada; Romualdo, pelo convívio no primeiro ano do mestrado; Christine, pela preocupação; Eduardo e Jorge, por tantas conversas e cafés; Sueli, pelo convívio cultural; Vecchio, pela parceria nas viagens e, principalmente, pela moradia; Alexandra, pelos abraços tão necessários; Gustavo, Bira e Theodoro, por estarem por perto tanto nos momentos difíceis quanto nos alegres; Allan, pelo pensamento positivo; Fabi, por ser tão querida e dedicada; Joysi, pela atenção e companheirismo.

À professora Maria Ceci, à professora Elaine e ao professor Bombassaro, por aceitarem o convite a constituir a banca de avaliação.

À Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo auxílio financeiro.

*Será esse nosso desengonço e mundo o plano - intersecção de planos - onde se completam de  
fazer as almas?*

*Se sim, a 'vida' consiste em experiência extrema e séria; sua técnica - ou pelo menos parte -  
exigindo o consciente alijamento, o despojamento de tudo o que obstrui o crescer da alma, o  
que a atulha e soterra? Depois, o 'salto mortale'... - digo-o, do jeito, não porque os  
acrobatas italianos o aviventaram, mas por precisarem de toque e timbre novos as comuns  
expressões, amortecidas... E o julgamento-problema, podendo sobrevir com a simples  
pergunta: - 'Você chegou a existir?'*

*Sim? Mas, então, está irremediavelmente destruída a concepção de vivermos em agradável  
acaso, sem razão nenhuma, num vale de bobagens? Disse. Se me permite, espero, agora, sua  
opinião, mesma, do senhor, sobre tanto assunto. Solicito os reparos que se digne dar-me, a  
mim, servo do senhor, recente amigo, mas companheiro no amor da ciência, de seus  
transviados acertos e de seus esbarros titubeados. Sim?*

*João Guimarães Rosa, O Espelho*

## RESUMO

O objetivo desta Dissertação é analisar a *práxis* dos integrantes do Jornal Boca de Rua, Projeto integrado à ONG ALICE. Por meio dessa iniciativa concretizada em 2000, a ONG orienta moradores de rua de Porto Alegre na produção e na venda de um veículo de comunicação alternativa voltado ao seu cotidiano. Nesse trabalho, o Boca de Rua, campo empírico da pesquisa, foi estudado a partir da perspectiva do desposicionamento dos Estudos Organizacionais, a qual enfatiza a natureza processual da organização e a construção local de identidades, considerando a organização social como fluida, plural, móbil e transparente. A Dissertação foi elaborada em duas etapas. Na primeira, com base em uma postura fenomenológica, é elaborada a apresentação do Boca de Rua. Quanto ao Referencial, ele está organizado em torno dos seguintes Eixos Teóricos, respectivamente: a Teoria Crítica da sociedade, a proposta de Alberto Guerreiro Ramos para uma Sociedade Multicêntrica, com destaque a elementos centrais da sua teoria para a delimitação de sistemas sociais, ou paradigma paraeconômico, e a Ética da Alteridade, de Emmanuel Lévinas. Na segunda etapa deste estudo, com base nos dados empíricos, foi realizada a análise teórico-empírica dos processos de organização do Boca de Rua. A sua consecução, em uma perspectiva crítica, teve como suporte os princípios da Fenomenologia Dialética.

**Palavras-chave:** Fenomenologia descritiva, Fenomenologia Dialética, ética da alteridade, paradigma paraeconômico, Teoria Crítica, *práxis*.

## ***ABSTRACT***

The aim of this thesis is to analyze the *praxis* of the members of Jornal Boca de Rua, a Project of the NGO ALICE. With this initiative, established since August, 2000, the NGO supports homeless people from Porto Alegre in the production and selling of an alternative vehicle of communication which concerns their daily life at the streets. In this study, Boca de Rua is approached since the project of depositioning Organization Studies which highlights the processual nature of organizations and local construction of identities, working towards the dislocation, displacement or depositioning of traditional conceptions of organization. What is evident in these discourses is a tendency to consider social organization as fluid, plural, mobile, transparent and locally constructed. The research was arranged in two phases. In the first one, the author assumes a phenomenological approach in such a way that required references were organized in three main theoretical axles: the Critical Theory of society, Alberto Guerreiro Ramos's proposal for a multicentric society, stressing important elements for his theory of social systems delimitation, and the Ethics of Otherness of Emmanuel Lévinas. In the second phase of this research, based on empirical data, the author presents his theoretical-empirical analysis of the organization processes of Boca de Rua. This moment constitutes a critical reflection upon these processes, based on theoretical and empirical elements which were organized according to Dialectics Phenomenology principles.

**Keywords:** Descriptive Phenomenology, Dialectics Phenomenology, ethics of otherness, paraeconomics paradigm, Critical Theory, *praxis*.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2 SOBRE A DISSERTAÇÃO: SUA ORIGEM E FUNDAMENTOS</b> .....	15
2.1 A ORIGEM DO TEMA DE DISSERTAÇÃO.....	15
2.2 A FACTICIDADE DA EXISTÊNCIA SOCIAL.....	20
2.3 O SISTEMA DAS MÍDIAS .....	23
<b>3 MORADORES DE RUA: DE “GENTE INVISÍVEL” A QUESTIONADORES DO MUNDO</b> .....	26
3.1 O BOCA DE RUA: O PONTO DE PARTIDA FENOMENOLÓGICO .....	26
3.2 O BOCA DE RUA E A SUA PRÁXIS .....	28
3.3 O PROJETO BOQUINHA.....	39
3.4 ALGUNS EPISÓDIOS DE REFERÊNCIA .....	40
<b>3.4.1 A tomada de decisão e exercício de liderança</b> .....	40
<b>3.4.2 A pena contra a “chinelagem”</b> .....	42
<b>3.4.3 O uso do espaço público</b> .....	43
<b>3.4.4 Enfrentando mudanças</b> .....	44
<b>3.4.5 A ALICE e o Empreendedorismo Social</b> .....	44
<b>3.4.6 A saída de Belo</b> .....	46
<b>4 REPOSICIONAMENTO DOS PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS: A FENOMENOLOGIA DIALÉTICA</b> .....	47
<b>5 EIXOS TEÓRICOS DA DISSERTAÇÃO</b> .....	52
5.1 A TEORIA CRÍTICA DA SOCIEDADE .....	52
<b>5.1.1 O indivíduo no sistema do capital e os moradores de rua</b> .....	55
5.2 A NATUREZA PROCESSUAL DA ORGANIZAÇÃO BOCA DE RUA .....	59
5.3 A ÉTICA DA ALTERIDADE NAS ORGANIZAÇÕES .....	65
<b>6 REFLEXÕES SOBRE A PRÁXIS NO BOCA DE RUA</b> .....	70
6.1 AS CONDIÇÕES HISTÓRICAS DA VIDA DOS MORADORS DE RUA E O BOCA DE RUA .....	70
6.2 A VIVÊNCIA NO BOCA DE RUA E SEUS IMPACTOS NA AUTO-PERCEPÇÃO DOS MORADORES DE RUA .....	78
6.3 O BOCA DE RUA E O PARADIGMA PARAECONÔMICO .....	90
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	100
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	104

## 1 INTRODUÇÃO

Escrever um texto implica determinar o seu ponto de partida. Nesta Dissertação, tal posição não se refere a um mero lugar geográfico, nem a um aparato conceitual do qual nos utilizaríamos para cernir racionalmente o objeto de estudo. A nossa posição neste trabalho se estabelece desde a facticidade das condições em que se dá a vida dos moradores de rua. Somos por eles interpelados, do mesmo modo que suas Vidas tanto na dimensão pública, quanto privada, tal como os demais membros da sociedade, não são opacas à influência da informação e à lógica do mercado. Na sociedade capitalista, a Vida passou a fazer parte da esfera do mero consumo, engendrando um modo de existir que, muitas vezes, não constitui ser (FROMM, 1987). Ou seja, a lógica de globalização do sistema do capital não está apta a possibilitar o acesso de todos os indivíduos às condições mais elementares que garantam as dimensões privada e pública de sua existência.

Emergem, desde aí, os moradores de rua como um gênero humano cujos direitos têm sido sistematicamente negados, seres humanos cujo acesso à moradia, à educação formal, às políticas públicas de saúde e assistência social, bem como ao trabalho é difícil. Marginalizados pela sociedade, tais indivíduos têm os rumos da sua vida tomados de si também na vida privada, engolfados por um movimento de totalização que visa a preenchê-los com o todo, com a ideologia do capital, que em sua fase atual radicalizou os monopólios, instituindo um capital financeiro que viaja de país em país, gerando riqueza para alguns e miséria para muitos, tornando-se obstáculo a sua heteronomia.

Nosso objetivo com essa Dissertação de mestrado é estudar os processos de organização do Jornal Boca de Rua, Projeto integrado à ONG ALICE, marcando a criação desta, em agosto de 2000. Por meio desse Projeto, a ONG orienta moradores de rua<sup>1</sup> de Porto Alegre na produção e na venda de um veículo de comunicação alternativa voltado ao seu cotidiano nas ruas da Capital. Ciente de que o noticiar constitui um ato de seleção e atualização dos discursos e de autorização, por essa via, de determinadas representações de atores sociais, o Jornal Boca de Rua abre um espaço próprio às vivências dos moradores de rua, sendo estas dificilmente tratadas pela mídia convencional. Quando representados nestes

---

<sup>1</sup>Apesar de, atualmente, o termo considerado apropriado para tratar esses indivíduos seja 'pessoas em situação de rua', neste trabalho adotaremos o qualificativo 'moradores de rua' para nos referirmos àqueles que vivem em tal condição. A convivência com o Boca de Rua nos permitiu notar que a rua pode não ser um local transitório, mas uma verdadeira morada, visto que alguns dos membros do Grupo dormem na rua há anos, apesar de terem uma casa. Uma outra justificativa remete-nos a um argumento de André, membro do Jornal: *Da rua, todo mundo é.*

espaços de comunicação, os moradores de rua são com muita frequência estigmatizados como ladrões, bandidos, maltrapilhos, vagabundos, marginais e drogados.

O Boca de Rua, conforme refere uma de suas fundadoras, tem como uma de suas funções primordiais chamar a atenção da sociedade para a realidade da opressão e da exclusão. Visa, com isso, criar possibilidades para o estabelecimento de novas relações sociais, cujas configurações, distintas das atuais, permitam aos moradores de rua, por seu engajamento no Projeto, modificarem a sua percepção acerca da realidade do excluído, além de assegurar, por seu trabalho, uma alternativa de renda.

Essa proposta do Boca de Rua solicita uma tomada de consciência, pelos próprios moradores de rua, sobre a sua condição histórica de vida na sociedade. “Na verdade”, lembra Freire (1988, p. 61, grifos do autor) “[...] os chamados marginalizados, que são os oprimidos, jamais estiveram *fora de*. Sempre estiveram *dentro de*. Dentro da estrutura que os transforma em ‘seres para outro’”. Nesse sentido, a proposta do Boca de Rua expressa um compromisso com a Pedagogia de Paulo Freire (1992), para quem a consciência de classe oprimida passa simultaneamente da consciência de homem oprimido. Os moradores de rua não são, portanto, totalmente excluídos da sociedade capitalista: constituem-na e são engendrados por ela.

A transformação preconizada por essa organização, conforme declaram os seus fundadores, não se reduz a uma possível mudança na vida econômica, mas visa uma transformação efetiva na existência dos envolvidos no Projeto. O objetivo, em outros termos, é provocar mudanças na representação social, de morador de rua, prevalente na mídia tradicional, bem como na identidade dos envolvidos no Projeto, de tal modo que possam instituir-se como sujeitos e cidadãos engajados na luta coletiva pela necessária transformação social.

Para romper com a abordagem gerencialista recorrente nos estudos organizacionais, propusemos estudar uma organização na qual pudéssemos, para além disso, nos engajar, com vistas a uma contribuição efetiva, em resposta à instigação de Lévinas (2005, p. 23), para quem “[p]ensar não é mais contemplar, mas engajar-se, estar englobado no que se pensa, estar embarcado – acontecimento dramático do ser-no-mundo”. Esse compromisso assumimos cientes de que “as ciências sociais ajudam os homens a solucionar problemas práticos de várias ordens, mas também contribuem para conformar a imagem do mundo que prevalece em certa sociedade” (FURTADO, 1998, p. 12).

A nossa experiência com o Boca de Rua evidenciou a importância de estudar esta organização desde uma perspectiva dos Estudos Organizacionais qualificada por Böhm (2006) como projeto de desposicionamento. Este projeto tem trabalhado em direção à

desconstrução e ao deslocamento das verdades arraigadas acerca do gerencialismo, como também da organização. O que tem sido evidente nos discursos de desposicionamento é uma tendência a considerar a organização social como fluida, plural, móbil, transparente e localmente construída (BÖHM, 2006). E é por esta sua ênfase na natureza processual da organização e na construção local de identidades que seu aporte é particularmente elucidativo para as pretensões desse estudo.

Portanto, é a partir de um entendimento processual da organização que procuramos investigar como os propósitos do Boca de Rua se consolidam através da *práxis* de seus integrantes, entendida como a indissociabilidade entre o agente, os meios e as finalidades da ação (CHAUÍ, 2004). Desse ponto de vista, consciência e responsabilidade instituem-se como condições indispensáveis da vida ética.

Para tornar possível a realização desse estudo, assumimos uma postura fenomenológica, que consiste em colocar “entre parênteses” os nossos pressupostos em um esforço de compreensão e obtenção do que é essencial à obtenção de um dado. Essa atitude exigiu um exercício sistemático de idas e vindas, confrontando a teoria à vivência empírica e vice-versa. Como conseqüência desse processo, o Referencial requerido foi se organizando em torno dos seguintes Eixos Teóricos: a Teoria Crítica da sociedade, a proposta de Guerreiro Ramos para uma Sociedade Multicêntrica e a Ética da Alteridade, de Lévinas. Reconhecendo, com base nestes, que as condições de existência dos moradores de rua são socialmente construídas, a proposta deste estudo se consolidou neste objetivo de pesquisa: **Analisar a *práxis* no Boca de Rua desde a perspectiva da ética da alteridade, qualificativo indispensável à viabilização de uma concepção substantiva de vida humana associada.**

Em face deste objetivo, é na Teoria Crítica que buscamos elementos fundamentais para a contextualização do fenômeno em estudo. Este aporte teórico possibilita refletirmos sobre a vida quando esta se arrasta, danificada, como apêndice do capital. A contraposição à teoria tradicional permite que olhemos para dentro e para além da configuração alienada do sujeito atual que o reduz a uma condição desumana. A Teoria Crítica apresenta o esforço de resgatar a vida onde ela ainda é possível, ou seja, na consciência, no “eu” que pode utilizar a razão para resistir ao mundo, atentando para as contradições dessa razão e de sua própria condição (MAIA, 1998). A leitura da realidade feita por Adorno, Marcuse e Fromm continua atual, isto é, os principais elementos que foram alvo de sua crítica fazem-se presentes ainda hoje: o capital monopolista radicalizou os monopólios instituindo um capital financeiro internacional que viaja de país em país gerando riqueza – para alguns – e miséria para muitos. Os sujeitos continuam sendo apêndices da maquinaria, cada vez mais parecidos com ela e, no

entanto, supostamente felizes com a instituição de reengenharias e dinâmicas de grupo, ajudados pela Psicologia ou por “metafísicas” ocultistas (MAIA, 1998).

O eixo do Referencial Teórico relativo aos Estudos Organizacionais está centrado no caráter inovador e ético da proposta do sociólogo brasileiro Alberto Guerreiro Ramos (1981) em “Nova Ciência das Organizações”. Entendemos, segundo essa proposta, que há um vínculo entre a sua teoria para a delimitação dos sistemas sociais e os objetivos e processos de organização verificados no Boca de Rua. Ou seja, o Boca de Rua se institui como um sistema social voltado para a auto-atualização dos seus membros, sem, contudo, negar o mercado, enclave “[...] legítimo e necessário, mas limitado e regulado” (GUERREIRO RAMOS, 1981, p. 140), modelo que reflete aquilo que o autor chama de paradigma paraeconômico em uma sociedade multicêntrica.

O outro eixo do Referencial Teórico dessa Dissertação fundamenta-se na Ética da Alteridade, de Emmanuel Lévinas, pois, a exemplo de Sidekum (2003), encontramos em Lévinas uma abordagem, para a ética, radicalmente comprometida com a libertação dos seres humanos. Ao assumir a exterioridade como uma nova categoria da antropologia filosófica, Lévinas institui a ética como a ética do absolutamente outro. Significa dizer, nas palavras de Lévinas (2005, p. 26), que a “nossa relação com ele [com outrem] consiste certamente em querer compreendê-lo, mas esta relação excede a compreensão [...]. Na nossa relação com outrem, este não nos afeta a partir de um conceito. Ele é ente e conta como tal”, conclui.

É dessa maneira que os integrantes do Boca de Rua se apresentam, então, à nossa consciência. Entendemos, nos termos de Lévinas (2005, p. 27), que a relação ética é relação absoluta da alteridade: “[C]ompreender uma pessoa é já falar-lhe. Pôr a existência de outrem, deixando-a ser, é já ter aceito essa existência [...]. A palavra delinea uma relação original. Trata-se de perceber a função da linguagem como [...] uma condição desta ‘tomada de consciência’”. Por essa razão, a ética como filosofia primeira, tal como preconiza Lévinas, é assumida, aqui, como guia e fundamento para a concretização desse estudo.

Com o objetivo de concretizar a proposta dessa Dissertação, desenvolvemos a pesquisa em duas etapas. A primeira tem por objeto a nossa experiência com o Boca de Rua, buscando revelar tanto quanto possível a sua reconhecida complexidade. A descrição fenomenológica dessa experiência, tal como Husserl a concebe, tem como principal suporte as Notas de Campo, meio utilizado para fazer o registro das reuniões semanais de que temos participado desde abril de 2007, quando se iniciou nosso contato com o Boca de Rua. A coleta de dados primários por meio de entrevistas qualitativas com membros do Jornal e com a

jornalista orientadora do Projeto também foi necessária. Essa vivência com o campo empírico, por mais de nove meses, foi determinante para a redefinição do problema de pesquisa.

Na segunda etapa desse estudo, realizamos a análise propriamente dita dos processos de organização do Boca de Rua, tendo como base empírica os dados acima referidos, além de fotografias de acervo do Jornal, tiradas pelos próprios moradores de rua. Em sua concretização, recorreremos à Fenomenologia Dialética, pois ela é, segundo Herbert Marcuse (1968, p. 81) e em contraponto à Fenomenologia Descritiva de Husserl, “um firme método de extrema concreção, [que] permite à historicidade da existência humana tornar-se adequada”.

A Dissertação está constituída por sete capítulos. No capítulo inicial, fazemos uma apresentação do tema, da definição e justificativa do problema de pesquisa. Em seguida, no capítulo dois, incluímos elementos sobre a Dissertação, sua origem e fundamentos. No capítulo três, tratamos da apresentação do objeto empírico, sucedida de conteúdo voltado ao reposicionamento metodológico, tema do capítulo quatro.

No capítulo cinco são apresentados os Eixos Teóricos da Dissertação, centrados nas contribuições da Teoria Crítica, na proposta de Alberto Guerreiro Ramos para uma Nova Ciência das Organizações e na Ética da Alteridade, conforme abordagem proposta por Emmanuel Lévinas.

O capítulo seis se constitui em uma reflexão crítica sobre os processos de organização do Boca de Rua, tendo como suporte os elementos teóricos e empíricos organizados, por sua vez, segundo os princípios da Fenomenologia Dialética.

Por fim, são apresentadas as considerações finais, bem como as principais contribuições, perspectivas e limitações desse estudo.

## 2 SOBRE A DISSERTAÇÃO: SUA ORIGEM E FUNDAMENTOS

Neste capítulo, constituído por três seções, descrevemos, inicialmente, nossa trajetória acadêmica iniciada na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, até a consolidação do nosso interesse pela realização desse estudo, na área de Organizações do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Na segunda seção, apresentamos alguns dos aspectos que caracterizam a facticidade da existência social dos moradores de rua vinculados ao Boca de Rua. Então, na terceira, situamos o Boca de Rua, enquanto veículo alternativo, no sistema de mídias brasileiro e gaúcho em particular.

### 2.1 A ORIGEM DO TEMA DE DISSERTAÇÃO

O interesse por estudar Ética surge no início do Mestrado, nas aulas de Teorias Organizacionais, e se vincula ao primeiro contato com autores brasileiros representativos no campo, a exemplo de Fernando Cláudio Prestes Motta, Maurício Tragtenberg e, muito particularmente, Alberto Guerreiro Ramos. A proposta desses autores para o estudo das organizações vai de encontro ao enfoque gerencialista, fomentado pela ideologia legitimadora da sociedade centrada no mercado (GUERREIRO RAMOS, 1981) e na satisfação do cliente, à qual estive exposto durante a graduação em Administração Pública e de Empresas, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

A crítica dos autores referidos acima aos efeitos perversos causados pelas práticas organizativas típicas do sistema do capital, ao indivíduo e à sociedade levou-nos ao interesse pela crítica ao modo empresarial de organizar e aos seus efeitos. Essa preocupação adquiriu maior evidência, quando, para o ensaio final da disciplina, intitulado “Uma Crítica às Práticas Éticas *das* Organizações: Em busca de humanidade e subjetivação”, assumi a ética como foco central da reflexão.

O seminário *The Organization of Hegemony*, organizado pelo professor Steffen Böhm, com a participação da professora Maria Ceci Misoczky, acentuou ainda mais esse interesse. Como parte do curso e sob a orientação dos dois professores, nós, alunos do seminário, fizemos uma viagem pela região denominada Metade Sul do Rio Grande do Sul e por cidades do Uruguai e da Argentina, locais onde atualmente se instalam indústrias de celulose e suas plantações extensivas de eucaliptos e *pinus elliottii*.

Nessa viagem, o grupo teve a oportunidade de se encontrar com diversas ONGs e movimentos sociais que se posicionam contra tais indústrias, sua lógica e seu aparato

econômico e político. A partir do contato com esses grupos, surgiu em mim, então, o desejo de aliar a investigação em outras organizações, que não as tradicionais empresas, à crítica ao gerencialismo. Iniciei, a partir daí, a busca por uma organização ou movimento social suficientemente capaz, antes de qualquer outra circunstância, de instigar a nossa curiosidade.

Foi em busca de tais condições, e de maneira despreziosa e inesperada, que se deu o primeiro contato com Boca de Rua: comprando, por estrita curiosidade, o Jornal que me fora oferecido em uma sinaleira. Ao passar os olhos, pela primeira vez, pelo texto, e sendo estudioso das organizações, passei a me interrogar, entre outras possíveis questões de cunho organizativo, sobre que jornalistas estariam fazendo aquilo, de onde viria o dinheiro para dar forma e imprimir o Jornal e como eles se organizavam de modo a viabilizar essa iniciativa.

Apesar dessa curiosidade inicial, aquietei estes questionamentos por um tempo considerável e só meses depois meu pensamento retornou a eles. Ainda assim, continuava comprando o Boca de Rua sem, contudo, me interessar de forma realmente séria por ele: Lia-o na condição de mero leitor, embora atento e admirado. Desde então, comecei a compreender que o Jornal era feito por moradores de rua, e não feito para eles, por jornalistas, como havia inicialmente pensado. Esse foi o motivo que, de fato, despertou em mim o interesse em pesquisar o Boca de Rua. No entanto, fiquei um longo tempo sem encontrar os vendedores do jornal. Enquanto isso, pensava no tema da Dissertação. Eu tinha certeza de que queria trabalhar com a Ética e não com temas outros ligados às empresas. Além do mais, via o Boca de Rua como uma perspectiva realmente interessante de pesquisa, algo compartilhado pela minha orientadora. Parecia-nos que a proposta do Jornal era bastante coerente com preocupações pessoais e teóricas que partilhamos.

A partir de então, comecei a organizar o Referencial Teórico e, simultaneamente, a buscar por vendedores do Boca de Rua à noite pelas ruas do bairro Cidade Baixa, em Porto Alegre, o espaço em que costumava vê-los. Apesar de haver me ocupado nessa busca por semanas, não encontrava ninguém. Descobri, então, por meio de pesquisa na *internet*, que o Boca de Rua é uma iniciativa vinculada à ONG Agência Livre para a Informação, Cidadania e Educação – ALICE. Localizei o *website* da organização, que tinha como possibilidade de contato apenas uma caixa postal e um *e-mail*. Mandeí algumas mensagens, que jamais foram respondidas, e elas começaram a retornar, pois a caixa de mensagens da ALICE estava cheia. Pensei que o Jornal não existia mais e que o projeto tinha cessado. Comecei a pensar, então, em outras possibilidades para o campo empírico da pesquisa, com evidentes e importantes conseqüências ao estudo teórico desenvolvido até então.



Em um domingo, Professora Aida, minha orientadora foi ao Brique da Redenção e se deparou com uma banquinha do Boca de Rua, na qual pessoas vinculadas à ALICE estavam recolhendo assinaturas para um abaixo-assinado contra a higienização das praças e o fechamento dos vãos das pontes. Foi lá que ela conseguiu o endereço do *e-mail* pessoal de uma coordenadora da ONG, Cristina Pozzobon, presente na manifestação. Ao apresentar-se, referiu-se ao meu interesse pelo Jornal no âmbito dos meus estudos de mestrado na Escola de Administração da UFRGS, sempre no quadro de uma possível reciprocidade de interesses.

Quando recebi essa informação, era domingo. Imediatamente, escrevi a Cristina, explicando o interesse pelo Jornal, como fenômeno a ser estudado na Dissertação. Mais uma vez, não obtive resposta. No domingo seguinte, fui ao Brique da Redenção tentar contato. Também não obtive êxito: não havia banquinha, sequer alguém vendendo o Jornal. Na semana seguinte, tentei um novo contato, agora servindo-me do *e-mail* da minha orientadora. Finalmente a resposta: Cristina solicitava que marcássemos um horário para nos encontrarmos e conversarmos sobre o projeto. Respondi da minha caixa de *e-mail*, mas, novamente, não obtive resposta. Já haviam se passado quase duas semanas que Professora Aida encontrara-se com ela; a data de defesa do projeto se aproximava e, apesar de possuir uma idéia geral de quem era o Boca de Rua por via eletrônica e de exemplares que nós havíamos adquirido, não dispúnha de suficientes elementos empíricos, sequer a autorização dos prováveis membros para tratar deste assunto no meu trabalho. Tentamos mais uma vez da caixa de mensagens de Professora Aida. Dessa vez, Cristina mandou os telefones de contato. De posse destes, posto que nós estávamos em sua sala naquele momento, a ligação foi feita, quando então pudemos, finalmente, marcar um encontro para terça-feira, 17 de abril, na meia hora que antecederia a reunião da Diretoria da ONG.

Encontramo-nos com Cristina em um café, na Cidade Baixa, localizado próximo à recém-instalada sede da ALICE, local onde fomos apresentados às demais pessoas que participariam, naquele dia, da reunião ordinária semanal da Diretoria: Rosina, Susi e Sana. Logo em seguida, chegou Jorge, mexicano, que atuava na ALICE como estagiário por meio de convênio efetivado com a AIESEC<sup>2</sup>. Soubemos, ainda, que outros dois membros, Marga e Silvio, não viriam à reunião nesse dia. Nessa aparente informalidade, conversamos, então,

---

<sup>2</sup> A AIESEC (acrônimo de *Association Internationale des Etudiants en Sciences Economiques et Commerciales*) é uma organização mundial de estudantes, fundada em 1948 por estudantes europeus, com o objetivo de promover o intercâmbio de técnicas administrativas e recursos humanos. Atualmente, a Associação, que não mais se restringe a estudantes de ciências econômicas e administrativas, atua, particularmente, com uma iniciativa de sustentabilidade.

sobre o nosso projeto de pesquisa, o real interesse pelo Boca de Rua e sobre a nossa clara intenção de, por meio da Dissertação, efetivamente contribuir com o Jornal.

Feitos os esclarecimentos iniciais, Rosina e Cristina nos explicaram que o Boca de Rua é um dentre os vários projetos atualmente ligados à ALICE. Soubemos, então, que a ONG acabara de se mudar para uma sede própria, e que, na tentativa de organizá-la de modo a assegurar a continuidade dos projetos, elas depararam com a necessidade de, nessa etapa de atividade, dispor de um organograma e do conseqüente fluxograma, a fim de dar uma maior visibilidade aos fluxos, dos projetos e entre eles, como também à distribuição das responsabilidades em nível diretivo. Face ao objetivo, sentiram a necessidade de elaborar um planejamento para a ONG especificamente para o ano de 2008.

Com vistas à sua efetivação, os responsáveis nos apresentaram um organograma, cujo esboço havia sido traçado com base em orientações que lhes haviam sido dadas por uma psicóloga que atua no Programa de Redução de Danos na Escola de Saúde Pública do Município de Porto Alegre. Explicamo-lhes que, do nosso ponto de vista, um organograma do tipo tradicional podia não ser necessário para uma organização como a ALICE.

Na reunião seguinte e da qual participamos como convidados, ficou estabelecido que nós colaboraríamos com a ONG na elaboração do planejamento das suas atividades. Frente a tal fato, nós assumimos o compromisso de, na próxima reunião, apresentar algum Referencial Teórico destinado a subsidiar a realização desta tarefa. Já no final do encontro, Rosina informou-nos o endereço de *e-mail* de Clarinha Glock, jornalista responsável então pelo Boca de Rua, para marcação de uma visita ao Projeto, momento em que nós explicaríamos aos participantes o nosso trabalho a fim de que elas pudessem, então, avaliar as possibilidades que eu teria de realizar o estudo pretendido.

Estabelecemos o contato com Clarinha, que marcou nosso encontro para a meia-hora que antecedia a próxima reunião do Boca de Rua, doravante chamado Grupo, realizada no dia 30 de abril de 2007, em uma praça da Avenida Érico Veríssimo, no Bairro Azenha. No encontro, tivemos a oportunidade de apresentar a ela, em termos gerais, o projeto de pesquisa e de manifestarmos o nosso real interesse em acompanharmos as atividades do Grupo. Clarinha nos explicou que desde o momento em que haviam sido despejados do Restaurante Popular, era naquela praça que o Boca de Rua realizava os seus encontros.

Ainda nessa fase de apresentações mútuas, tivemos o nosso primeiro encontro com os integrantes do Boca de Rua. Ao serem consultados, eles concordaram que nós participássemos das reuniões e foram, de imediato, lançando perguntas sobre vários aspectos do nosso trabalho, em particular sobre a contribuição que ele traria ao Grupo. Conforme

relataram, vários outros trabalhos de faculdade haviam sido feitos sobre o Boca de Rua, os quais, na maioria dos casos, sequer tinham sido vistos e/ou apresentados a eles. Como resposta às interrogações do grupo, explicamos que se tratava de um trabalho vinculado à área dos Estudos Organizacionais comprometida com uma abordagem diferente daquela comumente praticada por estudos realizados na área de Comunicação Social. Nós estávamos comprometendo-nos, em razão disso, a dar-lhes o merecido retorno sobre o trabalho realizado.

Naquele momento, o Boca de Rua era constituído por aproximadamente 30 moradores de rua, além de Clarinha, jornalista responsável; Manoel, psicólogo; as jornalistas Nanda e Natália; e Jorge, já referido anteriormente. Além destes, participavam de algumas reuniões Jefferson e Janaína, responsáveis pelas oficinas de vídeo. No que se refere ao local de trabalho, passadas duas reuniões desde a nossa apresentação inicial, o Grupo obteve um novo espaço: a sobreloja do Restaurante Popular do Comitê Gaúcho de Ação da Cidadania, ao lado da Estação Rodoviária, situada próxima ao centro da Capital, espaço onde vários dos membros do Jornal almoçam. Este fato ocorreu em data próxima à defesa do nosso projeto de pesquisa, com implicações importantes para o Boca de Rua, e particularmente decisivas para os rumos do nosso trabalho em termos de coerência entre a problemática de pesquisa o Referencial Teórico e as condições e as propostas do Grupo.

Desde o primeiro encontro com o Boca de Rua, literalmente na rua, na praça da Avenida Érico Veríssimo, sentimo-nos efetivamente incorporados ao Grupo. Já naquela tarde ensolarada, a desconfiança inicial cedeu lugar ao acolhimento e à aceitação, testemunhados nos termos da quase-entrevista que nos fez Alexandre, na curiosidade de Dado sobre o teor do nosso trabalho e, de forma muito especial, no convite de Rosalva, quando esta nos chamou para que sentássemos junto a ela. Juntamo-nos, então, ao pequeno grupo que, naquela ocasião, trabalhava a matéria sobre o encontro que o Boca de Rua tivera com integrantes do Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM.

Este face-a-face com o Boca de Rua foi determinante para redefinir tanto o Referencial a ser adotado na Pesquisa, quanto o interesse de estudo. Desse modo, o objetivo principal, ou seja, analisar a *práxis* do Boca de Rua desde a ética da alteridade, começou, então, a consolidar-se, agindo decisivamente sobre questões ligadas ao referencial teórico e aos fundamentos metodológicos da pesquisa.

## 2.2 A FACTICIDADE DA EXISTÊNCIA SOCIAL

O Boca de Rua é um veículo de comunicação alternativa sediado em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul. A cidade possui 497 km<sup>2</sup> de extensão territorial, com uma população estimada de 1.420.667 habitantes, conforme dados do IBGE referentes ao ano de 2004. O seu PIB *per capita* é de 11.257,00 reais (IBGE, 2007). A capital do Estado, no ano 2000, atingiu um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) de 0,865, em uma escala que varia de 0 (pior) a 1 (melhor), sendo a capital brasileira mais bem colocada no *ranking* do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2007) . Apesar desse índice elevado e de uma renda *per capita* acima da média das outras capitais brasileiras, em Porto Alegre existem aproximadamente mil e quinhentas pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, vivendo nas ruas ou em albergues e abrigos mantidos pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), do Governo Estadual, e por organismos não-governamentais, geralmente vinculados a instituições religiosas (ALICE, 2008).

A contextualização do Boca de Rua se inspira na etimologia da palavra, ou seja, contextura [da sua vida]; encadeamento de idéias; texto; conjunto; todo; totalidade (HOLANDA FERREIRA, 1986). Os membros da referida organização escrevem sobre ele, textualizam-no no Jornal, ampliando o escopo dos relatos sobre questões locais da cidade, a partir de uma perspectiva que lhes é própria. Fazem-no baseados em uma condição de um Grupo cuja representação de seus membros na mídia tradicional é enfaticamente negativa ou inexistente. As diferenças socioeconômicas e culturais entre classes e grupos sociais distintos são tratadas por eles, nesse veículo, desde um olhar que não aquele da mídia institucionalizada.

Apesar de sistematicamente retratar o cotidiano na cidade, o Boca de Rua não restringe o seu conteúdo aos limites de Porto Alegre ou do Estado do Rio Grande do Sul. O Jornal aborda, a partir da dimensão local, temas comuns a outras realidades – das ruas e/ou da sociedade –, como revelam, entre outras, as seguintes matérias: “O patrão que dá dinheiro sem dar trabalho” (número 8); “Cidadania e trabalho andam juntos” (número 22); e “Na sociedade, dinheiro vale mais do que gente” (número 23). Por meio destas, os integrantes do Boca de Ruas se interrogam sobre o significado do trabalho, questionam as esmolas e o próprio sistema do capital.

O Jornal se reporta, na maior parte das vezes, diretamente à sociedade. Para Steffen Böhm (2006), essa sociedade só existe porque as relações sociais são organizadas e posicionadas de determinada maneira. Ao compreendermos a tessitura social de tal modo,

notamos que os membros do Boca de Rua, em sua atuação, em diálogo com a sociedade, conseguem estabelecer alguns vínculos e reorganizar, fruto dessa posição, algumas relações sociais. As iniciativas levadas a efeito pelos moradores de rua envolvidos na organização demarcam claramente tal alteração, visto que não mais pedem ou roubam, mas vendem e conversam com o seu interlocutor.

Essa sociedade da qual se fala, portanto, não pode ser delimitada como sendo exclusivamente porto-alegrense, ou mesmo gaúcha. Alguns dos temas trabalhados no Jornal, como os referidos acima, extrapolam a dimensão local, fazendo os textos elaborados pelos seus membros se desdobrarem em um duplo sentido, humano e cidadão, ou seja, por seu conteúdo denunciativo em face das discrepâncias socioeconômicas existentes e que tendem a acentuar-se (BERGER, 2000), acompanhado de propostas de ação que conclamam, por sua vez, a responsabilidade, quer dos órgãos estatais, quer da sociedade civil. Isso acontece, principalmente, em edições do Boca de Rua cuja pauta esteja focada no trabalho e na violência contra os moradores de rua. O caráter pungente de temas abordados no Jornal, em oposição aos veículos tradicionais de mídia impressa, revelam que a sociedade com a qual os membros da organização dialogam é uma sociedade predominantemente engendrada pela ideologia do sistema capitalista. Tal ideologia tem seus valores propagados na sociedade, por meio da linguagem, de modo que sejam compartilhados pelos indivíduos, influenciando na estratificação social e na reificação do indivíduo. Significa dizer que o indivíduo apto a ser incluído na sociedade é aquele que se submete a valores consoantes ao sistema, ou seja, é o indivíduo inteiramente socializado, inserido no movimento totalizante da sociedade (FROMM, 1956; MARCUSE, 1969; GUERREIRO RAMOS, 1981).

Na visão de Celso Furtado (2006), a internacionalização dos circuitos tecnológicos, financeiros e econômicos debilita os sistemas econômicos nacionais, ao mesmo tempo em que, cada vez mais, grandes corporações transnacionais são tidas como capazes de alterar a condição do subdesenvolvimento. Tal crença leva a uma estruturação do poder em âmbito internacional, isto é, blocos de nações-sedes de empresas transnacionais, cujas plantas produtivas espalham-se por outros países mais pobres. Para Furtado (2006, p. 38), “nessa dinâmica, prevalecem as forças tendentes a reproduzir a atual clivagem desenvolvimento/subdesenvolvimento”.

É plausível, portanto, concebermos a existência de uma sociedade industrial ocidental englobando a sociedade brasileira, aonde, a exemplo de outros países, o desenvolvimento, aos olhos de um contingente importante da sua população, assume a condição de mero incremento nos padrões de consumo tal como o sugere a evolução do índice de Gini do Brasil, de 1995 a

2005. Segundo dados do IBGE (2006), esse índice, que mede a desigualdade de renda em um mesmo local, variando de 0 (igualdade total de renda) a 1 (concentração total de renda), obteve uma melhoria de apenas 7% no período, ou seja, baixando de 0,585, em 1995, para 0,544, em 2005. Contrapomos a evolução desse índice ao aumento do consumo de bens não-duráveis em janeiro de 2005 em 9,8%, em relação ao mesmo mês do ano anterior (IBGE, 2006). Com o cruzamento desses dados, temos que o dinheiro oriundo da pequena melhoria na desigualdade de renda é investido no consumo de itens como roupas, calçados e cosméticos, entre outros. Nesse sentido, os indivíduos introjetam os ideais de consumo e de adequação à atividade produtiva propagados pelo sistema. Herbert Marcuse (1969, p. 18) preconiza que “[n]essa sociedade, o aparato produtivo tende a tornar-se totalitário no quanto determina não apenas as oscilações, habilidades e atitudes socialmente necessárias, mas também as necessidades e aspirações individuais”.

No Brasil, pontua Christa Berger (2000), essa situação de desesperança é ainda mais intensa, devido à radicalidade das desigualdades sociais oriunda da privatização da infraestrutura e da precarização dos serviços de educação e saúde, condições às quais o país teve que se submeter, assegurando os meios necessários para instaurar a democracia gerencial e autoritária subjugada, mais uma vez, às disposições financeiras internacionais. “A democracia, nesta versão, exhibe sem pudor a exclusão e a desigualdade, prometendo riqueza e felicidade aos que sobrevivem por adequação, astúcia ou sorte” (BERGER, 2000, p. 152). Vemos desde então instalar-se a seguinte condição: os ricos, de um lado, vivendo em condomínios fechados, guardados por seguranças, que acompanham seus filhos à escola e suas esposas às compras, sendo transportados em helicópteros, pois não possuem tempo para os engarrafamentos das grandes cidades; de outro, uma classe trabalhadora que é empurrada cada vez para mais longe dos centros urbanos, aumentando o número dos que dormem nas ruas, porque o salário percebido mal lhes dá condições de pagar o transporte para casa (BERGER, 2000).

Nesse sentido, referenciamos Costa et al. (2007, p. 28), que diferenciam as categorias espaço e território através da afirmação de que o primeiro preexiste ao segundo. Para eles, o espaço é a matéria-prima do território, portanto, permanente. Por sua vez, “[o] território, como produto das relações sociais, é essa humanização do espaço onde os cidadãos estão em situação de vivenciá-lo, de ter no espaço apropriado a experiência da realização da vida”. A partir do exposto, entendemos que o caráter nômade dos moradores de rua, ratificado pelas contradições nas possibilidades de moradia que Berger pontua acima, não permite a eles, no vasto espaço das ruas, a experiência da realização de suas vidas. Desse modo, uma pouco

provável territorialidade dos moradores de rua não parece ser uma condição constitutiva do seu processo identitário, posto que o espaço em que existem não chega a se constituir, de fato, enquanto território. A face mais cruel da desigualdade está, contudo, no desemprego. Ou seja, para Berger (2000), não vivemos mais uma crise momentânea, mas um desemprego estrutural, expressão da conjuntura do capitalismo atual que, ao contrário de sua versão clássica, não busca promover a inclusão de todos os membros da sociedade no mercado de trabalho e consumo, mas opera por meio da exclusão. A conjunção desses elementos produz, então, a estruturação de um sujeito social e historicamente ajustado para caber no conjunto da tessitura social onde deve trabalhar e consumir, posto que, em tais condições, encontra-se incapacitado a refletir criticamente sobre a sua própria condição. Com a unidimensionalidade oriunda da racionalização da sociedade, cuja instrumentalização privilegia o que funciona, o sujeito, reificado, já não mais se constitui enquanto tal: subsume-se a um mero indivíduo que se comporta engendrado pelo sistema.

### 2.3 O SISTEMA DAS MÍDIAS

O Boca de Rua começa a atuar, desde a sua origem, legitimado pela ausência de representações positivas da população de rua na mídia institucionalizada (ALICE, 2008). No Rio Grande do Sul, especificamente, este vazio é agravado pela propriedade cruzada dos meios de informação, cuja influência lhes permite autorizar e mesmo vetar discursos acerca de atores sociais os mais variados. De acordo com Lima (2003), tal tipo de propriedade caracteriza-se pela posse de diferentes tipos de mídia do setor de comunicações pelo mesmo grupo, isto é, TV aberta, TV por assinatura, rádio, revistas, jornais e, mais recentemente, telefonia, provedores de internet, transmissão de dados etc.

No Brasil, é com base nesse dispositivo, ou seja, na propriedade cruzada – radiodifusão (rádio e televisão) e na mídia impressa (jornais e revistas) – que alguns dos principais conglomerados no setor de comunicações se consolidaram. A RBS é um exemplo disso. Com presença marcante nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o hoje intitulado Grupo RBS possui 8 jornais, 26 emissoras de rádio AM e FM, 4 canais de TV, um portal de internet (o ClicRBS), um selo fonográfico (Orbeat Music), uma empresa de marketing (Kzuka), uma empresa de logística (Vialog) e uma editora (a RBS Publicações) (RBS, 2007). Em Porto Alegre, o Grupo é dono de dois dos principais jornais diários (Zero Hora e Diário Gaúcho), o principal canal de TV aberta, afiliado da Rede Globo, a RBS TV; o principal canal em UHF, a TV COM e o Canal Rural, transmitido pela NET. Algumas das

principais emissoras de rádio AM (Gaúcha e Farroupilha) e FM (como a Atlântida, a Itapema e 102FM) também são controlados pelo Grupo, bem como a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho.

Além da referida estrutura, o Grupo RBS conta, também, com uma equipe de profissionais multimídia (dentre eles Lasier Martins, José Barrionuevo, Paulo Sant'Ana), cujos comentários e opiniões são difundidos concomitantemente nas TVs, nos jornais e nas emissoras de rádio, tornando possível a eles exercer o controle da comunicação por outros meios que não aqueles restritos à posse de distintos veículos de comunicação. Assim, é praticamente impossível a um morador da Região Metropolitana de Porto Alegre não ver/ouvir/ler, diariamente, a opinião de pelo menos um desses comentaristas em algum dos veículos do Grupo (GUARESCHI *et al.*, 2000).

Na mídia impressa institucionalizada de Porto Alegre, o Grupo RBS sofre a concorrência de dois jornais - O Sul, integrante da Rede Pampa, propriedade do empresário Otávio Gadret e vinculada à RedeTV! e à Rede Record (REDE PAMPA, 2008), e o Correio do Povo, sendo esse último de propriedade da Rede Record, a quem também pertencem as Rádio Guaíba AM e FM (CORREIO DO POVO, 2007). No Estado do Rio Grande do Sul, vemos, então, concretizar-se, a exemplo do que se observa em outros estados brasileiros, este forte controle da informação. Nesse meio, a liderança provém não apenas da propriedade dos meios, mas circula através de opiniões e versões monolíticas da realidade que os conglomerados da comunicação difundem, garantindo, em virtude desse precedente, seja a um único grupo de comunicação seja a uma equipe de comentaristas um extraordinário poder (LIMA, 2003). Sob esse domínio, ficam então sumariamente comprometidos dois princípios vitais à democracia: a pluralidade e a diversidade nas comunicações. A pluralidade significa ausência de oligopólios e monopólios, além de provisões legais que impeçam a um mesmo proprietário controlar meios de comunicação distintos no mesmo mercado. Diversidade, por outro lado, significa a presença, na mídia, de um conteúdo que expresse as muitas, senão divergentes, opiniões que existem na sociedade (LIMA, 2003).

Essas críticas ao sistema de controle midiático coadunam-se com o exposto por Christa Berger, para quem o investimento dos donos do capital na indústria da informação gera não apenas o lucro econômico, mas também o lucro ideológico. No Brasil, explica, “[...] os proprietários dos bens materiais sentem-se naturalmente investidos do poder e do direito de transformar a sua verdade na única verdade” (BERGER, 2000, p. 156). Nos veículos de comunicação impressa institucionalizados, não só o conjunto de organizações da Sociedade Civil, fora dos Partidos Políticos e dos Sindicatos, mas também um contingente não



negligenciável de pessoas acabam não sendo representados e, quando o são, as suas representações tendem a ser negativas, pois

[...] a natureza do poder dos meios consiste em selecionar os fatos noticiáveis, dar nomes aos acontecimentos, escolher as fontes, dar voz a uns em detrimento de outros e, assim, incluir ou excluir, qualificar ou desqualificar os sujeitos envolvidos, construindo, enfim, pela linguagem jornalística, a versão do real. Ao “fazer ver” os fatos, o jornalismo também “faz crer” neles (BERGER, 2000, p. 156).

As representações sociais, conforme define Barus-Michel (1996), são esquemas compactos de visões que filtram o conhecimento, a compreensão e a ação; apesar de estratificadas, são maleáveis, podendo ser transmitidas pela cultura, ou impostas por um poder concreto ou difuso. Assim, as representações sociais existem como presença de uma realidade nova, ou seja, no espaço entre duas ausências: a ausência do sujeito, objeto do qual se fala, e a ausência de quem fala. Nesse sentido, há um grau de consenso alcançado, acerca do cenário social, dos papéis ali distribuídos e dos valores adotados. Para a autora, as várias representações sociais, as crenças e as ideologias conformam a maneira como vemos e fazemos as coisas, ou seja, elas se apresentam como uma versão da realidade que é objeto de outras versões da mesma realidade. As representações sociais são expressas no singular, nos discursos, não retratando a complexidade das identidades dos indivíduos. Para Barus-Michel (1996), os discursos são discursos de conhecimento, de convicção e de poder.

É importante registrar, sob essa ótica, que o Boca de Rua foi criado pelos membros da ALICE com o objetivo de “retratar a realidade ‘invisível’”, factibilizando, por essa via, o desejo das jornalistas-fundadoras de dar voz a essa “gente invisível” (BOCA DE RUA, 2000, nº 0), posto sua ausência nas mídias, incluso em veículos impressos. A convivência e o envolvimento pessoais com o Grupo nesses últimos nove meses, ou seja, de abril de 2007 a janeiro de 2008, permitem-nos dar conta do que um observador minimamente atento pode verificar: Essa “gente invisível”, os moradores de rua, têm voz; apenas, ela não é ouvida.

### 3 MORADORES DE RUA: DE “GENTE INVISÍVEL” A QUESTIONADORES DO MUNDO

Neste capítulo, descrevemos como o fenômeno Boca de Rua se apresenta à nossa consciência, desde a vivência que tivemos com o Grupo durante os nove meses de pesquisa empírica, ou seja, entre abril de 2007 e janeiro de 2008. A abordagem que damos a tal descrição fundamenta-se na Fenomenologia Descritiva, tema da primeira seção deste capítulo. Na segunda seção, elaboramos a apresentação do Boca de Rua propriamente dita e ressaltamos aspectos da sua *práxis*. Na terceira seção, por fim, descrevemos alguns episódios relevantes para o Grupo e para o objetivo desse estudo.

#### 3.1 O BOCA DE RUA: O PONTO DE PARTIDA FENOMENOLÓGICO

Nesta primeira etapa da pesquisa, fundamentados na Fenomenologia Descritiva de Edmund Husserl (1859 – 1938), compreendemos o Boca de Rua como um fenômeno e o descrevemos a partir da nossa vivência com o grupo. Essa postura implica, tanto sob o ponto de vista epistemológico, quanto metodológico, colocar “entre parênteses” os nossos pressupostos teóricos, ou seja, concebemos tal descrição a partir da evidência do fenômeno, o Boca de Rua. “Na evidência, a coisa ou o ‘fato’ não é somente ‘vista’, de maneira distante e inadequada; *ela própria está presente diante de nós*, e o sujeito que julga tem dela uma consciência imanente” (HUSSERL, 2001, p. 28, grifos do autor). Ao se referir à Fenomenologia, Zilles (1994) afirma que, para haver um conhecimento puro, é necessário que eliminemos os pré-conceitos e voltemos às coisas mesmas, suspendendo o que está presente à nossa consciência.

Nesse espírito, Pugliesi (2001, p. 16) afirma que “[...] um filósofo jamais deve considerar finda a busca e deve estar pronto a abandonar resultados e começar tudo novamente”. Enquanto abordagem metodológica, a fenomenologia se propõe a uma descrição da consciência da experiência vivida. Desde sua etimologia, a Fenomenologia é a ciência do fenômeno, ou seja, tudo aquilo que aparece, manifesta-se ou se revela por si mesmo (MOREIRA, 2002).

É deste ponto de vista que apresentamos o Boca de Rua ao(à) leitor(a) dessa Dissertação, ou seja, ele não é tomado aqui como um “objeto” de pesquisa, como se fosse possível apreender e descrever esta realidade como se uma totalidade fosse. Ao contrário, ao adotarmos procedimentos metodológicos próprios da fenomenologia descritiva de Husserl,

consideramos que aquilo que percebemos, a partir de nossa experiência no Grupo, não é o objeto enquanto tal, muito menos a sua história, mas a experiência de nossa vivência na organização. Assumimos, desde essa perspectiva, que o acesso que temos à organização é o acesso à sua manifestação perante a nossa consciência. A nosso ver, embasados pela teoria fenomenológica, a relação que formalizamos com o Boca de Rua não se classifica como uma relação sujeito-objeto, como se o pesquisador dominasse os pesquisados. Tal ponto de vista é compartilhado por Adorno (1999), para quem a pesquisa é uma relação aberta com o não-eu. Portanto, neste estudo, não se trata de fazermos uma descrição objetiva do Boca de Rua, mas de apresentá-lo tal como ele parece à nossa consciência.

Todas as coisas do mundo aí estão, percebamo-las ou não. A consciência é constituída por atos (*noesis*) que visam algum componente deste mundo (*noema*). [...] Assim a fenomenologia sendo a pesquisa descritiva pura das vivências é uma psicologia descritiva. [...] [N]ão se contenta o filósofo com as palavras, mas deseja retornar às próprias coisas. Sendo essas últimas dadas em vivências, isto é, atos intuitivos, o mundo psíquico manifesta-se como instância à qual os objetos são dados de diferentes modos e *a consciência torna-se a instância constitutiva do mundo objetivo* (PUGLIESI, 2001, p. 16, grifos nossos).

A aplicação da fenomenologia husserliana na primeira etapa propriamente narrativa deste estudo é justificada pelo fato de entendermos, a exemplo de Husserl (2001), que não é possível admitir como válido nenhum julgamento se ele não é obtido a partir da evidência, ou seja, nas experiências em que as “coisas” e os “fatos” em questão são apresentados “em si”. E acrescenta: “[eu] não posso viver, experimentar, pensar; não posso agir e emitir julgamentos de valor num mundo outro que não aquele que se encontra em mim e tira de mim mesmo seu sentido e sua validade” (HUSSERL, 2001, p. 38).

Segundo o autor, esse estado de consciência é um estado intencional. “A palavra *intencionalidade* não significa nada mais que essa particularidade fundamental e geral que a consciência tem de ser consciência *de* alguma coisa, de conter, em sua qualidade de *cogito*, seu *cogitatum* em si mesma” (HUSSERL, 2001, p. 51, grifos do autor). Portanto, ao descrevermos o Boca de Rua, apresentamo-lo a partir do ponto em que ele e a consciência que se tem ao seu respeito se encontram, descrição essa assegurada pela participação direta na vida do Grupo por mais de nove meses.

A apresentação que fazemos do Boca de Rua, portanto, não visa esgotar considerações sobre todas as possibilidades deste Grupo, seja área da comunicação social, seja relativas aos seus processos de organizar: Ela serve para delimitar a caracterização a partir da qual definimos a sua existência como um projeto que visa alterar os condicionamentos econômicos, sociais, históricos e culturais que marcam a vida dos seus membros. Igualmente,

é essa descrição que torna viável a análise pretendida acerca da fundamentação ética desta iniciativa chamada Boca de Rua.

### 3.2 O BOCA DE RUA E A SUA PRÁXIS

O Boca de Rua é um jornal de moradores de rua, ou melhor, uma publicação de rua de Porto Alegre, produzido e vendido por pessoas que vivem ou já viveram circunstancialmente nessa situação. Em sua realização, contam com o apoio e a orientação de uma equipe técnica, composta por jornalistas, psicólogos e profissionais de informática, entre outros. O corpo técnico da organização é formado por membros da direção da ONG ALICE – Agência Livre pra a Informação, Cidadania e Educação, ou voluntários ligados a este, que é o mais antigo dentre os projetos desenvolvido pela ONG. Visando atender aos seus objetivos, a ALICE atua em três diferentes frentes, todas voltadas à comunicação: desenvolver veículos alternativos de comunicação, discutir a mídia e educar para a mídia. Para melhor situar o Boca de Rua no âmbito das atuações dessa ONG, alguns pontos essenciais devem ser destacados.

Atualmente, além do Boca de Rua, a ALICE desenvolve as comunicações alternativas trimestrais Boquinha<sup>3</sup> (encarte infanto-juvenil do Jornal), Retalhos (em parceria com o grupo Renascer de Terceira Idade), e Nós na Fita (jornal elaborado por jovens, educadores e moradores do Morro da Cruz, em parceria com o Instituto Cultural Brasil de Desenvolvimento, Arte e Educação Popular). A discussão sobre a mídia fica a cargo do Saideira, encontros bimestrais de jornalistas, produzido em parceria com o Coletivo de Comunicação Catarse. Por fim, a educação para a mídia consolida-se na oficina Des(dez)mandamentos da mídia, oferecida a educadores, estudantes e, também, a trabalhadores do Terceiro Setor.

A ALICE possui uma Diretoria da qual, hoje, fazem parte Cristina Pozzobon (designer gráfica), Rosina Duarte (jornalista), Margareth Rossal (analista de sistemas), Rosana Pozzobon (designer gráfica), Susanne Buchweitz (jornalista) e Sílvio Pinto (jornalista). Em consonância com o previsto em seu estatuto, nenhum membro diretivo pode receber qualquer remuneração pelas atividades exercidas na organização. Assim, todos eles dividem o seu tempo entre as atividades da ALICE e seus compromissos profissionais em outras organizações.

---

<sup>3</sup> Sobre o Projeto Boquinha, veja a seção 3.3.

No que se refere à distribuição das responsabilidades, dedicam-se, em sua maioria, mais abrangentemente a assuntos particularmente ligados à ONG do que ao cotidiano dos projetos de comunicação alternativa. Cristina, que é a coordenadora da ONG e tem o seu trabalho mais focado nas ações diretas da ALICE, como a exposição fotográfica "Direito à Memória e à Verdade – Ditadura no Brasil – 1964-1985", promovida pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, através de parceria da ALICE com a Fundação Luterana de Diaconia. Além disso, é Cristina quem faz a diagramação do Jornal Boca de Rua. Rosina, entre outras atribuições, é a jornalista responsável pelos projetos de comunicação alternativa da ONG, como o Retalhos e o Boca de Rua. Neste último, atua tanto no grupo dos adultos, quanto no grupo infanto-juvenil. Margareth é responsável pelas oficinas de informática e atua mais intensamente no Boquinha, coordenando a parceira com o projeto Civitas<sup>4</sup>. Rosana é responsável pela diagramação e projeto gráfico de material da ALICE, tais como jornais, livros, *folders* e panfletos. Trabalha, ainda, juntamente a Susanne, na captação de recursos para a ONG. Sílvio, por fim é o jornalista responsável pela organização e realização das Saideiras. Assim, tanto o projeto Boca de Rua, quanto o Boquinha são desenvolvidos a partir de um esforço conjunto entre voluntários e de membros da Direção da ALICE, neste caso, Rosina e Margareth.

A história do Jornal é marcada pela passagem de voluntários e de estudantes de Jornalismo que, não raramente, se candidatam para trabalhar no Jornal, como é o caso de Nanda e Natália, as quais, juntamente com Rosina, trabalham com os membros do Grupo na elaboração das matérias. No último ano, os técnicos e os oficineiros, voluntários, passaram a ser remunerados por meio de verba oriunda de financiamento de projetos sociais, especificamente os orientados pela Fundação Luterana de Diaconia e pelo Instituto Calábria (este em parceria com o GAPA).

Nesse período de nosso convívio no Boca de Rua, além dos já tradicionais estudantes de jornalismo e dos fotógrafos profissionais, pessoas que atuam na área da Educação e da Biblioteconomia da UFRGS, voltadas a objetivos específicos no Boquinha e no Boca de Rua, vieram se juntar ao Projeto. Este é o caso de Letícia e Juliana, pedagogas, e do bibliotecário

---

<sup>4</sup> Civitas é o nome do projeto desenvolvido pelo Laboratório de Estudos em Linguagem, Interação e Cognição, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação e ao Programa em Pós-Graduação em Informática na Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (LELIC/PPGEDU/PGIE/UFRGS), que tem como objetivo discutir, junto a crianças e professores da Educação Básica, temáticas relacionadas à cidade e, conseqüentemente, à cidadania. A abordagem é realizada de forma lúdica, cooperativa, colaborativa e multidisciplinar, desde a origem histórica da cidade onde o projeto é desenvolvido até questões ecológicas e de desenvolvimento socioeconômico, passando pela discussão de aspectos culturais e sociais, sempre a partir da realidade das crianças que participam do projeto (CIVITAS, 2008).

Leonardo, os quais têm se envolvido na consecução dos dois projetos, em atividades lúdico-educativas e na implementação da Bocoteca, a biblioteca do Boca de Rua.

Os voluntários engajados em ambos os Projetos e a Direção da ALICE constituem, assim, a Rede Boca de Rua, isto é, o fórum onde os envolvidos com o Boca de Rua e com o Boquinha se reúnem, quinzenalmente, com a ALICE para discutir questões práticas do cotidiano e os rumos dos Projetos. Nesse espaço, os voluntários e dirigentes da ALICE possuem direito equânime à palavra e ao voto nas decisões tomadas. Atualmente, participam da Rede Boca de Rua, além dos membros da Direção da ALICE envolvidos diretamente com os Projetos, isto é, Cristina, Rosina e Margareth, as jornalistas Natália Alles e Nanda Duarte, a psicóloga Janaína Bechler, as pedagogas Letícia Poli e Juliane Dorneles, o jornalista Jefferson Pinheiro e eu.

Quanto ao Boca de Rua, foi criado pela ONG em 12 de agosto de 2000, com apenas três moradores de ruas: Pedro<sup>5</sup>, Jonathan e Riquinho. Atualmente, segundo estimativa feita pela direção da ALICE, o Boca de Rua conta com um público direto de oito mil leitores. A ONG estima, ainda, que cada exemplar seja lido por, pelo menos, mais duas pessoas além do comprador. A cada trimestre, com base nessa referência, o Jornal atingiria um público estimado de 36 mil pessoas na Grande Porto Alegre.

O Jornal Boca de Rua é impresso através de parceria com a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho. Conta, além disso, com recursos destinados pela Fundação Luterana e pelo Instituto Calábria (vinculado à Igreja Católica) para o financiamento de projetos sociais e com o apoio da Revista *Biss* (vendida por moradores de rua da Alemanha). Apesar de ter seu financiamento assegurado por fundações, a ALICE e, conseqüentemente, o Boca de Rua não recebem recursos financeiros de nenhuma empresa. Com base nesse critério, também, não aluga espaços nos seus jornais para eventuais anunciantes.

Aparentemente, o financiamento do jornal por terceiros não altera o caráter independente da publicação. A uma primeira vista, a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, que arca apenas com a impressão do Jornal, não tem qualquer tipo de influência sobre o processo de elaboração ou de edição do Jornal, nem possui membro-representante na diretoria da ONG ALICE. A citada Fundação pertencente ao Grupo RBS apenas recebe a matriz finalizada e, após a impressão, entrega os exemplares do Jornal aos membros da ONG. No entanto, o número de exemplares disponibilizados aos integrantes do Projeto é limitado pela Fundação e sofreu um corte significativo nos últimos anos.

---

<sup>5</sup> Os nomes dos moradores de rua referidos ao longo dessa Dissertação foram substituídos, com o intuito de preservar a sua identidade.

A Fundação Luterana de Diaconia e o Instituto Calábria, acima referidos, também não possuem membros-representantes na direção da ONG. A obrigação da ALICE para com estas Fundação é o envio periódico de relatórios de avaliação sobre o andamento dos projetos por elas financiados que têm como público-alvo os membros do Boca de Rua. Os recursos oriundos desses financiadores permitem, ainda, que o Boca de Rua desenvolva atividades de fotografia e de filmagem.

Pedro é o único dos três membros que compunham a formação original do Boca de Rua que ainda permanece no Grupo. Atualmente, o Jornal é escrito por aproximadamente 30 pessoas, moradores ou ex-moradores de rua, com idades que variam entre 18 e 45 anos. De acordo com a ALICE (2008), dentre estas 40% são mulheres, 60% são homens, 80% são negros, 70% são portadores de HIV, 80% são usuários de drogas, 90% com ensino fundamental incompleto, um com o segundo grau e um universitário. Em sua maioria, são

excluídos dentro do próprio universo dos excluídos, boa parte dos cidadãos que produzem e vendem o jornal Boca de Rua não consta nos recenseamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são considerados inadequados para freqüentar abrigos ou albergues, e têm acesso barrado na maior parte dos locais da cidade, inclusive praças, viadutos, pontes e parques, onde fixam moradia, sendo constantemente enxotados pelos órgãos públicos e de segurança (ALICE, 2008, p. 16).

Contudo, até os que excluídos das políticas sociais para os excluídos, isto é, programa Bolsa Família, abrigos, albergues, programa Primeiro Emprego, benefício social da LOAS<sup>6</sup>, entre outras iniciativas governamentais, encontram acolhida no Boca de Rua. Em sua atuação há o espaço “interno” e a atuação na sociedade: o que lhes permite contar suas histórias, relatar suas notícias, questionar seus direitos, entrevistar outras pessoas, dar palestras, fotografar, filmar, articular-se com movimentos sociais os mais variados, além de freqüentar outros grupos de convivência. Alguns voltam a estudar, vão à procura de um trabalho formal; outros, ainda, procuram casa para morar. Há, também, os que, por razões diversas, permanecem vivendo na rua. Com o objetivo de produzir o Jornal, entretanto, todos se engajam, apesar das consideráveis diferenças existentes entre eles.

Os membros do Boca de Rua se reúnem todas as segundas-feiras, da uma e meia às três da tarde. Os encontros do Grupo que, originalmente, ocorriam nas ruas, inclusive no Parque Redenção (nos arredores do Teatro Araújo Viana), passaram a se realizar em um Bandeirão Popular, até o retorno do Grupo às ruas. Hoje, os membros do Boca de Rua têm encontros semanais na sobreloja do Restaurante Popular do Comitê Gaúcho de Ação da Cidadania, situado à Rua da Conceição, próximo à Estação Rodoviária de Porto Alegre.

---

<sup>6</sup> Lei Orgânica da Assistência Social, lei 8742 de 07.12.1993.

Continuar o trabalho em um local fixo e com disponibilidade de recursos básicos, tais como mesas e cadeiras foi muito importante para o Boca de Rua, além, é claro, de abrigo e proteção face às variações do tempo. Simultaneamente à concessão, algumas regras foram estabelecidas pelo Restaurante, como determinação nos horários de entrada e saída, assinatura de uma lista de entrada e proibição de fumar no local, medidas que geraram um visível desconforto junto ao Grupo, originalmente tão acostumado à suposta liberdade assegurada pelas ruas.

As reuniões têm início no grande grupo, onde os Bocas, tal como se chamam, discutem a pauta do Jornal, relatam problemas e divulgam os eventos de que participam, como o Orçamento Participativo, o Fórum de Saúde, palestras, entre outros. Geralmente, quem abre a reunião atualiza o grupo com informes, além de colher relatos e denúncias sobre possíveis maus-tratos e abusos. Em um primeiro momento, os técnicos organizam a discussão, inscrevendo em uma lista os que desejam se manifestar. Essa medida atende a normas criadas por iniciativa do próprio Grupo, algumas especificamente destinadas a assegurar, a todos os participantes, o direito à fala, desde que aguardem o fim do pronunciamento de quem dela estiver fazendo uso.

Em um segundo momento, os membros se organizam em pequenos grupos, aos quais se agregam segundo sua motivação e interesse em torno de temas da próxima edição do Jornal e em número suficiente para cobrir os temas que a cada trimestre, irão compor o Jornal. Cada um desses grupos é orientado por um técnico, responsável por anotar o texto e, posteriormente, digitá-lo, já que os Bocas ainda não possuem os meios necessários para que eles próprios digitem os textos elaborados nas reuniões. Nem todos os membros do Grupo atuam de maneira igualmente intensa e é muito comum, nesses casos, que dois ou três membros trabalhem mais ativamente do que os outros. Essa diferença quanto ao grau de envolvimento na atividade é contudo respeitada pelos Bocas.

O que se tornou evidente nessa convivência é que alguns preferem envolver-se com a redação das reportagens, enquanto outros apenas desejam receber o número de exemplares semanais que lhes é devido e vendê-los. Além disso, é recorrente de parte de alguns membros do Grupo que, pelo fato de não se sentirem confortáveis com a venda, repassam seus jornais para que outros o façam. A participação nas reuniões é, contudo, obrigatória, sendo condição *sine qua non* para o recebimento do mesmo. Ou seja, no final das reuniões, cada membro do Boca de Rua recebe 25 exemplares do Jornal, que é vendido a um real cada. Vale registrar que, apesar das reconhecidas diferenças quanto à intensidade de empenho na redação das



matérias, os técnicos realizam um esforço considerável no sentido de incentivar a participação de todos na definição das pautas e na elaboração dos textos.

Ainda referente ao cotidiano, o Grupo identificou a necessidade de criar, conforme indicação acima, um conjunto de regras, com o intuito de preservar a coletividade e proporcionar condições sem as quais o trabalho em conjunto ficaria inviabilizado. Nesse sentido, tivemos em uma das reuniões a oportunidade de presenciar a iniciativa tomada por alguns dos Bocas no sentido de colocar em discussão – rever e esclarecer – algumas das regras apresentadas abaixo, principalmente em razão da entrada de novos integrantes no Grupo. Dado, um dos Bocas, faz o alerta aos novos colegas nos seguintes termos: *“As regras não são para punir, não são para se vingar... Só aqui que nós que fazemos as nossas regras”*. E são estas as principais:

- Na hora da venda, todos devem usar crachá e apresentar o projeto ao comprador.
- Não podem apresentar jornal dobrado, amassado, e que não seja do Boca de Rua.
- O nome de quem está vendendo tem que estar escrito na capa do jornal.
- Enquanto estão trabalhando com o jornal, seja na elaboração das pautas e dos textos, seja na venda dos exemplares, ninguém deve usar drogas.
- É preciso aprender a respeitar os outros.
- Após quinze minutos de atraso, o Boca pode participar da reunião, mas não recebe seus jornais.
- Não podem roubar coisas de membros do Grupo.
- Não podem vender só o encarte Boquinha.
- Não podem pedir primeiro o dinheiro e não entregar o jornal.
- Não podem cobrar mais do que um real.
- Não podem comer durante a reunião, porque atrapalha e desvirtua a atenção.
- Não é permitido repassar os exemplares dos jornais para que sejam comercializados por pessoas que não participam do Grupo.
- Quem faltar três reuniões sem justificar volta para a fila de espera.

Qualquer integrante do projeto que vier a desrespeitar as normas estabelecidas poderá ser suspenso por tempo variado (de uma reunião a três meses) ou até mesmo expulso do Grupo, em virtude da falta cometida. Muitas vezes, elas são extremamente severas, como a suspensão por três meses em caso de reincidência no repasse dos exemplares devidos para alguém estranho ao Grupo.

O importante nesse processo é que em cada reunião, na entrada de cada novo membro, a cada regra descumprida, os acordos estabelecidos pelos Bocas são retomados e discutidos. Nessas ocasiões, os técnicos da Rede Boca de Rua procuram atuar alertando-os para que as punições definidas pelo Grupo fujam dos parâmetros que a rua comumente lhes confere. Ao negociar o peso dessas punições com os Bocas, a Rede Boca de Rua objetiva que o Grupo não reproduza a sociedade que ele mesmo critica. E esse aspecto de constante discussão e reflexão faz parte do processo de educação que é intrínseco ao Boca de Rua, no qual as relações historicamente naturalizadas no seio da sociedade e os seus efeitos são explicitados, questionados e discutidos.

Para a ALICE (2008, p. 17), “[o] Boca é um mutante. O Jornal cresce, tropeça, aprende, erra, reaprende e produz filhotes em forma de subprojetos. Como um organismo vivo em busca da sobrevivência e da evolução”. O Boca de Rua não faz doações e não tem a pretensão de dar voz às pessoas<sup>7</sup>, ou tirá-las das ruas ou das drogas, e nem mesmo convencê-las a procurar um emprego, uma moradia ou voltar à escola. Não se trata, porém, de afirmar que isto não seja desejado. Pelo contrário, o Boca de Rua tem conexões com entidades, instituições e organismos públicos e do Terceiro Setor que atendem os demandantes por esse tipo de ajuda. O desafio do Boca de Rua é “[...] combater a banalização, o desconhecimento e o preconceito. É não achar normal” (ALICE, 2008, p. 20).

No sentido de deixar de ser um jornal de moradores de rua para assumir o caráter de comunicação do cotidiano das ruas da cidade, o Boca de Rua trata, em suas edições, de temas cujo interesse ou relevância não seja exclusivo dessa população, podendo interessar a movimentos sociais, como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN); a organizações não-governamentais, tais como o Grupo de Apoio e Prevenção à Aids (GAPA) e o Grupo Nuances de Livre Orientação Sexual –, a ex-presidiários e aos participantes em manifestações de cultura popular, como o Carnaval.

Como resultado das oficinas de fotografia, de vídeo e de escrita, o Boca de Rua produziu uma exposição fotográfica itinerante chamada “FACES da Rua” e a “VÍDEO-CARTA”, dos moradores de rua de Porto Alegre para os moradores de rua de São Paulo; e as “HISTÓRIAS de Mim”, coletânea de textos produzida na Oficina de Escrita Livre. Além dessas publicações,

---

<sup>7</sup> No início do projeto, a ALICE se propunha a “dar voz a quem não tem voz na mídia”. No entanto, a Rede Boca de Rua concorda que os membros das comunidades têm voz, mesmo que muitas vezes essas não sejam ouvidas e que os grandes meios de comunicação não cedam espaço para suas manifestações. Nesse sentido, o jornal funciona como um canal organizador de seu pensamento e propagador de seu discurso (ALLES, 2007).

a ALICE aguarda para breve o lançamento do “Boca no Mundo”, livro que descreve a metodologia adotada pelo Boca de Rua e pelo Boquinha, e do livro “Criança tem História”, coletânea de textos e ilustrações produzidos pelas crianças e adolescentes membros do Boquinha. É devido a esses projetos, aliados à sua originalidade, que o Boca de Rua se torna cada vez mais conhecido, não apenas na Região Metropolitana de Porto Alegre, mas também em outras capitais do Brasil, até mesmo em outros países.

Atualmente, o Jornal Boca de Rua começa a ensaiar uma interação maior com outras publicações de rua. É o que está começando a ocorrer por meio da troca de cartas e de relatos pessoais entre moradores de rua da capital francesa - membros do Jornal *Macadam* de Paris, que se encontra em fase de criação - com os integrantes do Boca de Rua, tal como testemunha a edição de número 27 do Boca de Rua, de janeiro de 2008. Além do intercâmbio por meio de cartas com moradores de rua franceses, a presença do Boca de Rua em outros países se deve à filiação da ONG à Associação Internacional das Publicações de Rua (INSP, em seu acrônimo em inglês).

De forma distinta a outras publicações do gênero, como a revista *Ocas* (Rio de Janeiro e São Paulo), *La Luciernaga* (Buenos Aires) e *The Big Issue* (Europa e Austrália), todas as reportagens, fotografias, entrevistas, poesias e ilustrações do Boca de Rua são elaboradas, conduzidas e/ou registradas pelos próprios moradores de rua. Nessas outras publicações, é comum existir uma seção escrita por moradores de rua, a exemplo da revista *Ocas*. Entretanto, a grande maioria das matérias é escrita por profissionais da comunicação, ficando o morador de rua responsável apenas pela venda do jornal. Isso distingue o Boca de Rua das outras publicações do gênero, tal como é o caso da revista *Ocas*: enquanto o Boca de Rua é fornecido a custo zero para os membros do Grupo executarem a venda, a *Ocas* é comprada pelos moradores de rua por um real, sendo revendida na rua por três reais.

De acordo com a ALICE (2008, p. 30), “[a] forma de trabalho na rua se dá numa outra dimensão, onde é possível pensar em ações coletivas norteadas por uma relação com o trabalho e o dinheiro diferente da estabelecida pelos chamados ‘cidadãos produtivos’”. Os membros do Grupo participam de todas as etapas da produção, da editoração e venda dos jornais, ou seja, eles definem pautas, quem e como realizar as entrevistas, fotografam, participam ativamente na escolha de capa, na seleção de fotos e na elaboração dos títulos das reportagens, ilustram e, principalmente, reclamam daquilo que não ficou do seu agrado. Nessa medida, a atuação no Boca de Rua até pode até ser pensada como uma atipicidade na vida da população de rua. No entanto, ao buscarmos as suas origens, é possível verificar que desde a

criação de sua marca, o Jornal tem se orientado pelo ideal do respeito às diferenças, princípio que em momento algum foi imposto ou sugerido pelas jornalistas da ONG:

Chovia. Pouco, mas chovia. Quando a chuva era grossa, todo mundo precisava se abrigar em baixo das marquises, nas paradas de ônibus ou, na pior das hipóteses, sob os guarda-chuvas descartáveis vendidos pelos camelôs do centro a R\$ 5,00. A gurizada recolhia nos lixos aquelas coisas pretas, desengonçadas, parecidas com urubus de asas quebradas, mas eficientes para proteger da neblina ou do chuveiro manso.

Naquele dia, porém, os pingos eram tão preguiçosos que não impediram Riquinho de finalmente decidir-se a fazer o logotipo do jornal. Um mês antes, o nome “Boca de Rua” tinha sido concorrido com outras quatro sugestões e vencido em uma votação apertada. Riquinho, pulso firme apesar da loló, candidatou-se para desenhar as letras. Mas ele enrolava. Toda a semana tinha uma desculpa. Naquele dia, apesar da chuva, acabou cedendo à pressão do grupo. Como as reuniões do jornal eram feitas na praça, acomodou-se no chão e transformou um banco de cimento em prancheta. Dez ou quinze minutos depois o logotipo estava pronto. Apesar de um pouco respingado pela chuva, era irretocável.

Na frente e no final das palavras, destacavam-se sinais de igualdade – o maior desejo de quem clama por justiça. O “de” que unia as duas palavras principais lembrava tridentes de diabo e também a autodefinição usada por muitos dos meninos criados sem uma família nem um teto – “nós somos uns diabos”. E no centro de tudo, grande e vermelha, uma boca aberta. O dono ou dona daquela boca não estava bocejando, nem cantando: estava gritando. Era uma boca quase idêntica à da figura pintada por Münch no quadro célebre “O grito”. Mas Riquinho nunca tinha visto uma reprodução da obra. Era o grito de Riquinho. O grito daqueles 10 guris e gurias habitantes das praças, das ruas, dos esgotos. Era a boca de todos eles gritando por socorro, gritando em protesto, gritando por dignidade na rua, o único lar (ALICE, 2008, p. 40).



**=BOCA⇒RUA=**

**Figura 1 - Logotipo do Boca de Rua.**

Criação: Riquinho. Fonte: Exposição Faces da Rua

O fato dos membros do Boca de Rua já estarem nas ruas e nas praças, não facilita, conforme poderia ser pensado, a ocupação dos espaços públicos por esses indivíduos. A tomada deste espaço para o exercício da atividade tem desencadeado uma inusitada competição, entre os membros do Jornal, por exemplo, com os indivíduos que, nas praças,

coordenam os pequenos furtos, com traficantes de drogas, com a polícia e a sociedade em geral.

Em seu planejamento para os anos de 2007 e 2008, a ALICE formalizou os objetivos que orientarão o trabalho a ser desenvolvido nos diferentes projetos vinculados ao Boca de Rua. É fundamentada nos objetivos abaixo, que a Rede Boca de Rua se empenhará no citado período, visando contribuir para a transformação de uma sociedade estagnada, exclusiva e desumanizada, que desconsidera, em suma, os direitos mais básicos dos seus cidadãos (ALICE, 2008):

- Ser um canal de comunicação das pessoas em situação de rua e risco social;
- Ser uma fonte alternativa de renda para os integrantes do Jornal;
- Gerar uma mudança na auto-percepção das pessoas através de um papel ativo na sociedade.

O Boca de Rua, à luz destes, se propõe a assumir o papel de interlocutor, por meio do referido espaço de atuação, entre os “de dentro” e os “de fora” da sociedade (FREIRE, 1988). Essa interlocução entre os integrantes do Jornal e os indivíduos ditos incluídos na sociedade se dá em um movimento dialético com o processo educativo que se realiza no cotidiano do Boca de Rua, o qual não se limita ao incentivo dado aos integrantes do Projeto para que retornem à escola. O que se realiza, ali, é, principalmente, uma educação de cunho crítico e que os capacita a perceber as contradições presentes nos mais diversos discursos. Um exemplo recorrente, e fruto de tal processo, tem lugar quando os Bocas se dão conta, nos seus debates, por exemplo, que em um determinado momento eles criticam uma caridade que humilha, cobrando da sociedade, logo em seguida, esta mesma demanda. Pois é justamente nesses momentos em que emerge a contradição entre o que o Grupo pensa e as atitudes adotadas, isoladamente, por um integrante, que a reflexão se instaura e alimenta o debate: quem estava calado se pronuncia, a participação do Grupo se intensifica e as divergências de opiniões tomam assento. Entretanto, ali mesmo e em meio a todo esse caos, quando a instalação de uma briga parece inevitável, o respeito mútuo permanece. Ali, todos têm o direito de falar, de expor seu pensamento, de escutar e de ser ouvido. Significa dizer que, no Grupo, nenhuma decisão é tomada arbitrariamente, jamais imposta. Nada é aceito sem prévio debate, com as suas devidas e apropriadas argumentações e contra-argumentações. Isso envolve desde uma decisão costumeira sobre quem entrevistar, por exemplo, até a escolha da capa do Jornal. Tudo, enfim, passa pelo fórum e lá permanece até chegar a uma decisão aceita coletivamente.

Mesmo dispondo de um lugar para se reunir, o Boca de Rua não se limita, para isso, à sobreloja do Restaurante Popular. O Grupo faz uso dos espaços públicos, como as ruas, as praças, os parques e centros culturais da cidade, não apenas como abrigo ou um mero ponto de venda, mas como um espaço legítimo para o exercício da sua cidadania, ou seja, um espaço de debate, de conscientização e de intervenção social.

Os membros do Boca de Rua conduzem o seu trabalho sem estar formalmente subordinados a uma liderança de cunho técnico ou mesmo imposta pela ONG. Nesse sentido, o Grupo trabalha de maneira consoante à missão da ALICE (2008): ser um centro difusor de comunicação alternativa, com projetos autogeridos entre populações em situação de vulnerabilidade social, profissionais de comunicação, instituições de ensino e sociedade civil.

Um fator relevante a ser considerado acerca do Boca de Rua é a violência contra os moradores de rua, por parte de certos policiais, que tem aumentado. Seguidos atos de violência têm ocasionado a perda de todos os pertences e documentos de vários Bocas. Nessas ocasiões, face aos danos causados pela ação policial que atua, em determinadas ocasiões, em conjunto com a Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV), o nervosismo explode e inviabiliza a reunião.

Outro problema grave enfrentado pelos membros do Boca de Rua, com efeitos danosos para o indivíduo e para o seu processo de organização é o abuso de drogas e do álcool. A Rede Boca de Rua tem como princípio não proibir o uso dessas drogas, exceto nas reuniões e no momento da venda, tal como o determinam as regras elaboradas por iniciativa do Grupo. Frequentemente este assunto é trazido à tona pelos próprios Bocas, seja em tom sério ou de brincadeira. Quando isso acontece, a Rede Boca se posiciona, afirmando que aquele é um espaço para trabalho.

Quando se encontram internados para tratamento, todos os membros do Boca de Rua recebem seus jornais na instituição em que se encontram temporariamente, permitindo-lhes, ainda assim, obter alguma renda. O mesmo acontece com os que se encontram hospitalizados ou cumprindo pena. Com isso, fica evidente que o Boca de Rua não propõe nem adota uma atitude filantrópica, mas busca atuar de forma consciente e responsiva para com todos os indivíduos que ali trabalham. Esse aspecto vai além da entrega do Jornal no período em que alguns dos membros do Grupo se encontram afastados. Os Bocas que estiverem nessa situação recebem visitas de outros integrantes do Jornal ou dos membros da Rede, além de serem, por estes últimos, mantidos contatos diretos e permanentes com as entidades, inclusive hospitais e cadeias.

Nas últimas reuniões da ALICE, a direção da ONG defrontou-se com a incontornável necessidade de discutir questões determinantes para o Boca de Rua, dentre estas a venda do jornal, que é um dos maiores problemas atualmente enfrentados pela Rede Boca de Rua e pela ALICE. Isso se deve ao fato de pessoas não vinculadas à organização terem, por várias vezes, sido flagradas vendendo o Jornal ou apenas o encarte Boquinha, o que é proibido. Alguns membros do Grupo também já foram denunciados por utilizar o jornal e/ou o seu crachá para pedir dinheiro. Exemplares do Jornal também têm sido utilizados, por alguns membros do Grupo, como moeda de troca e como garantia de permanência nas ruas da cidade. Inclusive, reclamações de leitores sobre um comportamento abusivo na venda dos jornais chegaram à Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho que, em razão disso, vetou a cota extra de quatro mil exemplares que concedia ao Boca de Rua, reduzindo sua tiragem de doze para os atuais oito mil exemplares, com evidente prejuízo na renda para o conjunto dos membros do Jornal.

Além dos problemas citados, seja relativos às vendas, ou ao abuso de drogas, a ALICE se depara com a inevitável necessidade de afrontar questões relativas à fundamentação e à própria organização do Boca de Rua. Dentre estas encontra-se o desafio de encontrar meios para assegurar o fortalecimento das lideranças informais que atuam no Grupo, o papel do Jornal na vida dos moradores de rua e na sociedade, bem como alternativas para aumentar o número de integrantes no projeto. Em conjunto com o Boca de Rua, a ONG tem buscado parceiros que possam auxiliá-la a discutir tais questões em conjunto com o Boca de Rua, naquilo que, em um primeiro momento, tem sido chamado de capacitação.

Uma das atividades inovadoras em curso no Boca de Rua é a montagem da Bocoteca, uma biblioteca a ser formada a partir da doação de livros, localizada no próprio Restaurante Popular. Para isso, tem contado com o auxílio de Leandro, bibliotecário vinculado ao projeto Civitas, da UFRGS, que está dando aos Bocas orientações sobre como organizar e conservar os livros. Essa realização assegura aos membros do Grupo a possibilidade de acesso aos livros, propiciando o desenvolvimento não apenas as suas habilidades para o trabalho no Jornal, como também uma ampliação de sua visão de mundo.

### 3.3 O PROJETO BOQUINHA

Tratar do Boca de Rua sem considerar o projeto Boquinha seria, no mínimo, cometer um erro na apresentação dessa organização, inclusive pela importância, para os Bocas, do referido projeto, pois alguns familiares dos Boquinhos também estão envolvidos nesse

projeto. O Boquinha é o projeto infanto-juvenil da ALICE, cujo resultado das reuniões do grupo é publicado em encarte homônimo no Jornal Boca de Rua. Para tanto, as famílias dos 15 participantes recebem uma bolsa, contribuindo para que esses permaneçam integrados às mesmas e afastados do trabalho infantil. Apesar de ser publicado como encarte do Boca de Rua, o Boquinha é um projeto voltado à concretização de um objetivo que lhe é próprio: “Mostrar o mundo para as crianças e as crianças para o mundo”. Com esse objetivo, a Rede Boca de Rua trabalha a partir da perspectiva de que “o ‘mundo’ a ser mostrado é composto por outras realidades além da violenta dureza das ruas” (ALICE, 2008, p. 63). Para a sua concretização, o Boquinha conta com o apoio dos Amigos das Crianças, fórum de discussão que reúne os pais e/ou responsáveis das quinze crianças do Boquinha. No intuito de colaborar com eles, a Rede Boca de Rua proporciona apoio para as crianças e os responsáveis, auxiliando em questões que envolvem o uso de drogas, a volta às ruas e o prosseguimento da educação formal. Nesse fórum, os envolvidos trocam idéias sobre as crianças, visando reforçar os laços familiares. Os responsáveis também prestam contas sobre a utilização da bolsa-auxílio repassada, pela ONG, às famílias das quinze crianças envolvidas no projeto.

### 3.4 ALGUNS EPISÓDIOS DE REFERÊNCIA

Nessa seção, daremos destaque a episódios que marcaram o nosso convívio com o Boca de Rua. Evidentemente, todos os momentos ali vividos foram relevantes para esta crescente tomada consciência sobre quem é o Grupo em referência. Relatá-los em sua integralidade seria, no mínimo, extenuante, senão desviar os objetivos dessa Dissertação. Seleccionamos, entretanto, coerente com o título da seção, alguns episódios considerados representativos no que diz respeito ao modo como se realizam os processos organizativos no Boca de Rua, quanto para a história da organização.

#### 3.4.1 A tomada de decisão e exercício de liderança

Envolvidos na tomada de decisão com forte repercussão no trabalho grupal, como é o caso das reuniões voltadas à definição de nova edição do Jornal, alguns membros se apresentam como voluntários para debater determinadas idéias. Nos últimos encontros, Jaqueline, Paulo, Dado e Jair foram os que tomaram iniciativas nesse sentido. Este é um momento crucial para o Grupo, pois essa tomada de decisão também propicia o



fortalecimento do Grupo. Nele, não apenas questões importantes para o cotidiano do Jornal são tomadas, mas, também, as lideranças informais se estabelecem, por meio da adesão de outros membros do Grupo às idéias defendidas por quem faz uso da palavra. A natureza processual do Boca de Rua justifica que a formação desses grupos menores ocorra episodicamente, ou seja, os indivíduos se articulam de acordo com as necessidades e os ideais próprios de cada um.

Inicialmente, pensávamos que, portanto, os membros do Boca de Rua poderiam se submeter às suas vontades e ideais defendidos pelas lideranças informais do Jornal. No entanto, o Grupo apresenta a característica bastante peculiar de não permitir que uma liderança informal se estabeleça por muito tempo. Um dos Bocas até pode se sobressair por um determinado tempo, mas, logo, é boicotado pelos outros membros, como é o caso de Ricardo (o único universitário do Grupo), acusado de ser um “gravatinha” e, mais recentemente, o caso de Dado, que está suspenso por ter repassado jornais para um morador de rua que não é membro do Jornal.

Ricardo, algumas vezes, se apresentou como coordenador do Jornal em situações públicas e, mais recentemente, tem atuado no sentido de articular o Boca de Rua com órgãos públicos, instituições de assistência e outras ONGs. No entanto, sua influência sobre os demais membros do Grupo foi bastante reduzida. Desde que iniciamos o convívio no Boca de Rua, Dado tem se mostrado uma liderança cada vez mais sólida, definindo e direcionando das pautas das edições do Jornal e, principalmente, exigindo o cumprimento das regras para todos os casos de faltas cometidas pelos outros membros do Grupo, em especial, por aqueles que não fazem parte do seu grupo de convivência nas ruas. No entanto, Dado foi denunciado, por colegas do Jornal, conforme acima referido, por estar repassando exemplares para pessoas que não fazem parte do Boca de Rua. Uma das jornalistas constatou a procedência desta falta. Razão pela qual Dado foi suspenso, inicialmente, por quinze dias. Caso venha novamente a incorrer nessa falta, Dado será afastado do Grupo por três meses.

Acreditamos que o boicote às lideranças que começam a se estabilizar não se trata de pura não-aceitação daquela pessoa enquanto líder, mas sim de reafirmar a coletividade do grupo e o seu ideal de não-representatividade. Com esse mecanismo de boicote às lideranças, o Boca de Rua acaba garantindo que, em determinado momento, cada um dos seus membros esteja em evidência. Existem, ainda, aqueles Bocas que preferem não assumir tal posição, refugiando-se sob a tutela de algum outro membro mais ativo no Grupo. Agindo dessa maneira, evitam prejuízos, como punições por eventuais faltas menores, como ocorre quando chegam atrasados, por exemplo.

### 3.4.2 A pena contra a “chinelagem”

Uma das regras mais controversas é a que trata da “chinelagem”, tal como os Bocas a chamam, ou seja, o furto praticado por colegas a membros do próprio Grupo. Na reunião em que esta regra foi rediscutida<sup>8</sup>, um impasse instaurou-se, já que alguns defendiam a aplicação da penalidade própria ao caso, a exemplo do que já ocorrera anteriormente, ou seja, em caso de roubo nenhum dos Bocas receberia o jornal. Rosina argumentou que sua aplicação nos termos propostos seria nada mais nada menos do que reproduzir a dureza com que a sociedade os trata, razão pela qual a caracterizava como exagerada e injusta para com aqueles que não cometeram tal delito. Com base nisso, ela propôs uma redução da pena para cinco exemplares. Alguns membros apoiaram a sugestão de Rosina, enquanto outros levantaram uma possibilidade intermediária, considerada capaz de garantir parte da renda, ainda assim com impacto considerável: a diminuição de dez jornais, ou seja, de 25 para 15 exemplares semanais. Como o impasse se manteve, o Grupo decidiu votar abertamente, tendo por base a argumentação dos defensores das três propostas.

Ressaltamos que a votação é uma modalidade de tomada de decisão grupal utilizada em situações realmente excepcionais. Em geral, os Bocas e os técnicos presentes à reunião dialogam à exaustão, até chegarem a conclusões equânimes. Nesse caso, quando tiveram que decidir sobre a penalidade a ser aplicada aos casos de roubo, a regra inicial foi mantida, ou seja, todos os integrantes do Grupo perdem todos os jornais de uma reunião, comprometendo, dessa maneira, a integralidade da renda semanal do Grupo.

O principal argumento apresentado por José em defesa da manutenção da pena original foi que somente uma penalidade severa acabaria, de vez, com o roubo. Ou seja, uma pessoa teria medo de cometer esta falta, pois, a cada vez que tal fato ocorrer, todos irão perder os jornais da semana. Além disso, a aplicação original da pena maior faria com que todos os Bocas se esforçassem para descobrir a autoria da “chinelagem” e, em isso ocorrendo, a pessoa responsável seria, então, suspensa do Grupo.

Em uma conversa com Rosina, naquela tarde, ela se mostrou insatisfeita com a dureza da regra então ratificada pelo Grupo, pois, conforme observava, praticamente todas as lideranças informais do Boca de Rua haviam votado nessa proposta. Para ela, isso fez com que os demais Bocas escolhessem a alternativa de manter a pena consoante à original. Nessas

---

<sup>8</sup> Isso ocorreu devido ao fato de Jaqueline, na reunião da semana anterior, ter tido todos os seus jornais roubados no mesmo instante em que ela ajudava Pedro, que possui dificuldade na escrita, a assinar os seus jornais.

condições, o objetivo geral do Grupo, ou seja, não haver roubo foi, no período de realização da Dissertação, incontestavelmente alcançado.

### 3.4.3 O uso do espaço público

O Boca de Rua tem a tradição de assumir os espaços públicos como um meio efetivo de intervenção social, seja por meio do diálogo com compradores do Jornal, seja nas ocasiões em que ocorrerem as festividades as mais diversas. Em 2007, por exemplo, a passagem do sétimo aniversário do Jornal, foi comemorada em pleno domingo de Dia dos Pais, no Parque da Redenção, em meio ao tradicional Brique, com direito a bolo, refrigerante, balão, cartaz e música. Convites foram distribuídos para as entidades parceiras, e espalhados nos mesmos pontos da cidade aonde os jornais são vendidos.

A escolha do local não foi uma idéia apresentada pela ALICE. Em uma reunião da direção da ONG com o Grupo, eles decidiram que queriam uma festa de aniversário completa no Parque da Redenção. Infelizmente, a proposição inicial teve de ser abandonada, devido a problemas na agenda da Epatur: Os Bocas pretendiam iniciar a festividade com um passeio no ônibus da Linha Turismo, descer no Parque e, ali, montar, a sua festa.

No dia e hora marcados, parceiros, amigos, convidados, curiosos e equipes de TV lá estavam, confraternizando com o Boca de Rua. Alguns Bocas explicavam aos interessados o que era o Jornal, outros ocupavam-se da venda. Este, no entanto, não foi apenas um dia de venda coletiva no Parque da Redenção. No dia do evento, estes sobre os quais se costuma pensar que nada mais são que sumários pedintes (de dinheiro, comida, roupas etc.), lá estavam distribuindo bolo e refrigerante, cantando os *raps* do grupo Realidade de Rua (formado por membros do Boca de Rua, a partir de oficinas produzidas pelo GAPA), convidando os que por ali transitavam a participar da festa.

Um outro episódio que retrata, como se dá, nesse caso, a tomada dos espaços públicos da cidade, foi o último abaixo-assinado organizado pela ALICE no Parque da Redenção. Nesse evento, os membros do Boca de Rua conversaram com a população sobre a proposta apresentada pelo Governo Municipal com vistas à retirada dos moradores de rua das praças e o fechamento dos vãos das pontes. Também aproveitaram a ocasião para falar sobre a falta de vagas nos abrigos e albergues municipais. Tais fatos concretizaram o objetivo do Boca de Rua de tomar o espaço público, não apenas como forma de chamar a atenção da sociedade para a

sua condição, por meio da venda dos Jornais, mas para o sentido comunal presente na delimitação e uso do mesmo.

#### **3.4.4 Enfrentando mudanças**

Durante o convívio com o Grupo, desde abril de 2007, além de momentos festivos, como o lançamento do livro “Histórias de Mim”, a comemoração do sétimo aniversário do Jornal e o seu estabelecimento na sobreloja do Restaurante Popular, também presenciamos momentos difíceis para os Bocas e para os membros da Rede. Um deles foi a saída de Clarinha Glock e Manuel Madeira, que se afastaram do Grupo por motivos profissionais: Clara passou a viajar com frequência para São Paulo, onde trabalha, e Manuel mudou-se para Paris, onde cursa, desde então, Mestrado em Psicologia.

Com a saída dos dois, os Bocas ficaram despossuídos de uma referência que vinha sendo construída há relativamente bastante tempo, visto que Rosina, ao assumir, como jornalista, a responsabilidade pela publicação do Jornal, era desconhecida pela maioria dos Bocas. Em virtude de outros compromissos, ela não se envolveu diretamente com o Projeto, e vários membros do Grupo eram novos. Essa substituição aconteceu em período coetâneo à chegada do Boca de Rua no Restaurante Popular do Comitê Gaúcho da Ação da Cidadania. Ao contrário da expectativa inicial da ALICE e da Rede Boca de Rua, a troca dos técnicos não ocasionou, para o Grupo, transtornos maiores: Rosina foi aceita sem grandes complicações. No início, diversas comparações foram feitas entre a forma de trabalhar de Clarinha e Rosina, mas reduziram-se com o tempo, até cessar.

#### **3.4.5 A ALICE e o Empreendedorismo Social**

Assim que a ALICE deu início ao trabalho de planejamento para os anos de 2007 e 2008, Jorge, com o intuito de auxiliar a ALICE nessa tarefa, elaborou uma apresentação sobre o conceito de Empreendedorismo Social. No contexto da apresentação, Jorge indicou possibilidades de capacitação para Empreendedores Sociais que, algumas ONGs, como a ASHOKA<sup>9</sup>, oferecem.

---

<sup>9</sup> A Ashoka é uma organização mundial, sem fins lucrativos, pioneira no trabalho e apoio aos empreendedores sociais. Segundo seu *website*, a ONG é pioneira na criação do conceito e na caracterização do empreendedorismo social como campo de trabalho. Após identificar e selecionar o empreendedor social, a

O conteúdo abordado na apresentação acabou gerando um sensível mal-estar em alguns membros da direção da ALICE, pois conforme seus depoimentos, viram-se expostos a uma proposta que nitidamente associava a figura do Empreendedor Social com a de um empresário bem-sucedido, ou seja, alguém que gerencia projetos e capta recursos financeiros para a ONG. Em tais condições, argumentaram que o empreendedor social perderia de vista a sua real função transformadora no sistema social em que atua, já que em razão das ditas demandas sociais estaria visivelmente se aproximando de um ideal corporativo, e como tal, prioritariamente interessado em resultados quantificáveis. Nesse meio tempo, Margareth se questionava sobre como fazer para mensurar os resultados, ou fazer o *accountability* social, segundo propunha o referencial utilizado por Jorge, dada a complexidade do público mais expressivo da ONG, os moradores de rua. No pulular dos acontecimentos, Rosina encerrou o debate, afirmando, em tom de brincadeira, afirmando que a ALICE nunca teve e nem tem a mínima pretensão ou sequer o interesse em se adequar aos prefácios do empreendedorismo social.

A importância deste acontecimento é clara: no caso de vir a assumir a posição do Empreendedorismo Social, a ALICE acabaria por se colocar na contramão da sua história e com os ideais que fundamentam a sua visão: “Contribuir para o desenvolvimento da cidadania por meio da comunicação, do acesso ao conhecimento e da informação ética e democrática” – e, principalmente, com a sua missão – “Ser um centro difusor de comunicação alternativa, com projetos autogeridos entre populações em situação de vulnerabilidade social, profissionais de comunicação, instituições de ensino e sociedade civil”. Com essa mudança paradigmática, a ALICE passaria, então, a ser cobrada por seus financiadores por uma atuação consoante ao ideal de eficiência típico do sistema do capital. Sob este imperativo, a atualização da condição de vida dos indivíduos envolvidos em seus projetos deveria se tornar objeto de quantificação, transformando-se em metas, diga-se, de alfabetização, de saída das ruas, de recuperação de viciados, entre outras. Face ao exposto, ao invés de se instituir como um centro difusor de comunicação alternativa, a ALICE acabaria se transformando, contrariamente ao seu objetivo, em um centro de inserção dos indivíduos na sociedade. Com tal medida, ficariam garantidas às empresas financiadoras dos projetos, além de uma boa imagem social, a atestada redução fiscal, tudo em nome de uma ajuda oferecida aos “atendidos” por essas iniciativas.

---

Ashoka oferece uma bolsa mensal por três anos para que ele possa se dedicar exclusivamente ao seu projeto e contribui para a sua profissionalização provendo serviços como seminários e programas de capacitação (ASHOKA, 2008).

### 3.4.6 A saída de Belo

Um outro caso muito representativo, em virtude do seu impacto para o contexto do Jornal, foi o ocorrido com Belo. Um dos mais antigos membros do Grupo, Belo sempre se apresentou como um dos mais tenazes defensores do trabalho do Boca de Rua. Marcado pelo abuso de drogas e outros problemas de saúde, é finalmente hospitalizado. Ele esteve ausente em várias reuniões. No dia em que retornou ao Grupo, chegou atrasado e, embora cômico das regras que o próprio Grupo instituiu, grita, visivelmente alterado, exigindo os seus jornais. As jornalistas pediram a ele que se acalmasse aguardando até o final da reunião para, então, conversar adequadamente. Belo não dá ouvidos a elas e arromba o armário onde os jornais são guardados, tomando para si uma quantidade considerável de exemplares. Rosina tenta impedir que ele leve os jornais, sabedora que é da punição que a aplicação das regras acordadas pelo Grupo reservaria a ele. Sem dar-lhe ouvidos, Belo ameaça agredi-la e sai, levando consigo os jornais. Enquanto tenta sair do Restaurante e, fruto das decisões tomadas em Grupo, Belo é literalmente banido da Organização.

Diferente do habitual, no momento da aplicação da penalidade, nenhum dos membros presentes chegou a questionar a sua expulsão. Dessa maneira, a expulsão de Belo adquiriu o caráter de unanimidade, sendo a primeira ocorrência deste tipo, desde maio de 2007, quando Rosina assumiu a responsabilidade pela coordenação dos trabalhos do Grupo.

#### 4 REPOSICIONAMENTO DOS PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS: A FENOMENOLOGIA DIALÉTICA

O método fenomenológico descritivo, da forma como Husserl o concebeu, foi claramente criticado por autores como Adorno e Marcuse, teóricos da Teoria Crítica, e cuja contribuição fundamenta um dos Eixos Teóricos da Dissertação. Quanto a Marcuse, adota uma posição que o aproxima da fenomenologia existencialista de seu professor Heidegger, sucessor de Husserl. Adorno (1940), por sua vez, sustenta que o filósofo, em seu idealismo, reduz as essências à pura consciência subjetiva, ficando liberadas de tudo o que seja factual ou contingente. Confrontando as posições e, sem pretender ignorar as diferenças, entre os autores citados, optamos, neste estudo, por recorrer a Husserl quando da apresentação do fenômeno em questão, o Boca de Rua, e à dialética negativa como fundamento para a etapa analítica do estudo. A dialética negativa, proposta por Adorno contra a dialética positiva, é o fundamento da Teoria Crítica, à qual se vinculam os autores anteriormente citados. A diferença essencial entre essas duas abordagens centra-se na questão da dominação:

As dialéticas que elaboraram muitas das ‘teorias do progresso’ são inautênticas, de caráter meramente abstrato e fundadas em ‘fases’ ou ‘etapas’ que se sucedem uma à outra de modo quase mecânico. A meta última dessas dialéticas foi a mesma da ‘teoria tradicional’: o domínio. Mas, ao dominar, ou procurar dominar, a Natureza e o meio, o homem terminou por transformar-se ele mesmo em objeto do seu próprio domínio, isto é, reificou-se, alienou-se (MORA, 2004, p. 53).

Posteriormente à decisão, encontramos reais dificuldades em localizar referenciais apropriados, donde o recurso à tradução americana da *Negative Dialektik*, obra publicada por Adorno em 1966. Nesse texto, encontramos elementos fundamentais para a compreensão do que a dialética negativa é, ou seja, para Adorno (1999, p. 6), a dialética desdobra a diferença entre o particular e o universal, ditada pelo universal. Por não suprimir o particular ao universal, assim que a dicotomia sujeito-objeto é pensada, em uma pesquisa, ela se torna inescapável para o sujeito, desestabilizando o que quer que este esteja pensando, até mesmo objetivamente.

Nesse sentido, o pensamento de Adorno nos leva a conceber a relação de pesquisa com o Boca de Rua de uma maneira que não entre um sujeito e um objeto, mas também inviabiliza percebermos essa relação, exclusivamente, a partir do sujeito. Percebemo-la, sim, conforme Adorno propõe, de maneira reconciliatória, posto que, para o autor, a reconciliação libera o não-idêntico, o livra da coerção, até mesmo da coerção espiritualizada; abre caminho para a multiplicidade das diferenças e, por fim, livra a dialética de seu poder sobre elas. Assumir a dialética negativa implica uma atitude peculiar em relação aos sistemas,

percebendo-os como objetividade negativa, e não como sujeito positivo. Não se trata, portanto, de aplicar a dialética, ou o método dialético, ao Boca de Rua, mas sim de, com base na processualização a ele inerente, tentar identificar o movimento dialético dos seus processos de organização, enquanto possível materialização dos princípios e objetivos que fundamentam a *práxis* dos seus membros, ou seja, a indissociabilidade entre eles, a sua ação e a sua reflexão.

Ao percorrer este caminho, encontramos em Herbert Marcuse<sup>10</sup> e na sua proposta de uma fenomenologia do materialismo histórico, “fenomenologia da existência concreta e do atual ato concreto” (MARCUSE, 1968, p. 80), fundamentos para reposicionarmos, sem perda de essências, as propostas acima referidas. Ao adotarmos a fenomenologia dialética, intencionamos dar conta da questão existencial que a Ética implica, ao mesmo tempo em que não negamos, nem deixamos “entre parênteses”, as dimensões histórica e material da existência dos membros do Boca de Rua.

De acordo com Valmireh Chacon (1968, p. 30), Marcuse almeja uma sociedade não repressiva, “[...] onde a superação dialética hegeliana-marxiana também levasse em conta a dimensão existencial [...]. Tratar-se-ia de uma sociedade órfica, redimida pelo trabalho enquanto alegria do jogo artístico, e não mais sob o castigo bíblico do labor [...]”.

Herbert Marcuse (1968) reivindica que somente uma síntese desses métodos – quer dizer, uma fenomenologia dialética, enquanto um firme método de extrema concreção – permite à historicidade da existência humana tornar-se adequada. Isso deve ocorrer de tal modo que, por um lado, a fenomenologia seja impulsionada na direção da concreção da dialética e, por outro lado, que o método dialético do conhecimento torne-se fenomenológico. Para Marcuse (1968, p. 79), a fenomenologia “[...] precisa introduzir a concreta situação histórica, sua concreta “base material”, na análise enquanto uma permanente indagação na historicidade de um objeto histórico”.

Deste modo, eles [os métodos fenomenológicos e dialéticos] não se devem satisfazer em indicar o seu lugar histórico na análise da facticidade, em determinar o seu enraizamento numa situação histórica de existência humana – e sim é necessário pesquisar adiante, se ali a facticidade também se esgota, se se trata de um próprio sentido, não a-histórico, porém enquanto habitado mediante toda historicidade (MARCUSE, 1968, p. 80).

---

<sup>10</sup> O filósofo Herbert Marcuse nasceu em julho de 1898, em Berlim. Em 1928, foi aluno de Heidegger, em Freiburg. Em 1933, juntou-se ao Instituto para a Pesquisa Social e, com a ascensão do regime nazista, foi para o exílio nos Estados Unidos. Marcuse, que permaneceu nos EUA após o retorno do Instituto para a Alemanha em 1948, foi o mais significativo dos frankfurtianos, do ponto de vista das repercussões práticas de seu trabalho teórico, já que teve influência notável nas insurreições antibélicas e nas revoltas estudantis de 1968 e 1969. Falece na Alemanha, em julho de 1979.



A fenomenologia dialética permite abordar a existência humana histórica dos seres humanos, tanto na sua estrutura essencial, quanto nas suas formas e representações concretas, donde sua inequívoca validade. Para Marcuse (1968), a consciência da existência assinala questões axiológicas que a dialética não pode apreender, mas da historicidade brota a decisão entre lutar contra a existência deteriorada ou persistir nas formas existenciais em perecimento. Nesse sentido, Marcuse (1968, p. 82) refere que “[o] próprio valor existencial é a verdade da existência enquanto adequação do existir à sua própria possibilidade. Também a própria possibilidade assumiu a partida da herança histórica”. O autor, então, conclama que cumpramos o dever urgente de “[...] delimitar o próprio valor da pessoa, da sua existência e do seu esforço contra a herança histórica e a situação histórico-social, na qual se situa a pessoa”.

A partir da vinculação do dever com a historicidade do sujeito, o autor elucida que, desde uma análise da fenomenologia dialética, os valores existenciais estão ontologicamente ligados à historicidade. Significa dizer: “formas existenciais históricas (sistemas de sociedade) impossibilitam necessariamente a realização de determinados valores existenciais, a cuja possibilitação só uma nova forma existencial histórica consegue alcançar” (MARCUSE, 1968, p. 83). A fenomenologia dialética implica, segundo o autor, indicar “[...] antecipadamente o círculo das condições históricas concretas, sob as quais existe uma existência concreta, nas quais existência e totalidade do estado de coisas do seu mundo atualmente se enraízam” (MARCUSE, 1968, p. 76).

Adotamos, pois, a fenomenologia dialética proposta por Marcuse e, desde aí, analisamos a práxis organizacional dos Bocas, e como esta tem contribuído para a desejada superação das condições históricas de sua existência. No Projeto em estudo, a facticidade dos moradores de rua na organização é marcada pela sua historicidade nas ruas e sua condição de vida no sistema do capital. Tratamos, pois, da historicidade desses indivíduos a partir de sua condição de vida e da concreção de sua existência nas ruas. Embora a preocupação focal não seja a de cernir, de forma estrita, as condições que levaram propriamente ao surgimento e à manutenção de seres humanos em condição de rua, seja em Porto Alegre ou em outros lugares deste País, na apresentação do fenômeno, entretanto, fizemos apelo a referenciais que ajudam a entender a condição em que se encontram os membros do Jornal, neste âmbito organizacional e na sociedade em geral.

Analisar a *práxis* no Boca de Rua a partir dessa abordagem se justifica nesta perspectiva<sup>11</sup> que Adorno afirma ser própria à dialética. Para ele, ela não é uma perspectiva, um ponto de vista; a teoria e a experiência mental precisam interagir. Isso significa que não devemos assumir a experiência como um ponto de vista, assim como temos a consciência de que a teoria não responde a tudo e sabemos que a própria teoria reage ao mundo, que é cheio de falhas em sua essência (ADORNO, 1999). Consoante à proposta do autor, os Eixos Teóricos que apresentamos no capítulo seguinte foram se organizando a partir de um processo sistemático de idas e vindas, confrontando a vivência empírica à teoria e vice-versa.

Assumindo o compromisso de não subjugar o empírico ao teórico ou vice-versa, convivemos com o Boca de Rua não apenas como o pesquisador que observa e toma notas, mas, por iniciativa e necessidade do próprio Grupo, participamos, efetivamente, das suas atividades, nas reuniões semanais, em saídas a campo para entrevistas e nas atividades em pequeno grupo, colaborando, inclusive, na redação de matérias para o Jornal. Além disso, para melhor compreender o Boca de Rua e sua relação com a ONG, foi essencial freqüentar as reuniões dos outros projetos da ALICE e participar dos eventos nos quais o Boca de Rua esteve presente durante o período da pesquisa.

A experiência vivida nesses encontros foi sistematicamente consolidada por meio de Notas de Campo, escritas, em sua maioria, durante as reuniões e, as demais, quando eu chegava em casa ou na Escola de Administração. Apesar da sua riqueza, essas Notas não forneciam elementos suficientes para conformar o problema de pesquisa. Para tanto, entrevistas qualitativas<sup>12</sup> com membros do Boca de Rua e com a jornalista Rosina Duarte, uma das fundadoras do Jornal e da ONG, foram necessárias.

Para o fenômeno Boca de Rua, o critério para a escolha dos entrevistados levou em consideração a diversidade das pessoas que integram, hoje, o Boca de Rua. Portanto, tomamos o cuidado de entrevistar um número equitativo de mulheres e de homens, atentando para a diversidade do Grupo, seja em função de seu tempo de participação no grupo, do seu envolvimento, de suas concepções acerca do papel do Jornal, da sociedade e sobre o morar nas ruas. As entrevistas foram todas gravadas, sempre, com o consentimento dos

---

<sup>11</sup> Traduzimos o termo *standpoint* da edição americana, como perspectiva, ou seja, uma maneira particular de enxergar uma situação.

<sup>12</sup> Denominamos, nesta Dissertação, apenas as entrevistas de qualitativas, por compartilhar das dúvidas de Rapley (2004) sobre o quê, especificamente, faz uma entrevista em profundidade, de fato, uma 'entrevista em profundidade', quando comparada com as entrevistas que a literatura acadêmica classifica como: ativa, biográfica, colaborativa, conversacional, profunda, dialógica, focada, guiada, informal, história de vida, não dirigida, *open-ended*, história oral, reflexiva, semi-estruturada, entre outras.

entrevistados. Os entrevistados do Boca de Rua não manifestaram qualquer constrangimento em virtude da presença do gravador, nem mesmo pelo fato de se tratar de uma entrevista enquanto tal. Eles, de fato, estão habituados a elaborar entrevistas para matérias do Jornal. A grande maioria das suas respostas foi dada de forma aberta, falando sem constrangimentos, sobre o uso das drogas e as dificuldades que a rua apresenta. Muitos dentre eles, fizeram uma avaliação dizendo se a entrevista havia sido boa ou ruim.

No entanto, se restringíssemos o material para a análise apenas às entrevistas e às Notas de Campo, teríamos, no mínimo, sido bastante desonestos com o Grupo, visto a freqüente preocupação do mesmo em produzir boas fotografias que não só ilustrem as matérias do Jornal, mas que também retratem a complexidade de viver nas ruas, denunciando as dificuldades e marcando os momentos bons. Assim, foram inclusas na análise fotografias que ilustraram diferentes edições do jornal, e outras pertencentes ao acervo do Grupo. Em alguns momentos, complementaram a análise, fotos que integram a exposição Faces da Rua, todas feitas por membros do Jornal.

Em resumo, é este o material que dá sustentação à análise: as dez entrevistas qualitativas com integrantes do Boca de Rua e Rosina; as Notas de Campo, registros detalhados pelo autor sobre momentos de convívio com o Grupo e com membros da ALICE; e, por fim, as fotografias do Boca de Rua.

É importante chamar a atenção para o fato de que, por ocasião da realização das entrevistas, da escolha das fotos e do registro das Notas mais recentes, nós já deixáramos o papel de pesquisador que lá estava, cheio de curiosidades, implicado na elaborando seu trabalho de pesquisa. Quem escreveu essa Dissertação foi um assumido colaborador do Boca de Rua, existencialmente confrontando as dificuldades e contradições aqui relatadas. Estas, em momento algum diminuíram o nosso interesse ou impediram a nossa adesão e comprometimento com a proposta em estudo. Afinal, quem de nós não está repleto delas?

## 5 EIXOS TEÓRICOS DA DISSERTAÇÃO

Este capítulo apresenta os três Eixos Teóricos da Dissertação, organizados a partir do exercício de constantes idas e vindas entre a teoria e o campo empírico da pesquisa. Na primeira seção, abordamos a Teoria Crítica da sociedade, dando ênfase às contribuições de Herbert Marcuse e Erich Fromm. Em seguida, apresentamos o subitem que trata do indivíduo no sistema do capital e dos moradores de rua. A segunda seção aborda a natureza processual da organização, neste caso o Boca de Rua, dando ênfase à contribuição da teoria da delimitação dos sistemas sociais de Guerreiro Ramos. Por fim, abordamos, desde a perspectiva levinasiana, a ética da alteridade nas organizações, tema da última seção.

### 5.1 A TEORIA CRÍTICA DA SOCIEDADE

No contexto atual, o movimento de totalização da sociedade solicita um ideal de indivíduo que se apresenta destituído da capacidade de avaliar eticamente a sua inserção e o seu papel em uma realidade social específica. O progresso técnico é conformador desta solicitação, a partir do momento em que sua dinâmica “[...] se tornou permeada de conteúdo político e o *logos* da técnica foi transformado em *logos* da servidão contínua. A força libertadora da tecnologia – a instrumentalização das coisas – se torna o grilhão da libertação; a instrumentalização do homem” (MARCUSE, 1969, p. 154). A instrumentalização do indivíduo, em uma sociedade racionalizada, como decorrência do progresso tecnológico, culmina, nos dias atuais, nisto que Rubim (2000, p. 26) chama de Idade Mídia, ou seja, “[...] pensar a contemporaneidade como uma sociedade estruturada e ambientada pela comunicação”.

Apesar dos discursos recorrentes sobre vivermos nessa Idade Mídia, na qual o modelo da empresa industrial estaria definitivamente superado, o predomínio das empresas de comunicação ainda concorre, em Porto Alegre, e no País de modo geral, com a promessa de desenvolvimento por meio da industrialização. Com isso, qualificar a sociedade brasileira como essencialmente industrial ainda é possível, pois, aqui, a divisão internacional do trabalho ainda ocorre por meio da implantação de fábricas de grandes corporações, em sua maioria, transnacionais, como é o caso das indústrias montadoras de automóveis e das indústrias de celulose. Nesse sentido, a Idade Mídia e as grandes indústrias não são oposições ou incoerências do sistema capitalista em sua fase atual, chamada, por alguns, de “o novo

capitalismo” (CHESNAIS, 1997; SENNET, 2006), mas os recursos necessários à manutenção do mesmo sistema através do progresso técnico. Historicamente, tal forma de avanço, cuja racionalidade tecnológica protege, ao invés de cancelar a legitimidade da dominação, tem sido incapaz de assegurar os meios adequados a uma atualização substantiva da vida humana associada, posto que “[...] a tecnologia também garante a grande racionalização da não-liberdade do homem e demonstra a impossibilidade ‘técnica’ de a criatura ser autônoma, de determinar a sua própria vida” (MARCUSE, 1969, p. 154).

Erich Fromm<sup>13</sup> (1956) explicita que tal sociedade é marcada por mudanças drásticas na técnica industrial (principal causadora do incremento na concentração do capital), na economia (produção e consumo em massa) e na estrutura social do capitalismo (mudanças na forma de exploração, na forma de autoridade, no sentido da posse). Para o autor, tais alterações provocam alterações no caráter do ser humano. Enquanto no século XIX e primeiras décadas do século XX, a tendência geral era a poupança, a partir da metade do século XX, o sistema capitalista contemporâneo trabalha em sentido totalmente oposto, ou seja, todos são convencidos a comprar tanto quanto possam, e antes mesmo de terem poupado o suficiente para pagar as compras já efetuadas. A necessidade de mais consumo é fortemente estimulada pela propaganda e todos os métodos de pressão psicológica (FROMM, 1956). Isso dá à sociedade industrial o caráter de um “projeto” em realização entre outros possíveis, com a especificidade que lhe é dada por Marcuse (1969, p. 19, grifo do autor), ou seja, que “a maneira pela qual a sociedade organiza a vida de seus membros compreende uma *escolha* inicial entre alternativas históricas que são determinadas pelo nível de cultura material e intelectual herdado”.

Marcuse (1969, p. 19) propõe que tal projeto seja compreendido como um projeto totalizante, já que, “ao se desdobrar, molda todo o universo da palavra e da ação, a cultura intelectual e material”. O caráter dessa totalização, para o autor, não é apenas um processo político, mas também “[...] uma coordenação técnico-econômica não terrorista que opera através da manipulação das necessidades por interesses adquiridos” (MARCUSE, 1969, p. 24). Esses interesses determinados estão presentes não apenas na técnica, mas nas artes, no entretenimento, na cultura e na arquitetura, tornando-os arte, entretenimento, cultura e arquitetura da dominação, simultaneamente.

---

<sup>13</sup> Erich Fromm nasceu em março de 1900, em Frankfurt am Main. Psicólogo, doutorou-se na Universidade de Heidelberg em 1922. Com a ascensão do regime nazista, se exilou nos Estados Unidos. No Instituto para a Pesquisa Social, foi o precursor dos estudos associando a Teoria Crítica da Sociedade e a Psicanálise. Distanciou-se, bastante cedo, do núcleo da Escola de Frankfurt. Faleceu em Muralto, na Suíça, em 1980.

É oportuno referir, nos termos enunciados por Fromm (1956), que o “caráter social” é o núcleo da estrutura do caráter que é compartilhada pela maioria dos membros de uma mesma cultura, em contra-distinção ao caráter individual, segundo o qual pessoas que pertencem à mesma cultura diferem umas das outras. A gênese do caráter social não pode ser entendida como estando referenciada a uma causa única, mas compreendida pela interação de diversas condições sociológicas e ideológicas. Nesse sentido, no contexto da sociedade industrial, o caráter social é, também, fruto da presença dos interesses da dominação em todas as esferas da vida humana associada.

O caráter social é, a partir de então, segundo demandas inerentes ao projeto de totalização do indivíduo na sociedade industrial. Desde aí, constituiu-se uma ética menor, elitista e pragmática, uma ética restrita, que se curva obedientemente aos interesses do lucro, calcada na exploração da força de trabalho do ser humano, na perversão da pureza em puritanismo, e na discriminação de raça, gênero e de classe (FREIRE, 1996).

A partir da legitimação desse caráter social, temos a ilusão de que o modo de vida produzido pelo projeto capitalista contemporâneo seja algo eminentemente sadio. Para Fromm (1987), “[a] relação entre o caráter social e a estrutura social jamais é estática, visto que ambos os elementos na relação constituem processos incessantes”. Para tornar possível a consolidação do caráter social contemporâneo - capaz de conceber naturais as disparidades do capitalismo - o indivíduo teve de ser “instalado” nos moldes de uma pessoa que deseja gastar a maior parte de sua energia nos propósitos do trabalho, que adquiriu disciplina, particularmente ordenamento e pontualidade (FROMM, 1956). A função do indivíduo nessa sociedade é, então, a de mero produtor; a sua dimensão de existência é a dimensão do trabalho.

Desse modo, a sociedade capitalista industrial, mesmo em sua versão mais recente, se torna, em virtude da manipulação e da doutrinação pelo consumo cada vez mais acelerado de produtos, uma “sociedade unidimensional”:

Surge assim um padrão de pensamento e comportamento unidimensionais no qual as idéias, as aspirações e os objetivos que por seu conteúdo transcendem o universo estabelecido da palavra e da ação são repelidos ou reduzidos a termos desse universo. São redefinidos pela racionalidade do sistema dado e de sua extensão quantitativa (MARCUSE, 1969, p. 32).

Marcuse (1969, p. 64) afirma ainda que “[n]a fase mais avançada do capitalismo, essa sociedade é um sistema de pluralismo subjugado no qual as instituições competidoras cooperam para a solidificação do poder do todo sobre o indivíduo”. Por tratar-se de um “indivíduo administrado”, o sistema, ao agir sobre ele, incentiva a individualização egoística e

a atomização social, de tal modo que, em seu conjunto, abdicam de sua subjetividade em favor de uma objetivação do social que diminua, fruto desta subsunção, os seus desejo e poder de articulação. Em tal contexto, as corporações, mesmo concorrentes, se organizam de modo a garantir a manutenção do controle social. Dessa maneira, as únicas liberdades possíveis para os indivíduos são estas que Marcuse (1969, p. 28) chama de “liberdades decepcionantes, [isto é], a livre competição de preços administrados, uma imprensa livre que se autocensura, a livre escolha entre marcas e engenhocas”.

A liberdade limitada à escolha do que consumir é reflexo disso que Marcuse (1969, p. 29) detém como sendo um dos aspectos mais perturbadores da sociedade capitalista industrial: “o caráter racional de sua irracionalidade”. Isso ocorre, segundo ele, porque “[a]s criaturas se reconhecem em suas mercadorias; encontram sua alma em seu automóvel, *hi-fi*, casa em patamares, utensílios de cozinha. [...] [Em suma, o] controle social está ancorado nas novas necessidades que ela produziu”.

Há congruência entre o pensamento de Marcuse e Guerreiro Ramos, quando afirmam, de um lado que “[...] a história ainda é a história da dominação, e a lógica ainda é a lógica da dominação” (MARCUSE, 1969, p. 138); de outro, que “[...] através de todo esse experimento [ordenação e sanção da vida humana pelo mercado], o indivíduo ilusoriamente ganhou melhora material em sua vida e pagou por ela com a perda do senso pessoal de auto-orientação” (GUERREIRO RAMOS, 1981, p. 52).

É possível identificar, nesse processo, uma sociedade eminentemente patológica, na qual as modalidades privada e pública da existência (as dimensões *zoe* e *bíos* da existência), ou as necessidades individuais e sociais e, inclusive artísticas, são supressas em função de um processo de totalização do indivíduo pela lógica capitalista, uma arquitetura funcional em que “[...] o racional e o mal são inseparáveis” (MARCUSE, 1969, p. 76).

### **5.1.1 O indivíduo no sistema do capital e os moradores de rua**

De acordo com Fromm (1956), a sociedade capitalista industrial necessita um indivíduo que coopere em grandes grupos, que deseje consumir cada vez mais e cujos gostos sejam padronizáveis e possam facilmente ser influenciados e previstos. Necessita um indivíduo que se sinta livre e independente, não sujeito a qualquer autoridade, ou princípio, ou consciência – apesar de desejoso de ser comandado, de fazer o que é esperado, de caber, sem atrito, na máquina social.

No entanto, essa liberdade, conforme anteriormente explicitado, é uma liberdade transformada em um poderoso instrumento de dominação. Segundo Marcuse (1969, p. 23), prevalece na civilização industrial, “uma falta de liberdade confortável, suave, razoável e democrática [...], um testemunho de progresso técnico”. Ou seja, alguns indivíduos garantem sua liberdade não pelo alcance de suas escolhas abertas, mas, o que é decisivo, nesse contexto, é apenas o que pode ser e é escolhido pelo indivíduo, dentro das possibilidades estabelecidas no sistema.

Desse modo, a única liberdade possível é a de escolher o que consumir. Tipificado nessa unidimensionalidade existencial, temos o aprofundamento das diferenças sócio-econômicas, conforme denuncia Paulo Freire (1996, p. 129): “A liberdade de comércio sem limite é licenciosidade do lucro. Vira privilégio de uns poucos que, em condições favoráveis, robustece seu poder contra os direitos de muitos, inclusive o direito de sobreviver”. E o mais grave, diríamos, invocando Marcuse (1969, p. 234), é que “as tendências totalitárias da sociedade unidimensional tornam ineficaz o processo tradicional de protesto”. A solidificação da racionalidade do dispor (HABERMAS, 2007), propagada não apenas pela ciência e pela técnica, mas também apregoada no seio familiar e por meio dos grandes veículos de comunicação (FROMM, 1956), é o seu sustentáculo. Marcuse enxerga, nesse contexto, o surgimento de uma “Consciência Feliz”, conseguinte ao desaparecimento das forças históricas que representaram, no passado, a possibilidade de novas formas de existência, ou seja, “[...] a crença em que o real seja racional e em que o sistema entrega as mercadorias” (MARCUSE, 1969, p. 92). Para ele, tal consciência reflete, em grau sem precedente, o novo conformismo, que é uma faceta da racionalidade tecnológica traduzida em comportamento social.

Para Fromm (1956), a sociedade capitalista industrial não poderia ter chegado aos seus fins se não tivesse dominado a energia dos homens livres para o trabalho em um nível sem precedentes. Ele argumenta que a família e os meios de comunicação em massa desempenham papéis fundamentais para a consolidação de tal dominação e, consecutivamente, do comportamento social conformista. A família, paradoxalmente, pode ser considerada a instituição que tem a função de transmitir as necessidades da sociedade à criança, indicando que tipos de personalidade são desejáveis na referida sociedade. Ao mesmo tempo, temos rádio, televisão, filmes e jornais diários para grandes grupos populares. Esses meios de comunicação, suplementados pelas campanhas publicitárias, preenchem a mente dos indivíduos com ideais de consumo sem qualquer senso de realidade. Assim, enquanto a mente de todos é envenenada, seguimos alegremente na crença de que nenhuma imoralidade acontece nesse cenário. Desse modo, fica perceptível que o indivíduo é preparado desde seu



nascimento para fazer parte do mercado de trabalho e do consumo. Referindo-se às possibilidades históricas de existência dos seres humanos, Marcuse (1969, p. 24) argumenta que a “[...] liberdade de trabalhar ou morrer à míngua significou labuta, insegurança e temor para a grande maioria dos indivíduos”.

A racionalização e a unidimensionalidade do indivíduo na sociedade industrial não deixam de atingir os excluídos. Estes, de alguma maneira, também são ajustados ao modo de vida que o movimento de totalização impõe aos mais diversos atores sociais. Cabe, então, perguntar que tipo de liberdade resta àqueles cuja única liberdade possível nesse sistema é, inclusive, tolhida: a do consumo sem limite.

Situar os moradores de rua como exterioridade à sociedade capitalista industrial não significa entendê-los simplesmente como seres humanos excluídos, mas assumir que esta condição os coloca à sua margem. Quer dizer, eles não participam ativamente dela, mas nem por isso lhe são estranhos. Dessa maneira, o sistema do capital deve ser compreendido dialeticamente, isto é, como parte de um movimento corrente de totalização, mas incompleto (KONDER, 2006). Assumindo que tal sistema é a objetividade negativa, e não o sujeito positivo (ADORNO, 1999), o movimento totalizante do sistema capitalista sucede em uma direção que reduz o sujeito a um indivíduo que é puro reflexo das estruturas sócio-econômicas (FREIRE, 1992).

Desde um ponto de vista levinasiano, entender os moradores de rua como exterioridade à sociedade industrial significa compreendê-los como alteridade em uma relação de expressão para com a sociedade, pois embora semelhantes aos demais indivíduos da sociedade, os moradores de rua não são inseridos no movimento de totalização da mesma maneira que os outros. Portanto, os moradores de rua se constituem como o Outro da sociedade capitalista industrial, igualmente oprimidos no projeto de unidimensionalidade, mas sofrendo conseqüências diferentes daqueles que detêm um emprego e/ou possuem um teto.

Cabe referir, nessas circunstâncias, que em momento algum esses indivíduos oprimidos são impermeáveis, opacos face às informações veiculadas pelos meios de comunicação e pela publicidade nas ruas. Ao contrário, os estímulos de consumo do sistema do capital estão presentes o tempo todo nos mais diversos locais do espaço urbano e indubitavelmente os moradores de rua são por eles afetados. Como deixariam eles, ainda, de ansiar por trabalho, se é a partir dele que os indivíduos se tornam seres sociais e independentes (FROMM, 1956), ao mesmo tempo em que a exemplo de tantos outros, também o desejam para, por seus frutos, acederem ao consumo? Essa condição é a única maneira possível para que esses indivíduos se sintam integrados à sociedade industrial e à

máxima da comercialização, visto que “[o] sujeito que é alienado é engolfado por sua existência alienada. Há apenas uma parte que está em toda parte e tem todas as formas” (MARCUSE, 1969, p. 31).

No entanto, Fromm (1987, p. 99) estabelece uma dialética na concepção de trabalho, “[...] que corresponde às expressões ‘alienado’ e ‘não-alienado’, com respeito às atividades”. Afirma ele que, de um lado, na atividade alienada, “[...] não me sinto como o sujeito atuante de minha atividade; experimento, isto sim, o resultado de minha atividade – e como que algo ‘pairando’, distinto de mim, acima de mim e contra mim”. Do outro lado, o autor encara a atividade não-alienada como “[...] um processo de dar a luz a alguma coisa, de produzir alguma coisa e permanecer relacionado com ela. Isso também implica que a minha atividade seja uma expressão de meus poderes, que eu, minha atividade e o resultado de minha atividade sejam uma coisa só” (FROMM, 1987, p. 99).

Com isso, os moradores de rua, muitas vezes, sequer chegam a existir para as demais pessoas da sociedade. Pois, além de não terem um trabalho e uma casa - o que os descaracteriza como membros efetivos da sociedade de consumo -, não é raro que eles deixem de possuir documentos, ou seja, não pagam impostos e oficialmente, não constam nos relatórios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e muito menos são representados nos meios de comunicação - a não ser como indivíduos desocupados ou criminosos nas páginas policiais (ALICE, 2008). Estes, portanto, fazem parte de uma sociedade na qual “[...] a própria essência de ser é ter: de que se alguém nada *tem*, não é” (FROMM, 1987, p. 35, grifo do autor).

E esta é uma condição fundamental do sistema do capital. O outro é o outro que tem, e que só existe enquanto tendo. Como não têm, a possibilidade de existência que eles têm se reduz à condição de “ser-para-outro”. O outro, nesse caso, é aquele que tem. Esse modo de “ser-para-outro” não o é, entretanto, desde a concepção da alteridade levinasiana, mas sim da maneira como Paulo Freire declara a condição do oprimido, ou seja, “[s]ão eles e ao mesmo tempo são o outro introjetado neles, como consciência opressora” (FREIRE, 1988, p. 35).

Assumirmos as pessoas que não cabem no sistema como oprimidos implica em concordarmos com Freire (1992, p. 90, grifos do autor), para quem “‘a aderência’ à realidade [...] está a exigir que a *consciência de classe oprimida* passe, senão antes, pelo menos concomitantemente pela *consciência de homem oprimido*”. Cabe então referir que, para Paulo Freire, a luta de classes não é o motor da história, o ser humano não é puro reflexo das estruturas sócio-econômicas. A subjetividade e a conscientização possuem um papel central nessa luta: “Fazendo-se e refazendo-se no processo de fazer a história, como sujeitos e

objetos, mulheres e homens, virando seres de inserção no mundo e não da pura adaptação ao mundo, terminaram por ter no *sonho* também um motor da história. Não há mudança sem sonho como não há sonho sem esperança” (FREIRE, 1992, p. 91, grifo do autor).

Lembra apropriadamente Fromm (1987, p. 82) que “[a]s normas pelas quais a sociedade funciona também moldam o caráter dos seus membros (caráter social). Numa sociedade industrial, esses caracteres são: desejo de adquirir propriedade; mantê-la; aumentá-la, isto é, obter lucro. Os que possuem propriedade são admirados e invejados como seres superiores”. Seguindo o raciocínio de Fromm, pensamos que os Estudos Organizacionais também apresentam as suas especificidades de concreção e, com isso, acabam por moldar o caráter do pesquisador. Por isso, buscamos, nessa Dissertação, abordá-los desde uma perspectiva que se mostrasse a mais coerente com a complexidade da organização Boca de Rua.

## 5.2 A NATUREZA PROCESSUAL DA ORGANIZAÇÃO BOCA DE RUA

Guerreiro Ramos propõe uma teoria das organizações a qual contrapõe a reificação de categorias como organização e sociedade, uma vez que o autor assume a sociedade como inter-relação de indivíduos e de organizações ou, numa visão simplista, como uma grande organização. Para o autor, “a promessa de que a ciência virá um dia, mediante técnicas de relações humanas e organizativas, assegurar o equilíbrio perfeito entre o homem e a organização é irrealizável e utópica” (GUERREIRO RAMOS, 1983, p. 44).

Segundo o autor, o homem nunca é um ser inteiramente socializado; “[...] é, antes de tudo, um ator sob tensão, cedendo ou resistindo aos estímulos sociais, com base em seu senso ético” (GUERREIRO RAMOS, 1981, p. 52). Desde aí, justificamos efetuar a análise do Boca de Rua a partir dos seus processos de organização, pois o foco nesta perspectiva nos permite abordar elementos cruciais para o entendimento dos mesmos. É importante ressaltar que concordamos com Böhm (2006), quando afirma que há uma multiplicidade de mundos possíveis, mas que, no entanto, eles não constituem a organização social como um processo sem fim. Com isso, o autor quer dizer que existem forças estruturais de poder e de conhecimento que dão forma à sociedade.

Buscamos, então, sustentados pela proposta de Guerreiro Ramos (1981), estudar formas de organizar que possibilitem deslocar a Teoria Organizacional da centralidade do mercado, contribuindo, desse modo, para abrir espaços para o que Steffen Böhm (2006) chama de reposicionamento das Teorias Organizacionais, ou seja, um discurso contínuo de

desposicionamento que engendra os espaços deixados pelo discurso hegemônico, de modo a produzir novas configurações de lutas.

A perspectiva do reposicionamento dos estudos organizacionais, nos leva a considerar incontornável elucidar desde a perspectiva da ética da alteridade como fundamentam os processos de organização do Boca de Rua, visto que não se trata de investigar a organização, como se esta fosse uma coisa, mas os processos por meio dos quais os indivíduos se organizam. Nesse sentido, abordar a ética nas organizações desde a perspectiva do “ser para outro” (LÉVINAS, 2005), significa que tal fundamentação filosófica é base para novas concepções de justiça social e de ciência das organizações. Para tanto, vinculamos a proposta de uma “Nova Ciência das Organizações”, formulada por Guerreiro Ramos (1981), à “Razão Ética [de Emmanuel Lévinas]” (SOUZA, 2004), por entendermos, em termos gerais, que a aplicação a todas as formas de atividade, dos princípios de uma teoria da organização centrada no mercado “[...] está dificultando a atualização dos possíveis novos sistemas sociais necessários à superação dos dilemas básicos de nossa sociedade” (GUERREIRO RAMOS, 1981, p. xi).

O apelo à razão ética levinasiana como resposta à interpelação do outro dá um conteúdo inequívoco à racionalidade substantiva, fundamento do organizar em uma teoria substantiva da vida humana associada (GUERREIRO RAMOS, 1981). Calcada na razão enquanto categoria ordenativa envolvendo uma superordenação ética da teoria política, essa abordagem torna viável uma crítica ao modelo unidimensional de análise e planejamento dos sistemas sociais que ora domina, nos campos da administração, da ciência política, da economia e da ciência social em geral (GUERREIRO RAMOS, 1981).

Guerreiro Ramos (1981, p. 142) conceitua, em sua proposta, a delimitação organizacional como “[...] uma tentativa sistemática de superar o processo contínuo de unidimensionalização da vida individual e coletiva”. O autor concebe a unidimensionalização tal como Marcuse o faz, isto é, como um tipo específico de socialização na qual o indivíduo introjeta o caráter – *ethos* – do mercado e age tal como se este fosse o padrão normativo mais elevado de toda a complexidade das suas relações sociais. Em substituição ao paradigma dominante, Guerreiro Ramos propõe uma teoria dos múltiplos centros, cujo argumento central é a noção de delimitação organizacional, por meio da qual preconiza que os indivíduos se empenham em diferentes atividades substantivas, de caráter integrativo.

A teoria da delimitação dos sistemas sociais, fundamentada na razão substantiva, ética, responsável, constitui-se em uma resposta ao modelo que tem subsidiado o pensar dominante no estudo das organizações: a aliança da racionalidade instrumental à lógica capitalista como

ordenadora da vida humana associada. A moderna transavaliação do social gerada por este paradigma inviabiliza ao homem viver de acordo com os imperativos éticos da razão. Ele se torna, deste modo, um ser puramente natural e socialmente determinado, de quem a dimensão política foi suprimida (GUERREIRO RAMOS, 1981).

Guerreiro Ramos não objetiva, com a teoria substantiva da vida humana associada, que os indivíduos se refugiem em microespaços sociais, mas sim atuem em organizações de naturezas diversificadas, objetivando a sua auto-atualização e a manutenção dos sistemas sociais em que se engajam. O paradigma proposto pelo autor é um paradigma paraeconômico, ou seja, o mercado é um enclave social legítimo e necessário, mas limitado e regulado, visto que “as finalidades da vida humana são diversas e só umas poucas, dentre elas, pertencem, essencialmente, à esfera das organizações econômicas formais” (GUERREIRO RAMOS, 1981, p. 125). Sabemos, com isso, que a razão que fundamenta essa teoria não se constitui por uma racionalidade funcional, voltada para o atingimento de metas e para os ganhos financeiros. Trata-se de uma racionalidade substantiva, “componente intrínseco do ator humano” (GUERREIRO RAMOS, 1981, p. 5). Para a obtenção desta multiplicidade, algumas condições são necessárias:

- os limites da organização deveriam coincidir com seus objetivos. Para Guerreiro Ramos (1981), as organizações econômicas não devem ultrapassar as fronteiras de sua ação, quer dizer, não podem adquirir um alcance social mais amplo que a esfera econômica. Aqui, o autor se mostra preocupado com o crescente poder das empresas na sociedade contemporânea;

- é preciso que a expectativa para com a conduta individual nas organizações econômicas seja revista, pois, considera Guerreiro Ramos (1981, p. 135, grifo do autor), o “*comportamento administrativo é intrinsecamente vexatório e incompatível com o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas*”;

- a organização econômica é apenas um caso particular de diversos tipos de sistemas microsociais, portanto, há que se voltar o olhar, a fim de concretizar a multiplicidade de centros, aos diversos tipos de organização existentes;

- o ser humano tem diferentes tipos de necessidades, cuja satisfação requer múltiplos tipos de cenários sociais, daí ser preciso multiplicar as diretrizes de uma teoria de fato socialmente relevante.

Para tornar isso possível, são necessárias, segundo o autor, mais duas condições fundamentais. A primeira diz respeito à regulação política da economia, medida que visa a atenuar os excessos da esfera econômica. O termo política deve ser entendido, aqui, como

sendo a participação cidadã autêntica, com o objetivo de conduzir as atividades produtivas de acordo com as demandas de toda a sociedade. “A velha teoria pressupõe que a produção é apenas um assunto técnico. No entanto, o pressuposto fundamental da nova ciência das organizações é o de que a produção é, ao mesmo tempo, uma questão técnica e uma questão moral” (GUERREIRO RAMOS, 1981, p. 199). A outra concerne a orientação ética que deve nortear a dinâmica organizacional, de onde emana a sua preocupação com a realização humana através do trabalho:

A produção não é apenas uma atividade mecanomórfica, é também um resultado da criativa satisfação que os homens encontram em si mesmos. Num sentido, os homens produzem a si mesmos, enquanto produzem coisas. Em outras palavras, a produção deveria ser empreendida não só para proporcionar a quantidade bastante dos bens de que o homem necessita para viver uma vida sadia, mas também para provê-lo das condições que lhe permitam atualizar sua natureza e apreciar o que faz para isso. Desse modo, a produção das mercadorias deve ser gerida eticamente, porque, como consumidor ilimitado, o homem não torna resistente, mas exaure seu próprio ser (GUERREIRO RAMOS, 1981, p. 199).

Contra a unidimensionalização do indivíduo, caracterizada anteriormente, Guerreiro Ramos defende a necessidade de formulação de sistemas sociais que estejam preocupados com a atualização humana, por meio de uma variedade de ambientes organizacionais que possibilitem à sociedade alcançar esse objetivo. Significa dizer que tais sistemas não devem ser reduzidos ao tipo monolítico da empresa: “[...] [O] paradigma aqui apresentado mostra que a atualização humana é um esforço complexo. Jamais poderá ser empreendido num único tipo de organização” (GUERREIRO RAMOS, 1981, p. 143).

Ao defender a criação de sistemas sociais variados como um dos subsídios à atualização humana, Guerreiro Ramos abre uma real possibilidade de ação contra a determinação histórica da condição de vida dos indivíduos excluídos da sociedade. Não se trata, portanto, de simplesmente abrigá-los em microespaços, mas sim de alterar qualitativamente as condições históricas de existência, assegurada por uma multiplicidade de sistemas sociais voltados à atualização dos seus membros. Também para nós, o modelo de organização empresarial, dominante no sistema do capital, não dá conta da diversidade de necessidades que os indivíduos apresentam para a alteração da sua condição de vida. Nessa perspectiva, alguns detalhes específicos do que Guerreiro Ramos chama de paradigma paraeconômico são necessários. Ao invés de proclamar a total integração entre os objetivos individuais e as metas da organização, Guerreiro Ramos dá ênfase a uma orientação que seja individual e comunitária, ou seja,

[n]o mundo social visualizado pelo paradigma, há lugares para a atualização individual livre das prescrições impostas, e essa atualização tanto pode ocorrer em pequenos ambientes executivos, quanto em comunidades de tamanho regular.

Nesses lugares alternativos, é possível uma verdadeira escolha pessoal [...]. Nesse espaço social, o indivíduo não é forçado a conformar-se inteiramente ao sistema de valores do mercado. São-lhe dadas oportunidades de *ocupar-se*, ou mesmo de *levar a melhor* sobre o sistema de mercado, criando uma porção de ambientes sociais que diferem uns dos outros, em sua natureza, e deles participando. Em suma, o espaço retratado pelo padrão é um espaço em que o indivíduo pode ter ação adequada, em vez de comportar-se apenas de maneira que venha a corresponder às expectativas de uma realidade social dominada pelo mercado (GUERREIRO RAMOS, 1981, p. 141-142, grifos do autor).

A diversidade de espaços preconizada pelo autor em sua teoria da delimitação dos sistemas sociais preconiza que, não só as economias, mas também as formas de organizar voltadas para a atualização pessoal de seus integrantes, sejam calcadas em normas que garantam o ordenamento dos sistemas sociais, de modo que

[p]ara que consiga a execução de qualquer trabalho, é preciso que haja a observância de normas operacionais. Quanto maior é o caráter econômico do trabalho, menos oportunidade de atualização pessoal é oferecida aos que o executam pelas respectivas prescrições operacionais. E isso ocorre porque há uma oportunidade mínima de escolha pessoal [...]. Essa contradição entre as necessidades individuais e as exigências da organização econômica não pode ser resolvida através de nenhuma prática behaviorista, ou dita humanística. A produção de bens e a prestação de serviços, sob o imperativo de maximização do saldo líquido entre custos e benefícios, reclamam tipos de organizações em que, obviamente, há pouca tolerância para a atualização pessoal (GUERREIRO RAMOS, 1981, p. 143-144).

Para melhor entendimento, é oportuna, igualmente, uma conceituação das categorias representadas no paradigma:

a) Anomia e *motim*: O autor conceitua a anomia como uma situação estanque, na qual os indivíduos são desprovidos de normas e de raízes, sem compromisso com prescrições operacionais e incapazes de modelar suas vidas de acordo com um projeto pessoal. Os indivíduos anômicos não estão aptos a criarem um ambiente social e obedecerem às prescrições de organizações importantes para a sua subsistência.

Nessa ausência do senso de relacionamento com outros indivíduos, o *motim* se refere às coletividades desprovidas de normas orientadoras, a cujos indivíduos falte o senso de ordem social.

b) Economia: Para Guerreiro Ramos (1981) uma economia é um contexto social altamente ordenado, que se estabelece para a produção de bens e/ou prestação de serviços. A sobrevivência de uma economia se baseia na sua eficiência, ou seja, no lucro e/ou na relação custo/benefício. Outras características desse tipo de coletividade são: Grandes dimensões em tamanho, o fato de serem compostas por empregados e o controle das informações.

O autor afirma que “[n]a sociedade centrada no mercado, as economias são livres para modelar a mente de seus membros e a vida de seus cidadãos, de modo geral. Assim, uma teoria política e administrativa centrada no mercado [...] pressupõe que o critério do desempenho eficiente, na mútua relação entre os indivíduos e as economias, resume completamente a natureza humana” (GUERREIRO RAMOS, 1981, p. 148).

c) Isonomia: Guerreiro Ramos conceitua uma isonomia como sendo um contexto em que todos os membros são iguais. A exemplo de uma isonomia, o autor cita a *polis* aristotélica. Assim como esta, uma isonomia tem um tamanho ideal, que permite a sua eficácia.

Uma isonomia caracteriza-se por permitir a atualização dos seus membros, independentemente de prescrições impostas. Uma isonomia é autograticante, visto que os indivíduos nela envolvidos são livremente associados e desempenham atividades compensadoras em si mesmas. Tais atividades são promovidas como vocações e não como emprego. Nesse tipo de sistema, ainda, não há diferenciação entre a liderança e os subordinados, ou seja, o seu sistema de tomada de decisões e de fixação de diretrizes é amplo, de modo a constituir-se como uma comunidade na qual a autoridade é atribuída por deliberação de todos.

d) Fenonomia: O autor a conceitua como um sistema social esporádico, mais ou menos estável, caracterizado por um mínimo de subordinação a prescrições operacionais. Em uma fenonomia, os indivíduos têm autonomia sobre a sua criatividade e, portanto, empenham-se apenas em obras automotivadas. Guerreiro Ramos estabelece que esse tipo de sistema social é protegido contra a penetração do mercado. Elas desafiam o sistema do mercado. Uma característica fundamental de uma fenonomia é que, embora interessado em sua própria singularidade, os seus membros não deixam de ter consciência social.

e) O isolado: Para Guerreiro Ramos, o indivíduo isolado, em oposição ao anômico, é aquele para quem o mundo social é incontrolável e sem remédio. Apesar dessa crença, o indivíduo isolado encontra espaço na tessitura social, de modo que possa viver ajustado aos padrões sociais. Os indivíduos isolados, muitas vezes, são os empregados não-participantes e os cidadãos que escondem, sistematicamente, dos outros as suas convicções pessoais.

A partir do exposto sobre a alteração das condições históricas de existência nos sistemas sociais conforme delimitados por Guerreiro Ramos, concebemos a Ética da



Alteridade como fundamentação primeira para esse paradigma. Desse modo, ao pensarmos a superordenação ética calcada na racionalidade substantiva, que Guerreiro Ramos conclama, tomamos a responsabilidade para com o Outro como base para as nossas análises. Com isso, assumimos que o Outro, desde a facticidade de sua existência historicamente condicionada, nos interpela pelo cumprimento do ato de justiça que temos para com ele. Nessas condições, quando os indivíduos se engajam em uma organização, cujo projeto é a atualização pessoal dos seus membros, rompem com tal determinação histórica e proporcionam uma reorganização das relações sociais naturalizadas.

### 5.3 A ÉTICA DA ALTERIDADE NAS ORGANIZAÇÕES

A palavra ética tem sua raiz etimológica no construto grego *Éthos*, isto é, o caráter de alguém e/ou suas práticas (VALLS, 2003). Os gregos possuíam dois conceitos diferentes para essa palavra: por um lado, com a letra grega *eta* ('e' pequeno), designava o significado de morada, de abrigo permanente; por outro, com a letra grega *epsilon* ('e' grande), significava os costumes, o conjunto de valores próprios da cultura de um povo. Com este segundo significado, *Éthos* é geralmente traduzido por moral (BOFF, 2003).

No entanto, não é nos restringindo a um sistema de significação que é determinado a partir da raiz *Éthos* que a Ética será tratada aqui. Para nós, tal como Ruiz (2004, p.95), a palavra ética é “[...] mais do que um conceito definido, um símbolo aberto e por isso seu sentido é re-significado continuamente segundo as circunstâncias em que se desenvolvem as práticas humanas”. Para o autor, a ética também não é definida apenas por ter um significado aberto; ela deve ser exercida como uma prática e a cada nova prática, o seu sentido é diferenciado, visto que as pessoas vivenciam a sua existência de modo diverso (RUIZ, 2004).

Ao atribuímos este fundamento à ética, fica evidenciado que ela extrapola o significado originário de *Éthos* e se caracteriza como *práxis*, pois deixa de ser um conceito fechado sobre hábitos e costumes, o que é próprio da moral, para se tornar indissociabilidade entre o refletir e o agir. Ética, então, se constitui como uma prática coerente com a teoria, com pretensão de universalidade a partir do ideal de bem comum para todos e cada um dos indivíduos de todas as sociedades humanas.

Cabe retomar, nesse sentido, a distinção feita por muitos filósofos, na Antiguidade, entre a Vida como vida orgânica, princípio vital ou vitalidade (a qual chamaram ζωή, *zoe*), e a vida como a maneira em que vive o homem (a qual chamaram Βίος, *bíos*) (FERRATER

MORA, 2004). Essas duas dimensões factíveis da vida humana nos colocam face-a-face com a condição atual de um mundo globalizado e excludente, onde, para muitos, existir não se constitui propriamente em viver. Ser é transavaliado em ter. Na dualidade “excesso-falta” mundialmente imperativa, “uns morrem de fome, enquanto outros morrem de comer” (ALVES, 1987, p. 29). Os primeiros, não tendo, não chegam a ser, enquanto os últimos, no egoísmo do ter, como classe que tem, se afogam na posse e já não podem ser (FREIRE, 1988). Têm e cada vez mais querem ter; não conseguem mais ser.

Dada a generalidade dos problemas éticos (VÁZQUEZ, 2005) e a condição humana no sistema do capital, acima configurada, refletimos sobre a *práxis* do Boca de Rua desde o ponto de vista da ética, proporciona pensarmos um modo de viver impregnado de justiça, de responsabilidade e de reconhecimento para com o outro indivíduo. Neste último aspecto, uma vida ética se refere à alteridade, à descentralização do Ser, aberto para a relação com o Outro, seguindo a abordagem que Lévinas dá à ética. A Alteridade não é apenas a categoria fundamental de sua obra, sem a qual é impossível compreender o pensamento do autor, mas, em sentido levinasiano, a alteridade é uma incômoda presença a mim, o Mesmo, que sou o indivíduo reflexionante com a qual a sua concretude entra em contato real (SOUZA, 2004).

Para Lévinas, a alteridade absoluta do Outro se expressa no seu rosto, que é o próprio infinito (LÉVINAS, 1982). “O rosto recusa-se à posse, aos meus poderes [...]. A expressão que o rosto introduz no mundo não desafia a fraqueza dos meus poderes, mas o meu poder de poder” (LÉVINAS, 2000, p. 176). É a partir dessa concepção de relação entre os seres humanos que podemos pensar em ética como filosofia primeira (LÉVINAS, 2005), o que significa: a relação com o outro é uma relação de proximidade com uma singularidade, sem mediação de nenhum princípio, ou sem reduzi-la ao Mesmo. Com isso, o Outro

[...] não é “outro” [sic] como o pão que como, como o país em que habito, como a paisagem que contemplo, como, por vezes, eu para mim próprio [...]. Dessas realidades posso “alimentar-me” [sic] e, em grande medida, satisfazer-me, como se elas simplesmente me tivessem faltado. Por isso mesmo sua *alteridade* incorpora-se na minha identidade de pensante ou de possuidor. O desejo metafísico tende para uma *coisa inteiramente diversa*, para o *absolutamente outro* (LÉVINAS, 2000, p. 21, grifos do autor).

Lévinas afirma que para a justiça se instituir enquanto tal é preciso reconhecermos a necessidade de fazer uma distinção entre indivíduos de espécies e gêneros humanos distintos, ou seja, entre o feminino e o masculino; entre quem consome e quem não consome; entre quem oprime e quem é oprimido. Não se trata, com isso, de julgarmos ou condenarmos esses gêneros humanos, mas de, a partir dessa distinção, reconhecer que esses são cidadãos assimétricos, mesmo se relacionando entre si. Eles existem em condições historicamente

diversas e, portanto, não podem ser considerados como parte do Mesmo. Nesse aspecto, o morador de rua, como outro da sociedade, se constitui como um gênero humano distinto, e não como coisa, que é dada. Sua presença se manifesta através do rosto e “[o] rosto está presente na recusa de ser conteúdo. Neste sentido, não poderá ser compreendido, isto é, englobado” (LÉVINAS, 2000, p. 173).

Segundo Lévinas, o outro me interpela pela responsabilidade que tenho para com ele a partir da sua presença enquanto rosto - forma concreta, expressa da alteridade, afirma Lévinas. É um encontro face-a-face, irreduzível no qual o outro “me convoca, me suplica, me reclama” (LÉVINAS, 2005, p. 194). Dele não posso me alimentar, satisfazer, ou apossar. De acordo com o autor, o desejo pelo outro, paradoxalmente, jamais poderá ser satisfeito, posto que ele é absolutamente Outro; a essência do seu ser é exterioridade a uma totalidade, não pode ser incorporada à identidade de quem o deseja. A estrutura do desejo tem uma estrutura paradoxal porque ela não é nada mais do que essa presença do Infinito em um ato finito (LÉVINAS, 1984). Assim, é a partir do encontro com o outro que percebemos a injustiça que ele sofre e, então, assumimos a nossa responsabilidade para com ele, mesmo que não tenhamos sido os causadores imediatos de seu sofrimento.

Para que eu conheça minha injustiça – para que eu entreveja a possibilidade de justiça – é preciso uma situação nova: é preciso que alguém me peça prestação de contas. A justiça não resulta do jogo normal da injustiça. Ela vem de fora, ‘pela porta’ [...], ela aparece como um princípio exterior à história (LÉVINAS, 2005, p. 56).

Nesse estudo, buscamos responder à interpelação deste Outro específico: os moradores de rua que se organizam com o objetivo de produzir e vender um jornal. Estes, que para além da sua condição de excluídos, se posicionam e se afirmam como alteridade frente à sociedade em que vivem.

Desde a perspectiva levinasiana, os sujeitos sociais são assumidos enquanto absolutamente outros, não são totalmente engolfados pelo movimento de totalização da sociedade, constituinte da ideologia do sistema do capital em seu momento atual, ou seja, em sua condição legitimadora da racionalização e unidimensionalização dos seres humanos. Para Lévinas (1984, p. 91-92),

a responsabilidade não é um simples atributo da subjetividade, como se ela existisse nela mesma antes da relação ética. A subjetividade não é para um por si; ela é, mais uma vez, inicialmente para um outro pois ele segue na proximidade do outro[...] como o fato que o outro não é simplesmente próximo de mim no espaço ou próximo como um parente, mas se aproxima essencialmente do eu enquanto eu me sinto – e enquanto eu sou – responsável por ele. Essa é uma estrutura que não se assemelha em nada à relação intencional religa no conhecimento ao objeto – de qualquer objeto que seja, inclusive objeto humano; em particular, ela não advém do fato que o outro me seja conhecido [...].

O laço com o outro não se ata como responsabilidade que este, aliás seja aceito ou recusado que nós saibamos ou não como o assumir, que nós possamos ou não fazer qualquer coisa pelo outro. Dizer: eis-me aqui. Fazer qualquer coisa pelo outro, dar. Ser espírito humano, é isso [...]. eu analiso a relação interhumana como se, na proximidade com o outro – para além da imagem que eu me faço do outro homem – seu rosto, o expressivo em outro era isso que me ordena a servir. Eu emprego esta fórmula extrema. O rosto me interroga e ordena. Sua significação é uma ordem significada. Eu sublinho que o rosto significa uma ordem do meu ponto de vista, que não é a maneira pela qual um signo qualquer significa o seu significado. Esta ordem é a significância mesma do rosto.

Rhodes e Byers (2005) afirmam que, em Lévinas, o sujeito é um sujeito ético – ético no seu abandono da verdade assumida do monólogo, ético no sacrifício da abertura para o outro que não é um outro de mim, ético em sua subjugação não a uma lei, a um dever ou a um princípio, mas à outra pessoa concretamente, face-a-face, em proximidade. Assim, uma ética levinasiana nas organizações implica em uma compreensão do outro como um outro intencional e específico.

Com isso, assumimos que a ética levinasiana, manifestando a indissociabilidade originária entre consciência e responsabilidade, não nos permite dar conta de toda a complexidade das relações interpessoais no âmbito organizacional. O que o pensamento ético em Lévinas nos proporciona constitui suficientes elementos para que pensemos que a ética nas organizações tem sede nas relações entre as pessoas, no face-a-face, tornando possível, desde essa abordagem de ética, falarmos em uma real justiça nas organizações, fundamentada na responsabilidade pelo outro e para com todos os outros.

O eu, precisamente enquanto responsável pelo outro e o terceiro, não pode ficar indiferente a suas interações e, na caridade com um, não se pode eximir de seu amor pelo outro. O eu (moi), o eu (je), não se pode ater à unicidade incomparável de cada um, que o rosto exprime. Atrás das singularidades únicas, é preciso entrever indivíduos do *gênero* [humano] [...]. Sutil ambigüidade de individual e de único, de pessoal e de absoluto, da máscara e do rosto. Eis a hora da justiça inevitável que a própria caridade todavia exige (LÉVINAS, 2005, p. 293, grifo do autor).

A passagem da relação ética “eu-tu” para “eu-vós” se baseia na facticidade da linguagem, enquanto meio comum e aberto, no qual a relação com o outro não é privada ou clandestina. Um outro elemento que fundamenta abertura é tal o fato do outro se apresentar a mim como o pobre, o estrangeiro que, ainda sim, se apresenta a mim como um igual. E sua igualdade, em sua pobreza essencial, se refere ao terceiro, a quem o outro, apesar de sua própria destituição, já serve. Conforme Rhodes e Byers (2005), ao encontrar o outro, o outro outro se junta a mim. Além disso, eu mesmo sou um outro para o outro. Eu, também, sou igual aos outros e sou um dos muitos que são vizinhos de meus vizinhos e colegas de meus colegas. Meu comprometimento com o outro é necessariamente um comprometimento com todos os outros.

Desde essa perspectiva, ao assumir o compromisso de justiça para com outro membro da organização, o eu não assume responsabilidade apenas frente a esse outro membro específico, mas com todos os outros membros da organização, dirigindo, desse modo, as ações individuais para além do bem individual, para a coletividade, através de atos responsivos não só face ao outro, mas a todos os outros. A partir da proposta levinasiana de ética, há uma indissolubilidade entre o individual e o coletivo, ou seja, atuando coletivamente, o sujeito não dilui a sua individualidade nem a sua subjetividade pois, desde a ética da alteridade, a linguagem do Outro e o seu outro discurso são expressão da incomparabilidade que evidenciam a limitação do espaço e do tempo do Mesmo (SOUZA, 2004).

## 6 REFLEXÕES SOBRE A PRÁXIS NO BOCA DE RUA

Este capítulo constitui em nossa reflexão sobre a *práxis* no Boca de Rua, desde a perspectiva da ética da alteridade. Na primeira seção, abordamos os condicionantes históricos da existência dos moradores de rua<sup>14</sup>. Em seguida, remetemos à mudança que o engajamento na organização proporciona para a auto-percepção dos seus integrantes. Por fim, na terceira seção, relacionamos os processos de organização do Boca de Rua ao paradigma paraeconômico, conforme proposto por Guerreiro Ramos.

### 6.1 AS CONDIÇÕES HISTÓRICAS DA VIDA DOS MORADORES DE RUA E O BOCA DE RUA

A organização do Boca de Rua é profundamente marcada pela vida cotidiana de seus membros nas ruas, implicações decorrentes da sua vivência nesse espaço. Como os próprios Bocas testemunham, as condições da vida nas ruas se apresentam como um obstáculo ao ser de quem, por falta de escolha ou em razão dela, tenta viver ali. Dentre outras, condicionam as vidas nas ruas: a precariedade das políticas públicas para essa população, a violência, tanto policial, quanto de outros moradores de rua, a dificuldade para conseguir trabalho, dinheiro e comida, a dependência química, a baixa escolaridade e a imagem de vagabundo.

A facticidade da dominação e da exclusão na vida dos moradores de rua na sociedade capitalista industrial não é um fato circunstancial, mas característica intrínseca à própria sociedade, pois “[n]a fase mais avançada do capitalismo, essa sociedade é um sistema de pluralismo subjugado no qual as instituições competidoras cooperam para a solidificação do poder do todo sobre o indivíduo” (MARCUSE, 1969, p. 64). Em relação aos moradores de rua de Porto Alegre, Ricardo afirma que *eles nunca foram considerados gente. Essa população era afogada no Guaíba [...] e uma série de outras violências [...] eram cometidas contra os moradores de rua.*

---

<sup>14</sup> Os excertos das entrevistas realizadas com os integrantes do Boca de Rua e com a jornalista Rosina estão destacadas em itálico ao longo do capítulo.



**Figura 2 – A casa na rua**  
Fonte: ALICE (2005)

A necessidade de dormir nas ruas, de revirar lixo para conseguir comida, a falta dos meios mais básicos para a higiene e a exposição à violência e ao descaso do poder público e da sociedade marcam o caráter e o modo de ser dos moradores de rua, gerando um verdadeiro estigma social, que é aprofundado por sérios problemas de saúde, como o HIV e a tuberculose, e pela dependência química. Resultam das discrepâncias na condição de existência dos indivíduos na sociedade, as doenças da pobreza e do abandono, que matam duzentos e vinte e seis brasileiros por dia, ou seja, são pelo menos oitenta e duas mil e quinhentas pessoas mortas por ano. As causas das mortes são doenças como diarreia, desnutrição, malária, tuberculose, dengue, febre amarela, além da falta de assistência médica. A maioria desses males possui tratamento, contudo, o estado de fragilidade do organismo das pessoas com fome ou subnutridas expõe-nas a maiores riscos. A falta de acesso aos serviços de saúde limita as possibilidades de cura, assim como a falta de saneamento, informação e escolaridade criam o ambiente perverso da proliferação das doenças (IHU, 2008).

A conjunção desses fatores tende a dificultar a transformação das condições históricas de existência dessa população, apesar do seu constante desejo de superação dessa realidade. A explicitação dos objetivos pessoais vem acompanhada da sua consciência do quão é difícil superar as condições de existência nas ruas. A fala de Cláudio é um exemplo disso: *A minha meta de vida é um dia largar o crack, pegar e fazer uma faculdade [...]. nem digo fazer faculdade, mas eu tendo um trampo autônomo... ser de vendas, alguma coisa assim, pra mim, já vale*, afirma Cláudio. Ele afirma, nesta declaração, que possui o desejo de cursar uma

graduação, mas sabe que isso dificilmente poderá ser realizado. Cláudio se contentaria com um trabalho formal, qualquer coisa diferente da exclusão a qual vivencia em seu cotidiano. Um agravante da naturalização das condições negativas da existência humana nas ruas é a dependência química e psicológica dos moradores de rua devido às drogas, a qual fica ainda mais difícil de ser superada, em virtude da falta de investimentos em políticas públicas de saúde para o tratamento dos dependentes, denunciada por Ricardo: *O projeto compete com uma deficiência de Porto Alegre. Porto Alegre investe muito pouco em equipamentos de saúde para tratamento de dependência química, então, tudo que eles vendem na sinaleira, eles compram em droga.*



**Figura 3 – Menino fumando crack**

Fonte: ALICE (2005)

A rua, de facilitar o acesso às drogas, também compromete a qualificação para o chamado mercado de trabalho. O surgimento e a propagação do HIV a partir da década de 1980 tem diminuído drasticamente as possibilidades de inserção dos moradores de rua no mundo, conforme testemunha Amara: *Se eu chegar em um lugar, em uma firma pra pedir emprego, eles não vão me dar. Pra começar, por causa da doença, pra terminar, por causa da minha idade. E a aparência, então, nem se fala, né. Antes de tudo, não tenho onde morar. Como é que eles vão dar um emprego pra quem não tem aonde morar?* Fica evidente, com isso, as possibilidades dos moradores de rua vão se extinguindo. Essa exclusão típica da sociedade capitalista industrial em seu momento atual se justifica, muitas vezes, pela dificuldade de acesso desses indivíduos ao emprego, à moradia e às condições básicas de saúde e educação. No entanto, Marcuse (1969, p. 19, grifo do autor) afirma que “a maneira



pela qual a sociedade organiza a vida de seus membros compreende uma *escolha* inicial entre alternativas históricas que são determinadas pelo nível de cultura material e intelectual herdado”.

Com base nisso, entendemos que os equipamentos de atenção que a sociedade e o Estado disponibilizam para os moradores de rua não provêm condições suficientes de modo que possibilite à totalidade das pessoas em condição de rua sair delas ou, até mesmo, conseguir tratamento adequado para libertar-se do vício. Nessas condições, vários deles se mantêm afastados das instituições públicas, como as Casas de Convivência ou os Abrigos Municipais. Como referem Costa *et al.* (2007, p. 41), eles não interagem com os organismos públicos disponibilizados “[s]eja porque não querem se submeter às suas regras, seja por acreditar que os serviços que oferecem são tão precários que é melhor estar na rua. Aparece aqui aquele complexo da territorialidade seja como espaço social, seja como espaço vivido: a rua é a casa”.

As condições de existência dos moradores de rua na fase atual do capitalismo, marcado pelo desemprego estrutural (BERGER, 2000), faz com que essa população busque uma remuneração mínima, capaz de cobrir os seus gastos mais vitais, a partir das alternativas que os mantêm dependentes do próprio sistema do capital, por exemplo, a venda dos objetos pelas ruas e nas sinaleiras, cuidar de carros, abrir portas de táxis na rodoviária, recolhimento de material para ser vendido em postos de coleta de recicláveis. Alguns moradores de rua, tentam, por mais de uma vez, voltar para sua família, como é o caso de Rosalva: *Eu falei com a minha mãe, que a minha mãe trabalha, né. Eu falei com a minha mãe que eu ia vender bala de goma, que não ia ficar só sentada, esperando o dinheiro pra mim comer e tomar banho e ter uma roupa, né. Daí, eu falei assim pra minha mãe: ‘Mãe, eu vou vender bala de goma. Comprar uma roupa pra mim, ter meu dinheiro pra mim comer e daí não ficar só nas suas costas todo dia’.*

Nesse aspecto, os moradores de rua se conformam ao caráter social, pois como afirma Fromm (1987), a estrutura social conforma o caráter social. Os bens materiais e o dinheiro são valorizados, bem como o vínculo que eles mantêm com os indivíduos integrados à sociedade, freqüentemente chamados de “padrinho”, “madrinha”, “freguesa” e “patrão”, dos quais recebem ajuda, tal como o revela a leitura de diferentes edições do Boca de Rua.

Mas nem todos os moradores de rua estão dispostos a prover o seu sustento por meio dessas oportunidades de atividade remunerada, pois, assim como os indivíduos ditos integrados à sociedade, eles também encaram tais alternativas como algo menor do que um trabalho real. Essas atividades são vistas como degradantes, como refere Jair, manifestando-se

sobre a hipótese de fechamento do Boca de Rua: *Puxar carrinho, eu não vou puxar carrinho. Juntar latinha, eu não vou juntar latinha. Então, eu acho que eu voltava pro crime.* A ausência de reconhecimento pelos moradores de rua e pela sociedade concernente à relevância das atividades realizadas por aqueles, faz com que muitos dentre deles optem por viver na criminalidade, recurso aparentemente mais eficiente de conseguir dinheiro. Na visão lúcida de Cláudio, as condições de exclusão se explicam no fato de que *aos pontos da sociedade, tu vale o que tu tem.*

Conforme testemunham, demunidos pela falta de oportunidades no sistema do capital, muitos aliam as atividades anteriormente referidas com mendicância, prostituição, pequenos estelionatos, furtos e roubos, no intuito de conseguir alguma renda. Ao exercer tais práticas, os moradores de rua contribuem para a conformação de um estereótipo negativo. São, então, percebidos como indivíduos que, por pura opção, estão nas ruas, abusam das drogas e praticam crimes contra uma sociedade que supostamente oferece oportunidades iguais a todos. A legitimação desse estereótipo traz conseqüências irrefutáveis para a população de rua, visto que reforça uma postura de truculência por parte das forças policiais, a diminuição das doações por parte da sociedade civil e o embrutecimento no trato das diversas esferas do poder público. Esse endurecimento em nada tem contribuído para resolver a problemática das suas vidas. É visível o aumento da quantidade de pessoas que vivem em condição de rua, dormindo sob as marquises, em praças, nos parques ou nos vãos das pontes.

Entretanto, os prejuízos causados à vida dos seres humanos que vivem nessas condições não se limitam, exclusivamente, à sua imagem ou representação social. O que ocorre, de fato, é a deterioração da própria identidade do morador de rua, como sujeito e como cidadão, visto que, cada vez mais, ele é marginalizado e o seu espaço na sociedade limitado. Contudo, marginalizados numa condição de dependência química e psicológica, os moradores de rua parecem conformar-se, de certo modo, ao caráter social (FROMM, 1956). Os depoimentos acima destacados evidenciam o anseio da maioria por um emprego, os quais, denuncia Fromm (1956), tiveram de ser “instalados” nos moldes de uma pessoa que deseja gastar a maior parte de sua energia nos propósitos do trabalho, que adquiriu disciplina, particularmente ordenamento e pontualidade (FROMM, 1956). A função do indivíduo nessa sociedade é, portanto, a de mero produtor para consumir; a sua dimensão de existência é a dimensão do consumo.

Estabelece-se, aqui, uma relação paradoxal entre o desejo pelo trabalho formal e a falta de expectativa de sua realização, como podemos ver nesta afirmação de Bugra: *O sonho de todo morador [de rua] é mudar de vida, só que tem que ter muita força de vontade, né.*

Acreditamos que intervenções de ordem menos psicológica e mais fatural, tal como, a educação formal, o tratamento para a dependência química e, antes disso, a consciência das relações de dominação e de exclusão em que vivem, são fundamentais para que tal alteração ocorra.

É como resposta à facticidade da existência pessoal e social que o Boca de Rua se institui e se legitima como organização, ou seja, como um espaço propício à transformação das pessoas. Conforme Pedro declara: *O Boca de Rua, pra mim, é uma parte do começo do que eu quis conquistar, né. A encarnação, dos brigadianos, as incomodação na rua. E o mais importante, mesmo, que eu conquistei, que eu perdi um monte de amigo, de irmão meu da rua. Que eu chamo de irmão meu. Pra mim, é meu irmão de sangue. Mas não são, mas eu considero como irmão, morreram. O falecido Mercedes, o falecido Neri, o falecido Rogério, da Silva Aguiar, o falecido Baiano e o falecido Alca. Os quatro morreram. Cinco! O André, que trabalhava no Boca de Rua, morreram tudo. Eu guardei só um negócio na minha mente, até hoje, que eu mudei, eu consegui mudar. Hoje eu to falando num gravador, como agora, que antes que isso eu não conseguia falar. Não queria falar, porque era um pouco de vergonha e um pouco de brabeza. Mas, hoje, eu perdi completamente a brabeza e sei conversar com as pessoas direito, entendo, elas me entendem também. Entendem que eu sou doente, sou portador do HIV, mas eu sei me controlar agora e eu acho tudo de bom no Boca de Rua, porque mudou mesmo a minha vida. Os brigadianos pararam de se encarnar, conversam comigo direito, me entendem também, agora eles me entendem. E, no colégio, agora no ano que vem, vou ver se volto pro colégio [...]. Mas eu desejo tudo de bom pro jornal, que é uma boa coisa. Não é só por eu mudar de vida, que eu consegui largar de uma pior coisa que eu passava na minha vida, que eu não conseguia nem falar com as pessoas, tinha vergonha mesmo. E quando eu falava, eu falava tremendo, tinha tremedeira. E eu era muito doente. Eu tinha vergonha de falar com as pessoas mesmo por causa do bafo, do cheiro da 'loló', sabe? As pessoas não gostavam de conversar com a gente.*



**Figura 4 – Nós não queremos mendigar!**

Fonte: ALICE (2005)

A jornalista Rosina, uma das fundadoras do Jornal, dá testemunho das dificuldades às quais se defrontaram e se defrontam na realização do trabalho com o Grupo: *[No início das atividades do Boca de Rua], então, tinha [uns] bem poucos, assim, muito comprometidos com a droga. Na época era 'loló', não tinha crack, ainda. Bastante comprometidos, guardando carros na Praça do Cachorrinho, ali no Rosário. No começo, eles riam de nós, não conseguiam entender bem o que a gente queria. A gente começou então a brincar com o gravador, brincar de fazer entrevista. Eram 2, 3 assim... Tinha dia que a gente chegava e não tinha nenhum, porque um tinha sido preso, um tava com uma bala em algum lugar do corpo, outro tinha levado uma facada. Era uma situação, assim, muito difícil, assim. Mas uma coisa que eu acho importante registrar é que desde o começo houve um respeito. Ao longo desses 7 anos, houve fatos que podem ser vistos como desrespeito, mas acho que sempre predominou foi uma relação de respeito. E isso eu acho incrível, porque foi sempre, desde o começo, sabe? Mesmo eles não sabendo quem a gente era, mesmo eles desconfiando de nós, porque eles a princípio desconfiavam de todo mundo [...]. Eles não entendiam patavinas do que a gente queria, mas sempre houve uma situação de respeito. A gente queria mostrar aquela realidade, mas isso era muito mais discurso do que... Na verdade, acho que a gente chegou com aquela empáfia, né, característica da classe média e das pessoas que têm alguma instrução, enfim, que tão... num reconhecimento dentro da sociedade.*

Como se pode notar, logo no início do Projeto, o ideal de quem se portou, face a eles, como salvador da pátria, foi contrariado. As jornalistas responsáveis pela criação do Boca de Rua agiram impulsionadas por um ideal que, por meio do Jornal, daria voz aos moradores de rua, tirando-os, por meio disso, da situação em que se encontravam. No entanto, o convívio com os moradores de rua mostrou que uma postura salvadora nesse espaço não contribuiria para a realização do objetivo de orientarem os moradores de rua na elaboração de um veículo de comunicação alternativo, representativo daquelas pessoas. Sobre isso, comenta Rosina: “[...] sempre tinha aquela coisa de tu salvar, de tu te colocar num outro patamar, num pedestal, mas logo, logo, logo, a gente se deu conta que a gente tinha que ser alfabetizado naquela realidade e que, no frigar dos ovos, a gente acabava recebendo muito mais do que eles”.

Graças a este imediato e lúcido reposicionamento crítico, o Jornal Boca de Rua requalifica a *práxis* dos seus membros, aqui manifesta, em um agir marcado pela indissociabilidade dialética entre a ação e a reflexão (CHAUÍ, 2000). É dessa maneira que se inicia o engajamento do Grupo em uma atividade coordenada que visa à produção do Jornal. Tal engajamento exige aos seus integrantes responsabilidade pelas práticas organizativas do Grupo, as quais têm gerado uma crescente tomada de consciência a respeito da vida dos moradores de rua, regida pela opressão e pela exclusão próprias da lógica do sistema do capital, e em nome da qual se declara apta a dizer quem deve ser incluído e de quem deve viver à margem das benesses geradas pelo desenvolvimento.

A respeito dessa associação entre os moradores de rua e os técnicos da Rede Boca de Rua, as fundadoras concretizam este alerta de Paulo Freire (1988, p. 53), cuja obra é do seu conhecimento: “[...]a libertação dos oprimidos é libertação de homens e não de ‘coisas’. Por isto, se não é autolibertação – ninguém se liberta sozinho -, também não é libertação de uns feita por outros”. O que ocorre, então, é que a partir das discussões na coletividade, os Bocas põem em xeque a inevitabilidade dos resultados perversos da lógica capitalista imposta, contribuindo para a desnaturalização das relações de dominação estabelecidas no conjunto da tessitura social.

## 6.2 A VIVÊNCIA NO BOCA DE RUA E SEUS IMPACTOS NA AUTO-PERCEPÇÃO DOS MORADORES DE RUA

A partir da publicação do Boca de Rua surge uma mudança na representação social dos moradores de rua, que causa reflexos em sua *práxis* no âmbito da organização e também na sociedade. Em sua atuação, os membros do Boca de Rua instauram um vínculo entre os seus processos de organização com vistas a um objetivo comum, que é a produção coletiva do Jornal, e o processo de singularização das suas identidades. Conforme referido por Barus-Michel (1996), os discursos sustentam um quadro no qual se manifesta a vida prática, mas no qual também se inscreve a vida dos sujeitos representados: sua identidade e sua trajetória. O depoimento de Jaqueline demonstra como o Jornal interfere no processo de formação identitária dos membros do Boca de Rua: *Olha, antes do Boca eu era uma pessoa com a cabeça voltada diretamente para aquele filho que eu tinha em casa, né. Então, bá, depois que eu fui pro Boca, eu achei que alguma coisa mudou na minha vida. Porque eu não tinha só aquele pensamento diretamente pro meu filho e pra minha avó, que eu tinha que levar uma ajuda pra ela [...].E quando eu conheci o Boca de Rua, eu tinha aquela atenção voltada diretamente pra ele, mas daí eu tive uma atenção voltada diretamente com amigos, com mais amizade, diretamente com outras pessoas que podiam me dar idéia, porque naquele tempo, eu acho uma coisa muito importante, e continuo achando até hoje, tanto que meu segundo grau eu vou fazer magistério, que o estudo é muito importante. Só que quando eu entrei no Boca de Rua, eu tinha recém-completado a quarta série, passei pela quinta, mas quando eu fugi de casa eu fiz um mês da quinta série. Então eu não sabia muita coisa, e eu descobri que aqui no Boca tinha pessoas que podiam ajudar os outros, né. Era um grupo, era tipo assim, uma família. Achei tri, né, que as pessoas se ajudam no Boca de Rua. E isso pra mim é muito importante, é muito bom. Eu digo assim, por exemplo, se eu não sabia como fazer um texto, como escrever, o que escrever. Pronto, o Boca tava ali para ajudar. Talvez, se um amigo meu ali do meu lado não pudesse me informar, porque tava ajudando um outro, eu podia chegar numa jornalista, que no caso, depois eu descobri que elas eram, podia chegar numa jornalista, perguntar, fazer uma pergunta, escrever eu sempre soube. Achei muito tri isso.*

O depoimento de Jaqueline permite-nos conceber o Boca de Rua como um território desde onde os moradores de rua constituem uma nova identidade para si, por meio da veiculação de representações sociais não negativas e da transformação em sua auto-percepção através do trabalho. De acordo com Barus-Michel (1996), a representação social expressa uma versão da realidade, que não dá conta de toda a sua complexidade. Desde a afirmação da sua alteridade, veiculada pelas representações sociais que eles próprios instituem, os

moradores de rua constroem a sua identidade. A atuação no Grupo, principalmente o diálogo entre os participantes quando da elaboração das matérias do Jornal, é fundamental para o estabelecimento das diferenças entre estes e os indivíduos considerados ajustados à ideologia do capital e a suas demandas por um existir subordinado ao ter (FROMM, 1987). É dessa maneira que os moradores de rua constituem a sua identidade Jaqueline dá testemunho sobre como ocorre esse processo: *O Boca ta mostrando isso, como que a gente é. Que a gente não é aquele ladrão, que a gente não é aqueles usuários de drogas, que a gente não é aqueles marginais, como eles pensam que o morador de rua é. E, pra mim, isso muda, até facilita bem mais do que trabalhar em casa de família e pedir dinheiro.*

A legitimação dessa nova representação social dos moradores de rua face à sociedade contribui para o desposicionamento das relações sociais naturalizadas. As representações veiculadas no Boca de Rua criam novos valores e influenciam novos comportamentos nas relações políticas e sociais, visto que o Jornal é vendido em diversos locais da cidade. Não se trata da legitimação de uma representação social que colabora para a manutenção da estratificação social e das relações de poder naturalizadas na sociedade. O que o Boca de Rua veicula é justamente o irreconciliável das diferenças entre os moradores de rua e aqueles que são tidos como incluídos na sociedade.

Ao constituírem sua identidade com base em um processo que afirma a sua diferença, os Bocas não o fazem de maneira a compactuar com a legitimação das representações sociais normalmente veiculadas pelos principais canais da mídia tradicional. O Boca de Rua, assim como nega a negatividade dos moradores de rua no sistema capitalista, também afirma o inconciliável das diferenças por eles reconhecidas: “Existem lugares em que as duas cidades, a dos ditos excluídos e a dos não-excluídos, se encontram. São os parques, as feiras, as praias do Guaíba, a Casa de Cultura Mario Quintana, o Gasômetro, e outros espaços culturais. Também no festival GLS, ou no Mix Brasil. Nos shows do anfiteatro Pôr-do-Sol, nas muambas dos carnavais [...]. Não é uma confraternização, porque tem muito preconceito, muita discriminação decorrente da desigualdade social”(BOCA DE RUA, 2004, nº 12).

Nesse sentido, Lévinas (1984, p. 92) afirma que “[...] na proximidade com o outro – para além da imagem que eu me faço do outro homem – seu rosto, o expressivo em outro era isso que me ordena a servir”. Servir, nesse contexto, não se refere à prostração ao outro, nem a oferecer-se como seu subordinado. A referência a Lévinas nos permite entender que a relação interhumana que os membros do Boca de Rua estabelecem com a sociedade caracteriza a assunção de responsabilidade dos moradores de rua para com esta, materializada em uma comunicação de caráter transformador.

O objetivo do Grupo com esse movimento de conscientização é o estabelecimento de novas relações sociais. Nesse sentido, o Boca de Rua não trabalha com vistas a uma derrubada do sistema do capital, mas atua nas brechas abertas por ele. O Grupo interpela os outros atores sociais desde a facticidade das suas condições históricas de existência de seu gênero humano no conjunto da tessitura social.

Pedro relata a transformação ocorrida em sua vida desde a sua ida e envolvimento com o trabalho do Grupo: *E eu digo pra todo mundo que o serviço do Boca de Rua é um serviço muito legal e muito bom e eu não quero que eles passem por tudo que eu to passando, eu não quero que esses moradores de rua passem: agressão, violência, ser queimado embaixo de ponte, tocar fogo na pessoa, ou pegar e agredir uma outra pra pegar dinheiro ou roubar outra pessoa pra poder arrumar dinheiro. Porque, antes, eu era ladrão. Agora, não sou mais.* O que fica evidente nesses depoimentos não é que o Boca de Rua teria simplesmente esse poder de liberar os indivíduos do crime. Na verdade, o abandono dessas práticas é decorrente da auto-percepção que passam desde então a ter de si mesmos. A partir do envolvimento com o Jornal, eles readquirem a capacidade de, por seu trabalho, assegurar a sua subsistência sem a necessidade de recorrer ao crime. Ressaltamos que no processo de admissão de um novo membro ao Grupo, não lhe é perguntado que motivos o levaram a procurar o Jornal, se ele já teve passagem pela polícia, se é ou não viciado em alguma droga ou, ainda, portador de HIV. A única regra a ser observada antes da sua inserção efetiva no Grupo coloca nesse aspecto é que essa pessoa participe de três reuniões consecutivas antes de passar a receber os jornais.

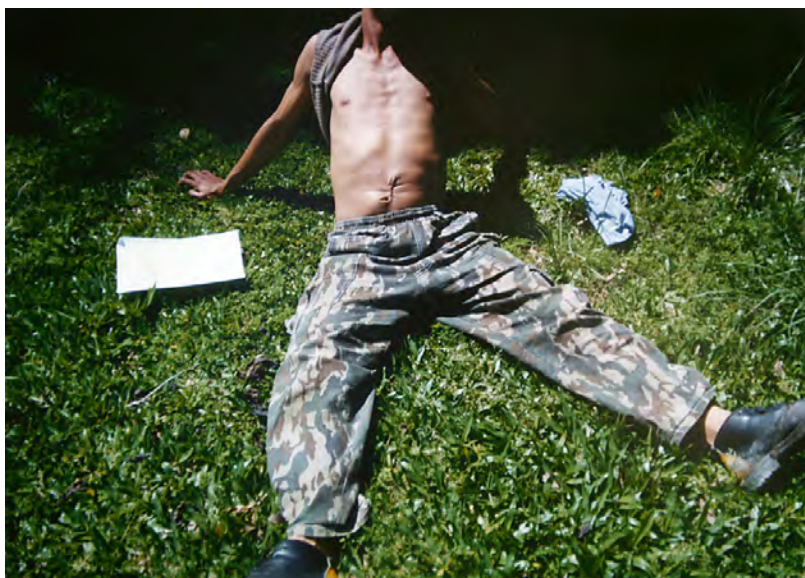


**Figura 5 – Participação em manifestação de movimentos populares**

Fonte: ALICE (2005)



Por meio da participação no Grupo, os Bocas intervêm na sociedade, contrariando, em sua ação, a ética menor, elitista e pragmática, que se curva obedientemente aos interesses do lucro, calcada na exploração da força de trabalho do ser humano, na perversão da pureza em puritanismo, e na discriminação de raça, gênero e de classe (FREIRE, 1996). O Grupo consolida a identidade dos moradores de rua como alteridade aos indivíduos ajustados à sociedade. Portanto, ao assumir a alteridade, o Boca de Rua nega a naturalização das relações sociais que são, de fato, relações de exclusão e de opressão, e não relações de humanidade. Desse modo, o Grupo contribui para mudar a lógica dos moradores de rua desde a sua alteridade frente à sociedade industrial: *ele [o Boca de Rua] deu a essa população a possibilidade de falar, de dizer ‘olha, eu sou um cidadão! Eu existo! Eu sou um ser humano!’*, reivindica Ricardo.



**Figura 6 – Marcas da rua**  
Fonte: ALICE (2005)

A importância do seu engajamento no Boca de Rua, considerado pela totalidade dos entrevistados como um, ou melhor, o seu trabalho, nos é dada por Jair. Atuante do projeto há mais de quatro anos, ele afirma não recorrer mais aos furtos ou roubos, graças a sua vinculação ao Boca de Rua: *Antes eu era ladrão, tá ligado? Antes eu era ladrão e agora eu não sou mais. Depois que eu entrei pro projeto. Eu era 55. Nervoso.* Jair afirma que sua renda se origina exclusivamente na venda dos jornais. Quando questionado se a venda dos jornais o mantém afastado do crime, ele nem nos permite terminar a frase: *Ajuda a ficar longe do crime*, afirma, categórico. Vendendo os jornais, Jair não se sente diminuído, apesar de se saber diferente de tantos outros em seu meio: *Uns são meio ignorantes, os outros falam como uma pessoa normal. Cada um me trata de um jeito.* Acreditamos que essa possibilidade de ser

tratado como uma “pessoa normal” e o fato de exercer uma atividade que ele mesmo considera digna fazem com que Jair permaneça no Grupo, protegendo-o de uma possível volta ao mundo do crime. Nesse sentido, entendemos que os moradores de rua produzem a si mesmo enquanto produzem o Jornal, pois é a partir do trabalho que os indivíduos se tornam seres sociais e independentes (FROMM, 1956).

Para os moradores de rua, o trabalho no Jornal Boca de Rua permite-lhes ter acesso a uma renda que os dignifica, dadas as reduzidas possibilidades de emprego disponíveis a essa população nessa condição, como Cláudio exclama: *Não pra usar isso como motivo, sabe, mas é bem mais fácil tu puxar uma bolsa do que tu conseguir um emprego. Nem que seja pra virar massa. O Boca é um trampo, é um trampo mesmo!* Entendemos, portanto, que o Jornal constitui-se como um trabalho, desde a compreensão da dialética do seu significado, isto é, encarando o trabalho desde a diferença estabelecida por Fromm (1987), ou seja, entre atividade e ocupação.

Nesse sentido, Amara explica, de maneira bastante prática, porque prefere trabalhar no Jornal a vender bala de goma: *as balas de goma não vão falar sobre os moradores de rua e o Jornal já fala sobre os moradores de rua.* Isso nos autoriza a afirmar que os Bocas fazem do Jornal um veículo por meio do qual interpelam a sociedade e o poder público. O grito de humanidade proferido por Ricardo dá corporeidade, não por acaso, ao logotipo do Jornal. É por sua própria condição e para além da desumanização e exclusão, que eles interpelam a sociedade. E esta não é, de forma alguma, uma voz emprestada pelos técnicos que trabalham na Rede Boca de Rua.

É, também, o que declara Cláudio: *Nós ainda temos voz ativa, né cara. A gente grita, grita e grita para sociedade e tipo... tu não tem... não é que nem você que solta aqueles ruídos e volta, né cara. Entendeu? A gente grita, grita, grita, só que não tem um eco, né cara.* Cláudio não nos explica, no entanto, porque, apesar de não ter eco, em momento algum, os Bocas desistem de gritar. Se não o fazem é porque algum interlocutor, de fato, encontram; ou ainda, porque gritam com a própria voz, escrevem eles próprios os seus discursos sobre as suas causas. E disso, não se permitem cansar, pois, é desse modo que afirmam sua alteridade.

Rosalva começou, há pouco tempo, a receber um salário mínimo, amparada pela LOAS, e fala sobre a importância não-econômica das atividades que desempenha no Jornal: *Eu não vou largar do Jornal, porque eu gosto de vender Jornal, pra não ficar só... Mesmo assim, se eu não tiver meu dinheiro pra mim comprar uma coisa pra mim comer, comprar um roupa, comprar meu loló... pra mim ter meu dinheiro. Não é só ficar só do dinheiro também. Do jornal. E do dinheiro que eu vou receber. Daí eles vão pensar: ‘Essa guria roubou de*

*algum lugar, daí não quer vender, não quer mais trabalhar nem nada. Ela fica só sentada dentro de casa. Não quer mais sair pra rua’.*

Nesse espírito, Jaqueline compara o trabalho no Boca de Rua à atividade de faxina, na casa das “madrinhas”: *É que assim, ó: eu trabalhando no Boca de Rua, eu sei que... pra mim, o Boca é um trabalho. É um trabalho como qualquer outro. Primeiro, porque a gente tá mostrando nós, que somos moradores de rua, que isso existe em todo o Brasil, em todo o mundo, pra falar a verdade. Em todo o mundo existe morador de rua e eles não são totalmente enxergados. E com o Boca de Rua, o que mudou pra mim, de que trabalhar dentro de uma casa de família, que é com pessoas que não sabem... é difícil algum morador de rua trabalhar dentro de uma casa de família, é muito difícil e isso aí é casualmente. Pra mim foi aquela casa que eu trabalhei e como eu tinha aquela... esqueci o nome daquele papel que a gente leva, aquele atestado mostrando que a gente trabalhou em casa de família, tipo assim, um currículo, que tinha que levar pra poder trabalhar em outra casa. Acho que, pelo menos eu não preciso ficar mostrando isso. As pessoas já me conhecem, do jeito que eu sou. Eu não preciso tá levando no serviço onde eu vou trabalhar como que eu sou.*

A partir dos relatos transcritos acima, notamos que os membros do Boca de Rua assumem a atuação no Grupo como sendo realmente um trabalho. No entanto, o trabalho desenvolvido por eles é pleno de outros significados, distintos da concepção alienada de trabalho que a sociedade capitalista industrial prega e difunde, na qual o produtor é desvinculado do produto de seu esforço. No Boca de Rua, são os próprios Bocas que determinam as condições para a venda dos jornais, como Dado ilustra: *Eu prefiro o Boca porque o Boca é a única coisa que o seguinte: eu posso ganhar o meu dinheiro sem eu... eu pego e mando no meu horário, tá ligado. Se eu quiser trabalhar três horas da manhã, eu trabalho. Se eu quiser trabalhar meio-dia, eu trabalho. Se eu não quiser trabalhar o dia todo eu não trabalho.*

Por ser uma forma de trabalho não-alienada, as atividades desenvolvidas no Jornal assumem a condição de elemento constitutivo da identidade dos indivíduos envolvidos em sua organização. O trabalho, tal como eles o vivem, gera reconhecimento social, evidenciado no testemunho de Amara: *Vendo até fiado pra clientes. Tem vários clientes que não têm dinheiro na hora, mas daí, eles pegam o jornal e pagam da outra vez que passam na sinaleira.* No entanto, a consciência da maioria de que o Boca de Rua é um trabalho se contrapõe à noção apresentada por Cláudio: *O Boca é um trabalho alternativo, né, cara! Não é a minha meta de vida, a não ser se eu entrar pra ALICE [risos], pegar uma vaga de vocês.* Ao ser percebido, por alguns de seus membros, apenas como um trabalho que lhes propicia obter uma renda

alternativa, o Jornal adquire, às vistas deles, um caráter transitório, ou seja, para estes, o Boca de Rua é uma transição entre as ruas e a sociedade, uma etapa entre a mendicância e o trabalho formal. Há, aqui, duas significações em jogo, definindo um modo de relação distinto com o significado de trabalho: de um lado, o trabalho é fonte de produção da existência social e, de outro, alguns indivíduos mantêm, com ele, uma relação pragmática e utilitarista. Essa percepção do Boca de Rua como um momento de passagem se fortalece devido ao fato de alguns ex-integrantes do Grupo terem conseguido um emprego e uma moradia, deixando o Jornal. No entanto, não é esse o objetivo primordial da ALICE com o Projeto, assim como não parece ser esse o objetivo de todos os indivíduos do próprio Grupo, como Pedro: *Eu quero continuar [no Boca de Rua] pra sempre. Até o fim, até onde eu puder chegar, até o fim, bem dizer. O fim que eu quero dizer é até envelhecer...*

Alguns dos Bocas estão envolvidos com o Jornal a sete, cinco anos, enquanto outros permanecem no Projeto apenas por alguns meses, seja por terem se cansado das regras que o convívio grupal impõe ou por terem conseguido uma outra fonte de renda. Devido a essas duas compreensões diferentes do papel desempenhado pelo Jornal na vida dos seus membros, notamos que não a atuação no Grupo não gera uma homogeneização dos objetivos pessoais dos seus integrantes. Deduzimos, com isso, que não esses os objetivos que garantem o funcionamento do Grupo e que a falta de um objetivo comum a longo prazo é o principal motivo da rotatividade dos membros do Grupo.



**Figura 7 – Entrevista na Vila dos Papeleiros**

Fonte: Acervo Boca de Rua/ALICE

O trabalho dos membros do Boca de Rua no Jornal lhes garante uma renda alternativa, que é um dos objetivos da Rede Boca de Rua, no entanto, o Projeto não se constitui em uma solução *prêt-à-porter* para os problemas de quem vive na rua, do mesmo modo que não se

reduz a um local de transição entre as ruas e a sociedade. O Jornal é uma possibilidade para que essas pessoas consigam alterar a sua condição de existência, a partir da transformação que a comunicação causa nos indivíduos envolvidos em seu processo.

A conversa com Cláudio encerra com esta consideração sobre o que ele entende por trabalho no Jornal: *O Boca, assim, é um trabalho de auto-ajuda, porque tu ta te ajudando. O tempo que eu to aqui, eu poderia estar vagabundeando, eu poderia estar... sabe, cara. É um trampo.* O que Cláudio não nos conta é que essa auto-ajuda só é possível devido ao seu engajamento na convivência em coletividade que os membros do Grupo sustentam. No Grupo, essa auto-ajuda é possível a partir das discussões nas reuniões grupo e da elaboração das matérias para o Jornal, com as quais os Bocas entram em contato com outros grupos e adquirem conhecimento acerca dos mais diversos temas.

O Boca de Rua, enquanto veículo de comunicação, solicita um modo de ser que afirma a presença da dialética negativa, uma dialética aberta, denunciadora da condição de excluído, que nega a negação imposta pelo sistema. Parafraseando Adorno (1999), a dialética negativa prova que a negação não era negativa o suficiente. É isso que nos diz Jaqueline: *Eu me sinto dentro do Boca de Rua, juntamente com a sociedade, igual a eles. Igual a eles porque eu também sou trabalhadora, independente de eu ser uma moradora de rua. E isso eu agradeço ao Boca.* Segundo seu testemunho, o Jornal Boca de Rua não se limita, em suas páginas, à denúncia das condições em que vivem os moradores de rua, mas comunica fatos ocorridos no cotidiano da cidade: *A gente não tá contando a história dos outros, a gente tá contando a história nossa, que a gente vende a nossa história, como é que nós temos sendo tratados na rua, o que que tá mudando, o que que não tá. De três em três meses tem umas histórias diferentes. Isso também é importante. Não é que nem a Zero Hora, que é notícia da cidade, que nem o Diário Gaúcho, que tem notícia não sei lá da onde lá de São Paulo, que nós temos em Porto Alegre. Aqui, nós só tem notícia daqui, só com morador de rua daqui,* afirma Jaqueline.

Ao fazer-se contraponto, por uma *práxis*, os integrantes do Boca de Rua instituem um lugar propício para a reflexão e a crítica, no esforço de fazer um contraponto legítimo à mídia tradicional que subsidia o modo como as ocorrências e notícias são apresentadas e veiculadas nos meios institucionalizados. Apesar disso, a mídia tradicional exerce controle sobre o Jornal, ao limitar a sua expansão. Essa postura crítica do Jornal é claramente enunciada já na reportagem de capa de sua primeira edição: “[...] também para a sociedade vai ser importante, porque vai botar na cabeça das pessoas o pensamento do pessoal que convive nas ruas. O jornal vai mostrar que ninguém está completamente certo” (BOCA DE RUA, 2000, 0).

Por meio das atuais 28 edições do Jornal Boca de Rua, o leitor interessado pode tomar conhecimento dos abusos e maus-tratos que a população de rua sofre – precocemente denunciados em sua edição de número zero, intitulada “Vozes de uma gente invisível” – e ter acesso a outras versões de fatos ocorridos na cidade que não as oficiais. Um bom exemplo disso é o tratamento dado pela mídia institucionalizada às medidas tomadas pelo Governo Municipal nos episódios do fechamento dos vãos sob as pontes da cidade, da limpeza das praças e dos problemas de moradia para a população de rua da capital gaúcha – tema de capa da edição 24, intitulada: “Tem solução”.

Para além do objetivo inicialmente estabelecido pelas jornalistas responsáveis pela criação do Boca de Rua, atualmente não é mais adequado considerá-lo apenas como um veículo de comunicação alternativa exclusivamente centrado em denúncias feitas pelos moradores de rua, e cujos relatos são consoantes a fatos que não conseguem espaço na mídia tradicional. O Jornal intencionalmente comunica à sociedade um outro lado da História, este que não é contado pela mídia institucionalizada, como foi o exemplo citado da higienização das praças. Frente à dita medida, os membros da organização se mobilizaram, formalizando propostas que, em seguida, foram encaminhadas aos órgãos competentes e simultaneamente responsáveis por decidir sobre as reivindicações ali postas. Ao tratar de temas que afetam a todos os cidadãos, o Boca de Rua amplia o seu espectro de discussão, reafirmando o seu caráter de comunicação alternativa e, simultaneamente, a sua legitimidade comunicacional face ao monopólio da mídia institucionalizada.

As edições mais recentes do Jornal enunciam que ele não tem se limitado a tratar apenas dos problemas das ruas, a exemplo de sua edição de número 25, na qual os Bocas incitam o leitor a participar do polêmico debate sobre a cura pela fé, lançando a pergunta: “Você acredita na cura pela fé?”. Os leitores interessados informam-se, ainda, sobre a cultura das ruas, como os grupos de *rap*, a exemplo do Realidade de Rua. É por sua amplitude, em suma, que o Boca de Rua supera a classificação de mero Jornal de Moradores de Rua, pois realiza, de forma autêntica uma comunicação das ruas, local aonde todo e qualquer cidadão desse País transita e se relaciona, por algum momento, com o outro, seu semelhante.

Em sua atividade no Jornal, os moradores de rua alteram o seu modo de agir nesse espaço a partir da comunicação, principalmente por meio das discussões em grande grupo e da elaboração coletiva das reportagens, momento onde cada frase, cada palavra, é devidamente discutida e avaliada, antes de ir para o papel. Assim, não por acaso, o trabalho do Grupo Boca de Rua ganhou notoriedade em Porto Alegre, abrindo aos envolvidos possibilidades inauditas, conforme relata Bugra, um dos Bocas chamados a representar o

Jornal em veículos da mídia institucionalizada: *Mudou o meu ponto de vista, eu sinto mais coletividade com o pessoal, com outro pessoal também que tá na rua, outra galera. É... sou reconhecido, as pessoas me... Você aparece em vídeo, aparece em jornal...*

No paradigma paraeconômico, uma anomia refere-se a “indivíduos desprovidos de normas orientadoras, que não tem senso de relacionamento com outros indivíduos” (GUERREIRO RAMOS, 1981, p. 147). Esse tipo de comportamento, típico dos moradores de rua, é muitas vezes tomado como justificativa para o uso de drogas. No entanto, o Boca de Rua faz apelo a meios, valores e princípios com vistas a superar tal condição, promovendo e assegurando relações éticas de respeito e consideração de uns para com os outros. Nesse aspecto, as atividades desenvolvidas no Jornal adquirem o caráter de promotoras de redução de danos, pois enquanto trabalham nas reuniões ou vendem os jornais, os Bocas não podem beber ou fazer uso de drogas. Por meio da possibilidade de convívio grupal, instituindo-se como uma real coletividade, o Boca de Rua altera o modo eminentemente marcado pelo isolamento dos indivíduos, próprio da vida nas ruas, como Cláudio reconhece, *são poucas as causas, são poucos os lugares que abraçam a gente, pessoal assim como eu, que o cara não tá com o auxílio da família, não tá sabe... tá em situação de rua, aí, pelado, né, cara. Eu vivo eu e Deus. Eu não tenho ninguém pra chegar de noite e reclamar se aconteceu alguma coisa. É eu e Deus.*

No Boca de Rua, a negação da condição negativa de vida dos seus membros é fruto de uma forma bastante peculiar de organizar, centrada na valorização da vida coletiva tanto em sua dimensão convivial, quanto no exercício da responsabilidade para a viabilização conjunta e engajada da realização de um objetivo comum dos participantes do Grupo, como Jair declara: *É um lado de convivência também. Com os amigos da rua. De convivência. Sentar com as pessoas, conversar com as pessoas...* Surge, desde aí, uma situação nova, na qual os membros do Jornal tomam conhecimento das injustiças sofridas por seus colegas. Abrindo-se ao diálogo, os Bocas colocam-se em relação com o outro e alteram a condição de existência que Guerreiro Ramos (1981) qualifica como anômica. Segundo Lévinas (2005), é a partir dessa situação nova, de abertura para o outro, que é possível tomar conhecimento da injustiça. Deriva, então, dos debates no Grupo e da sua relação com os “incluídos” na sociedade a possibilidade de instauração da justiça no Boca de Rua.





**Figura 8 – O Boca de Rua no Fórum Social Mundial**

Fonte: Acervo Boca de Rua/ALICE

O trabalho no Projeto não objetiva apenas uma mudança na condição material dos seus integrantes, por mais limitada que ela possa ser. Ele assume um compromisso com a sua reapropriação como sujeitos por meio de uma mudança na auto-percepção dos moradores de rua a respeito de si mesmos. De um lado, o processo de venda do produto final de seu trabalho na elaboração das matérias garante aos Bocas a sua renda. De outro lado, os processos de elaboração das matérias são capazes de promover a alteração da auto-percepção, devido à emergência de uma representação social dos moradores de rua menos preconceituosa e de traços mais amplos. A importância da mudança nas representações sociais dos moradores de rua se deve ao fato de que são elas, junto com as crenças e as ideologias, que conformam a maneira como vemos e fazemos as coisas, ou seja, elas se apresentam como uma versão da realidade que é objeto de outras versões da mesma (BARUS-MICHEL, 1996).

A maioria dos Bocas ainda permanece nas ruas, vivendo sob condições muito similares às que detinham antes da sua entrada para o Grupo. Nesse sentido, confirma Ricardo: *muitos estão no Jornal em função da venda, mas a maioria está devido à possibilidade de se fazer ouvir*. Fica evidente que Jornal consegue provocar, nas situações referidas, uma transformação no papel desempenhado por essas pessoas na sociedade, podendo, então, serem chamadas de cidadãos. Bugra dá um exemplo do exercício da sua cidadania a partir da atuação no Jornal: *A gente já enfrentou assim... debates com a polícia, com a Brigada. Hoje, por exemplo, tinha o Fórum da População de Rua, que tinha um major da Brigada. E ele... com nós de crachá, e vendendo o Jornal, eles sabem que a gente 'rala'*



*mesmo. Assim, a vivência no Jornal, além de favorecer o reconhecimento de sua posição pelos outros atores sociais, a instituição da cidadania dos moradores de rua modifica as possibilidades de atuação por eles vislumbradas, como Pedro declara, referindo-se à hipótese de término do Projeto: Eu ia tentar lutar por mim mesmo. Conquistar. Eu já sou um integrante do Boca de Rua, já sou famoso. Por que não poderia ser um jornalista? Mesmo sendo analfabeto, eu posso. Claro!*

O fato do trabalho no Boca de Rua não ser uma atividade alienada ocasiona que a atuação dos membros do Jornal extrapole o papel de mero vendedor. Os discursos proferidos pelos Bocas em palestras e na mídia traduzem os desejos e objetivos dos moradores da rua, mantendo coerência com o conteúdo que é veiculado no Jornal. E isso vai além do fato de aparecer na televisão, trata-se de uma ocasião propícia para enfatizar as questões que são relevantes para o Grupo, para os moradores de rua e para a sociedade em geral, como Bugra declara: *Já apareci na televisão, já falamos... ih, a RBS... em vários programas aí. É muito bom. É muito bom, não por aparecer, mas por ta falando o que a gente sente, o que a gente acha.* Quando esses espaços não são oportunizados, os membros do Boca de Rua recorrem como habitualmente o fazem, ao uso do espaço público, das ruas da cidade, como a exemplo do sétimo aniversário do Jornal, comemorado no Parque Redenção. Nessas ocasiões, bem como no momento da venda dos jornais, os Bocas atuam verdadeiramente na sociedade, transformando a rua, antes um espaço casual, indefinido, em um território onde se relacionam e interagem com outros cidadãos.

É importante frisar que, mesmo que em alguns momentos, a tomada de posição do Boca de Rua seja feita por meio de um representante do Jornal, quando este fala, ele manifesta o pensamento do Grupo. As colocações de Dado demonstram isso: *Entre os integrantes do Boca eu sou bem requisitado para várias palestras, várias coisas do Boca né meu. Eu já fui a São Paulo por causa do jornal. Fui lá pra São Paulo, lá, representar o trabalho e eu não trabalho sozinho, eu trabalho em grupo. Então, eu não faço sozinho, eu faço em grupo. Representar o trabalho que o meu grupo pegou e fez, e ir para vários lugares, sou bem requisitado, e universidades, faculdades, pô, amostrar o trabalho que o grupo faz, né meu, e pra mim, eu acho o seguinte, o meu estudo e com o pouco de leitura que eu tenho, graças a Deus, eu consigo pegar e consigo falar bem, consigo dialogar bem e em várias outras ocasiões consigo pegar e me comunicar com o público, ta ligado.*

Cabe registrar que, antes de entrar para o Boca de Rua, Dado não sabia ler e dormia na rodoviária, onde mendigava e abria as portas dos táxis para conseguir algum dinheiro. A atividade no Boca de Rua, como Dado refere, o levou a São Paulo, onde apresentou a vídeo-

carta, um documentário dos moradores de rua de Porto Alegre para a população de rua paulistana. Nesse momento, Dado poderia ter se apresentado afirmando que a idéia fora dele, ou que a filmagem ficara sob a sua responsabilidade, mas não. O que mais chama a nossa atenção na declaração desse membro do Boca de Rua é o fato dele ressaltar que, mesmo quando vai sozinho representar o Grupo, ele está imbuído da consciência de coletividade, tão estranha à lógica de quem vive nas ruas.

A atitude de Dado expressa a noção de responsabilidade, de tal modo que, ao proferir seu discurso, ele o faz imbuído da presença do Grupo a quem representa, posto que “[...] o outro não é simplesmente próximo de mim no espaço ou próximo como um parente, mas se aproxima essencialmente do eu enquanto eu me sinto – e enquanto eu sou – responsável por ele” (LÉVINAS, 1984, p. 91).

O exposto ao longo da seção permite ressaltar algumas características peculiares ao Boca de Rua e que se coadunam com uma das categorias do paradigma paraeconômico de Guerreiro Ramos (1981) e que ele classifica como uma isonomia, isto é, “[...] um contexto em que todos os membros são iguais”, ou seja, um sistema social que permite a atualização dos seus membros, independentemente de prescrições impostas. Assim como essa categoria do paradigma do autor, Boca de Rua é um sistema social autograticante, pois os indivíduos nele envolvidos são livremente associados e desempenham atividades compensadoras em si mesmas. Os vínculos entre o paradigma proposto pelo autor e a organização em análise é tema da seção subsequente.

### 6.3 O BOCA DE RUA E O PARADIGMA PARAECONÔMICO

Os processos que configuram a organização do Boca de Rua, conforme evidenciados até aqui, assumem um caráter eminentemente dialético. O que pretendemos dizer com isso, é que o Grupo se estabelece com relações abertas ao outro, calcadas no respeito mútuo dos seus membros e no seu constante esforço para que as individualidades sejam valorizadas. São estas relações, também, que garantem condições para que os participantes do citado Jornal intervenham na cidade. Ao agirem dessa maneira, os Bocas não buscam apenas beneficiar a si próprios, mas reclamam uma sociedade cujas condições de existência sejam dignas para todos os cidadãos.

Ao nos referirmos aos processos de organização do Jornal, bem como ao seu papel na sociedade, é inevitável lembrarmos que a impressão do Boca de Rua é financiada pela Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, vinculada ao Grupo RBS. Há divergências na própria

ONG ALICE, sobre a questão do financiamento da impressão pela referida Fundação: Enquanto alguns membros são contra essa associação, outros justificam-na com o argumento de que o aparato do jornal mais influente do Estado é empregado em favor dos moradores de rua, utilizando-se, deste modo, de recursos da mídia institucionalizada em benefício dos moradores de rua e do seu veículo de comunicação.

Os Bocas, por sua vez, têm conhecimento de que este é o meio utilizado para a impressão do Jornal, mas raramente falam sobre o assunto. Quando o fazem, o comentário mais recorrente diz respeito à quantidade de exemplares que a Fundação subsidia, volume que eles consideram baixo. No período de nossa convivência com o Grupo tivemos a informação de que a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho nunca manifestou qualquer crítica ao conteúdo veiculado no Jornal ou sequer à maneira como os temas são abordados por ele. Entretanto, devido às reclamações de leitores sobre alguns acontecimentos com a venda dos jornais, a Fundação reduziu a quota em quatro mil exemplares, passando de doze mil para oito mil exemplares. Essa atitude da Fundação comprometeu a ampliação do Projeto e trouxe prejuízos na renda dos envolvidos. Do nosso ponto de vista, a Fundação exerce, face às implicações, um tipo de controle sobre o Jornal que não interfere em seu conteúdo, mas limita o impacto em termos de sua propagação no espaço social. Segundo cálculos da ALICE, cada exemplar comprado é lido por outros dois leitores. Com essa medida adotada pela Fundação, o jornal deixa de atingir um público aproximado de doze mil pessoas.

Pelo fato dos integrantes do Boca de Rua terem a sua atenção voltada não apenas para a dimensão econômica da sua organização, mas por zelarem também pela sua grandeza humana, o Grupo expressa uma condição que se insere na proposta da teoria da delimitação dos sistemas sociais, desenvolvida por Guerreiro Ramos (1981). A nossa intenção não é classificar o Boca de Rua segundo peculiaridades específicas das categorias propostas em seu paradigma<sup>15</sup>, consideradas, por ele, tipos ideais, no sentido weberiano. No entanto, por meio da categoria “isonomia”, ele busca “chamar a atenção para formas possíveis de ambientes sociais igualitários” (GUERREIRO RAMOS, 1981, p. 150). Por essa razão, ela se constitui como uma referência legítima para analisarmos a *práxis* do Boca de Rua a partir do paradigma paraeconômico. Em resumo, a teoria da delimitação dos sistemas sociais elaborada por Guerreiro Ramos nos auxilia no entendimento do Boca de Rua como uma organização voltada para a atualização pessoal de seus membros, na qual os aspectos econômico não é

---

<sup>15</sup> Para a classificação e uma breve conceituação das categorias representadas por Guerreiro Ramos no paradigma paraeconômico, veja o item 6.3.

único fundamento dos seus processos de organização, apesar de ser uma dimensão legítima e necessária para que o propósito máximo de seus membros se realize.

Nos aspectos referidos acima, concebemos o Boca de Rua como organização onde se aproximam diversos aspectos concernentes a aproximações entre a isonomia, caracterizada na teoria da delimitação dos sistemas sociais (GUERREIRO RAMOS, 1981), e a ética nas organizações, concebida a partir do pensamento levinasiano. Uma organização pautada pela ética visa a atualização pessoal de seus membros. As atividades nela desempenhadas são autograficantes e promovidas como vocações, não como empregos. Nesse sentido, os indivíduos se associam livremente para desempenhar atividades produtivas que não configuram um processo de totalização, mas constituem próprio meio para que os envolvidos produzam a si mesmos enquanto trabalham. Para tanto, é necessário que se estabeleçam relações primárias entre os integrantes da organização, de modo que ao encontrar o outro, o outro se junta a mim. Meu comprometimento com o outro é necessariamente um comprometimento com todos os outros (RHODES; BYERS, 2005).

Nossa vivência com o Grupo e as declarações de seus membros nas entrevistas nos permitem inferir que as relações entre os membros do Boca de Rua se pautam nos fundamentos da relação ética levinasiana, ou seja, há uma indissolubilidade entre o individual e o coletivo, de modo que, atuando coletivamente, o sujeito não dilui a sua individualidade nem a sua subjetividade pois, desde a ética da alteridade, a linguagem do Outro e o seu outro discurso são expressão da incomparabilidade que evidenciam a limitação do espaço e do tempo do Mesmo (SOUZA, 2004). Desse modo, os processos de organização do Boca de Rua não se constituem como um recurso do qual os seus integrantes se servem para alcançar os seus objetivos pessoais, mas geram uma condição onde o individual não se subsume ao grupal, orientação que, a nosso ver, assegura o desenvolvimento do Homem integral (SANTOS, 2007).



**Figura 9 - Entrevista no Fórum Social Mundial**

Fonte: Acervo Boca de Rua/ALICE

Os ideais de cidadania e representação de grupos “invisíveis” adquirem substância no Jornal por meios distintos, seja através das matérias elaboradas, nas intervenções na sociedade, como a presença nas reuniões do Orçamento Participativo e a participação em tipos de manifestação diversos. Nesses episódios, não são apenas jornalistas que entrevistam, fotografam e escrevem reportagens, ou jornaleiros que apresentam e vendem o seu Jornal. São cidadãos excluídos pelo sistema do capital que, através da prática da comunicação, repensam sua realidade, se articulam e questionam as relações sociais naturalizadas. Bugra relata a experiência de discriminação sofrida com uma amiga em uma reunião: *Uma vez, eu e mais uma amiga minha, a Valkíria [uma travesti] sofremos um preconceito num órgão, numa associação que tem reunião no Mercado Público até hoje às quartas-feiras de tarde. A gente sofreu preconceito, foi aí que a gente foi, falou com a Clarinha [a jornalista responsável pelo projeto na época], esclareceu pra ela que a gente tava meio magoado com aquela associação, foi aí onde foi denunciado no Boca de Rua nosso parecer do grupo, esse, que tem no Mercado Público. O que Bugra traz não é apenas o relato de denúncia de preconceito contra homossexuais, mas uma tomada de posição dos moradores de rua em um fórum público por meio do Jornal. Tal como a situação evidencia, a atuação do Grupo não se reduz ao ato de denunciar algo; ele é um meio colocado a serviço da constituição de uma sociedade*

plural e democrática, um espaço de aprendizagem propício à formação da cidadania e, neste caso específico, para a defesa dos seus direitos.

Também contribui para tal mudança a possibilidade de discutir no Grupo as relações sociais estabelecidas e o momento da venda, no qual os Bocas interpelam os demais sujeitos sociais. É na ocasião da venda que a mudança de postura dos integrantes do Boca aparece mais claramente, como relata Bugra: *A gente se esforça, depois a gente vende, né. E a gente se sente... eu me sinto orgulhoso de vender meu próprio trabalho, né. E divulgar. Não é só vender, mas divulgar, em geral.* O que se configura neste depoimento é que a preocupação dos Bocas não se limita à produção de um jornal a ser vendido, pois o comércio não constitui o seu objetivo exclusivo, como podemos inferir a partir do depoimento de Dado: *Eu era invisível, não tinha visão nenhuma. Ninguém me olhava. Hoje, todo mundo já me olha e já... totalmente diferente.* Essas declarações permitem-nos afirmar que os processos de organização do Boca de Rua refletem a preocupação dos envolvidos no Projeto com a sua atualização pessoal, capaz de alterar as condições que existem na sociedade capitalista industrial, configurando-se, este, como seu verdadeiro propósito. Testemunhas que somos de sua materialização, podemos afirmar que o empenho dos Bocas em obterem uma renda de forma digna contribui para a sua subsistência e, ao mesmo tempo, para a afirmação de sua alteridade. E isso contribui, inevitavelmente, para uma mudança nas condições históricas de sua existência.

Em sua atuação, membros do Boca de Rua levam em conta demandas pessoais, sem contudo abandonar os objetivos do Grupo enquanto coletividade, constituindo-o como uma legítima organização voltada para a atualização pessoal dos seus integrantes. Os integrantes do Jornal não alcançam a atualização pessoal sozinhos, o que configura a razão principal de sua adesão ao Grupo. Retomamos o episódio de votação da pena contra a “chinelagem”, relacionando-o a esse aspecto. Apesar do esforço de Rosina para aprovar uma diminuição da pena, o Grupo decidiu pela manutenção da penalidade em vigor: nenhum dos membros do Jornal recebe os seus exemplares em caso de roubo. O que se deduz a partir dessa decisão é que o Grupo tende a não acatar as propostas feitas pelos técnicos e/ou coordenadores do Projeto se tais não forem compreendidas como calcadas no bem comum.

A relação estabelecida entre o Grupo e a Rede denota papéis diferentes para ambos, mas não configura uma autoridade hierárquica da Rede Boca de Rua sobre o Jornal, nem mesmo garante que aquela seja legitimada pelo conhecimento dos técnicos ou por estes serem incluídos na sociedade. A configuração dessa relação significa um esforço por parte dos Bocas para manter amplo o sistema de tomada de decisões e de fixação de regras no Grupo,

ao mesmo tempo em que afirmam a maior autonomia possível em relação à Rede Boca de Rua e à ALICE. Esse é outro aspecto que nos permite aproximar o Boca de Rua da isonomia, elaboração heurística de Guerreiro Ramos (1981).

À luz da teoria explicitada é possível afirmar que ao objetivar a atualização pessoal dos envolvidos em seus projetos, a ALICE mantém contato com organizações sociais dos mais diversos tipos, de modo que essas pessoas tenham o acesso facilitado a elas e possam, nesses sistemas sociais, exercer atividades de diferentes naturezas. Guerreiro Ramos (1981) considera que a atualização humana é um esforço complexo e, portanto, jamais pode ser empreendido em um tipo único de organização. A ampliação dos espaços de atuação dos Bocas contribui para que expandam os horizontes de seu conhecimento e estabeleçam uma tentativa mais firme contra a internalização profunda do *ethos* do mercado, própria da unidimensionalidade da sociedade capitalista industrial.

A participação de alguns membros do Boca de Rua nas oficinas de *rap* oferecidas pelo GAPA são exemplo de tal esforço. Com essas oficinas, eles formaram o grupo Realidade de Rua que, como o próprio nome diz, trata da realidade vivenciada nas ruas e aborda temas como a violência, a prevenção à AIDS e as drogas. O primeiro álbum do grupo de *hip-hop* deve ser lançado ainda esse ano. Um dos envolvidos com esse projeto é o Dado, que declara: *Eu sempre gostei da batida da música, do soul, curto bastante. Aí, de repente surgiu a idéia de formar um grupo de hip-hop, tivemos no começo oficina com o Mário Pezão, aí o Mário Pezão tava muito repetitivo e a gente entrou com uma outra proposta. Já que a gente quer montar um grupo, então vamos correr atrás do objetivo e vamos montar esse grupo.*

O incentivo mais freqüente que a Rede Boca de Rua dá para que os integrantes é relativo à retomada dos seus estudos, como foi o caso de Jaqueline: *Resolvi voltar a estudar depois que eu tava no Boca, porque ali na Redenção mesmo, também, eu comecei a fazer um grupo de teatro, uma peça de teatro com a Gislane e com a Jaque, a gente fazia uma peça de teatro que era o 'Zé da Rua' [...].E daí, consegui estudar no colégio que ela era secretária. Como, no meu estudo, desde que eu comecei, eu nunca rodei, eu fui pro colégio dela e com 19 anos eu comecei a estudar, foi quando eu entrei no Boca. Daí, voltei, voltei a estudar, terminei a quinta série lá no colégio William Richard. [...] Na matemática eu consegui tirar 100. Eu achei, assim, uma beleza. E quando me convidaram pro Pró-Jovem, que eu já tava fazendo a sexta, eu já tava um pouquinho melhor no inglês, já descobri que eu era craque em matemática, eu era um pouquinho era preguiçosa mesmo, algumas vezes, por motivo de eu chegar no colégio chapada. Eu tinha vergonha, eu fiquei tempo, anos, assim, sem estudar por causa das drogas. Eu não minto, foi por isso, por causa das drogas, que eu não queria nem ir*

*pro colégio. Com a força de vontade que outros me deram, com a minha própria força de vontade. Eu achei legal também, consegui, voltei. Eu tinha até vergonha, de vez em quando, de ir pro colégio, por causa do cheiro, que eu cheirava loló. Então, eu cheguei e continuei estudando.*

A história de Jaqueline demonstra como a atividade em diversas organizações é fundamental para a atualização pessoal dos indivíduos e contribui para responder à complexidade da finalidade da vida humana. A propriedade com que Jaqueline se expressa é mérito, sem dúvida alguma, do seu trabalho no Boca de Rua, mas as possibilidades a ela oferecidas, tais como o seu envolvimento no grupo de *rap*, o retorno à educação formal e a experiência com o teatro certamente contribuíram para isso. As atividades de Jaqueline se complementam de modo que ela possa, um dia, atingir o seu objetivo de vida: *Meu segundo grau eu vou fazer magistério, que o estudo é muito importante[...]. Não vou sair do Boca! Não tenho vontade de sair do Boca, mesmo sendo professora. Não to mentindo, tu vai me ver pelo Boca [...]. Pode ser que eu não vou participar de todas as reunião. Eu acredito que sim, primeiro, eu não vou ser professora de criança, eu vou ser professora de adulto, vou tentar fazer o máximo possível, vou fazer esse magistério. Se tiver que fazer um testezinho depois, pra ver se eu tenho possibilidade de dar aula pra adulto, pra mim, não tem problema.*

Com base nas declarações, há, do nosso ponto de vista, congruências entre os processos de organização do Boca de Rua e a proposta de Guerreiro Ramos para uma sociedade multicêntrica, na qual os indivíduos atuam em organizações de natureza variada com o objetivo a atualização humana. Com a sua vinculação a diversas organizações, os moradores de rua deixam de viver como indivíduos anômicos na tessitura social. Sendo um pouco mais pragmáticos, estamos convencidos de que o comprometimento com grupos de convivência, no mínimo, auxilia os moradores de rua a reduzirem os danos causados pelos vícios do álcool e das drogas.





**Figura 10 – O Grupo reunido**

Fonte: Acervo Boca de Rua/ALICE

De acordo com o senso comum, os moradores de rua viveriam condicionados à lógica da anomia, ou seja, a sua existência se daria na orla do conjunto da tessitura social, sendo caracterizada pela ausência de normas. Entretanto, os moradores de rua vinculados ao Boca de Rua estabelecem, por sua iniciativa, regras mínimas, que são construídas e negociadas com e no Grupo. O objetivo de tais regras é possibilitar o convívio na coletividade, pois, segundo palavras de Guerreiro Ramos (1981, p. 143), “[p]ara que [se] consiga a execução de qualquer trabalho, é preciso que haja a observância de normas operacionais. Quanto maior é o caráter econômico do trabalho, menos oportunidade de atualização pessoal é oferecida aos que o executam pelas respectivas prescrições operacionais”

Nas organizações econômicas, as regras hierarquicamente impostas demonstram pouca tolerância para a organização pessoal, visto que são formuladas a partir do imperativo da maximização dos lucros e minimização dos custos de produção ou de prestação de serviços. Ao contrário do que acontece em uma economia, no Boca de Rua, as regras não objetivam conformar os indivíduos aos interesses da organização e tomam corpo enquanto possibilidade de escolha pessoal dos seus membros. No sistema social em análise, as regras mínimas são elaboradas por iniciativa dos próprios integrantes do Grupo e instauradas a partir de um consenso entre eles, a exemplo do relatado no episódio de referência desta Dissertação

intitulado “Pena contra a ‘chinelagem’”. As normas constituem meio que se orienta para maximizar a atualização humana dos envolvidos no Jornal. Tal orientação é possível porque o Boca de Rua não se limita a um objetivo econômico, mas está comprometido em ser uma afirmação da alteridade dos moradores de rua.

Os elementos apresentados até aqui evidenciam que a formulação das regras mínimas de convivência tal como foi proposta pelos Bocas no Grupo, não caracteriza aquilo que Guerreiro Ramos (1981) chama de um comportamento administrativo e não tem o intuito fazer a organização assemelhar-se a uma empresa. As normas estabelecidas contribuem para a delimitação do alcance desse sistema social, evitando que o Jornal se torne uma organização caótica ou resvale para mero assistencialismo.

A relação entre os integrantes do Boca de Rua tem como um de seus fundamentos importantes o respeito às regras determinadas pelo Grupo, desde onde eles buscam fortalecer os seus laços de respeito e união comunal, mais do que grupal. O Boca de Rua se caracteriza por ser uma organização dinâmica. Não afirmamos, com isso, que o Grupo se organiza de maneira caótica, ou é fruto de um espontaneísmo puro. Desejamos esclarecer que ele é capaz de prover regras que são necessárias não apenas no aspecto organizacional em si, mas também do ponto de vista psicológico (GUERREIRO RAMOS, 1981), pois são as regras estabelecidas pelos membros do Jornal os quais definem como devem se dar as relações entre eles no cotidiano. Para Guerreiro Ramos (1981, p. 145), “nos sistemas sociais que visam maximizar a atualização pessoal, as prescrições não são eliminadas. São mínimas, porém, e nunca são estabelecidas sem o pleno consentimento dos indivíduos interessados”. É, portanto, por meio de tais regras que a confiança entre os integrantes do Boca de Rua se solidifica. Ao invés de violentar as relações entre as pessoas, as regras as protegem. Isso ocorre mesmo quando a validade e os efeitos de uma regra são discutidos e redefinidos, com o intuito de preservar a integridade dos membros do Grupo e os seus objetivos, pois as regras são resultados da escolhas pessoais dos integrantes da organização articuladas de maneira consensual (GUERREIRO RAMOS, 1981).

O modo peculiar de estabelecer as suas regras, a constituição de uma oportunidade digna de uma ocupação e a preocupação com a afirmação da alteridade dos moradores de rua nos permitem inferir que o Boca de Rua está calcado em uma lógica diferente daquela centrada no mercado. Vislumbramos, pois, que a razão que fundamenta os processos de organização do Jornal é, de fato, uma razão substantiva. Os processos de organização do Boca de Rua se configuram como meios pelos quais os moradores de rua exercem uma papel ativo e cidadão - tanto na organização quanto na sociedade. Afirmar a racionalidade substantiva

como fundamento do organizar do Jornal não é um apelo moralizante, mas concerne uma real preocupação com a existência humana dos moradores de rua e com as possibilidades de alteração dos seus condicionantes históricos.



**Figura 11 – Dá aqui um abraço!**  
Fonte: ALICE (2005)

Por isso, segundo os referenciais adotados aqui, e por nós assumidos, a *práxis* dos moradores de rua se funda em uma razão ética, cujo componente intrínseco é a alteridade. O comprometimento ético dos integrantes do Grupo se pauta por uma maneira de agir fundado no respeito entre as pessoas. A instauração de relações de confiança só é possível quando ela ocupa o lugar da defesa. A ética, em particular a ética da alteridade, não preconiza um comportamento ingênuo, mas uma atitude de responsabilidade para com o outro. No Boca de Rua, isso se traduz no auxílio e no respeito mútuos, bem como na superação da condição anômica típica das populações excluídas e marginalizadas. É graças a isso que dois integrantes do Jornal podem, por exemplo, vender seus exemplares juntos, na mesma sinaleira, contrariando a competitividade que impera na lógica inerente à sociedade capitalista industrial.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa Dissertação é fruto não apenas da nossa convivência com o Grupo nestes últimos nove meses. Ela resulta deste insuportável incômodo com o modo em que se dá a vida dos moradores de rua. Nesse sentido, nos sentimos próximos a Rubem Alves (2005), para quem o espanto perante a ordem é a primeira inspiração da ciência. Nesse trabalho, a inspiração surge com o espanto perante a ordenação das relações sociais que determinam as condições em que os indivíduos excluídos sobrevivem. Desse modo, assumimos essa pesquisa como resposta a uma interpelação ética, ou seja, a um clamor dos moradores de rua pela superação das suas condições históricas de existência.

Ressaltamos que o nosso propósito com esse trabalho não se funda na pretensão de solucionar, de uma vez por todas, os problemas dos moradores de rua, nem definir modelos para a sua resolução. A nossa intenção foi colaborar com o Projeto Boca de Rua, trazendo uma reflexão ética e crítica sobre essa vivência para os Estudos Organizacionais. É por considerarmos que a ética é o fundamento da ação humana convertida em *práxis* que a assumimos como fundamento da análise voltado à transformação das condições de opressão e exclusão social.

Em sua concretização, do ponto de vista organizacional, assumimos compromisso com a proposta de Guerreiro Ramos (1981, p. 155) de uma sociedade multicêntrica que “requer também iniciativas partidas dos cidadãos, que estarão saindo da sociedade de mercado sob a sua própria responsabilidade e a seu próprio risco”. Ao nos propormos investigar os processos de organização do Boca de Rua, cujos propósitos não são meramente econômicos, o fizemos intencionalmente. Assumimos o desejo de contribuir para a divulgação da teoria de Guerreiro Ramos, que se contrapõe à tradicional Teoria das Organizações centrada no mercado.

Nas declarações dos membros do Boca de Rua entrevistados para essa pesquisa encontramos elementos que nos fazem enxergar as atividades desempenhadas pelos integrantes do Boca de Rua como uma resposta original ao modelo totalitário do aparato produtivo que, na sociedade capitalista industrial, “[...] determina não apenas as oscilações, habilidades e atitudes socialmente necessárias, mas também as necessidades e aspirações individuais” (MARCUSE, 1969, p. 18). Esta oposição do Boca de Rua ao modelo de organização empresarial não é fruto de um trabalho supostamente isolado dos moradores de rua, assim como também não é filantropia de um grupo de técnicos vinculados à Rede Boca de Rua. Nem os Bocas, nem os participantes da Rede colocam a sua condição nesses termos. O que ocorre nessa organização é o engajamento, com papéis diferentes e claramente

delimitados, com o intuito de promover a alteração do modo de existência dos moradores de rua. Como nos alerta Paulo Freire (1988, p. 53), “[...]a libertação dos oprimidos é libertação de homens e não de ‘coisas’. Por isto, se não é autolibertação – ninguém se liberta sozinho -, também não é libertação de uns feita por outros”.

Nesses termos, o processos de organização do Boca de Rua, no que tange à produção e venda do Jornal, contrariam a lógica da servidão característica da civilização industrial, na qual os indivíduos existem “[...] como um instrumento, como uma coisa” (MARCUSE, 1969, p. 49). Trabalhando no Jornal, tal como eles assim o caracterizam, os membros do Grupo atuam no sentido de exigir uma existência digna e cidadã a eles e ao conjunto da tessitura social. Do mesmo modo, por meio de sua atuação, eles geram mudanças na representação social dos moradores de rua e afirmam a sua identidade desde a condição radical da sua alteridade. A atividade no Jornal, tal como os entrevistados testemunham, gera uma mudança na auto-percepção dos moradores de rua e, nessa medida, transformarem-se de “gente invisível” a sujeitos que reivindicam e constroem a sua cidadania baseados em uma relação de respeito, buscando o seu devido reconhecimento.

No que se refere às regras do Grupo, não podemos compreendê-las a partir da lógica dos indivíduos inseridos na sociedade, pois tais regras de convívio não se baseiam nela. Do mesmo modo, elas não estão diretamente relacionadas à lógica das ruas. Do lado da sociedade, é comum o pleito por normas que sejam ditas justas ou parcimoniosas, talvez por medo da rigidez das penalidades advindas da sua aplicação. Do lado das ruas, por sua vez, as regras estabelecidas são conhecidas, mas facilmente burladas, como o furto, ou dormir em um lugar onde não se pode dormir ou, ainda, tomar banho em um chafariz no parque. Todavia, no Boca de Rua, as regras construídas e assumidas pelo Grupo assim se instituem segundo uma lógica que atende às peculiaridades dele. Não se trata de preferir a dureza em si, mas de garantir que as normas de convivência formuladas viabilizem a continuidade do Grupo. Ou seja, através da sua lógica peculiar, o Boca de Rua afirma a sua coesão e a solidez de seus fundamentos, estabelecendo que as faltas não serão toleradas, pois comprometem a existência da própria organização: as regras mínimas de convivência servem de sustentáculo psicológico às relações interhumanas em um sistema voltado à atualização da vida dos seus integrantes (GUERREIRO RAMOS, 1981).

A ética da alteridade, com sua insistente interpelação, foi fundamental para que compreendêssemos melhor as identidades dos moradores de rua, não assentadas em uma determinada essência, mas constituídas a partir da presença inegável de seu Rosto, em uma relação face-a-face com o absolutamente Outro (LÉVINAS, 2000). Conceber a tese da ética

como filosofia primeira implica assumir que a relação entre os moradores de rua e os demais é capaz de preservar a subjetividade e a humanidade das relações entre os seres humanos. A presença do Rosto do Outro é absoluta exterioridade ao Mesmo e, por ele não pode ser possuída (LÉVINAS, 2005).

Ao nos submetemos às exigências da ética da alteridade como fundamentação primeira dessa Dissertação, nós o fizemos convencidos de que a razão ética de Lévinas traz uma condição nova para as pesquisas sobre Ética nas Organizações, cuja abordagem dominante e distinta, enfatiza temas Responsabilidade Social Empresarial e Ética nos Negócios. Entendemos, noutros termos, que a principal contribuição que essa Dissertação traz para os Estudos Organizacionais está em vincular a Razão Ética de Lévinas à teoria substantiva da vida humana associada, de Guerreiro Ramos. Enquanto Lévinas nos impele a assumir a responsabilidade pelo outro, Guerreiro Ramos contribui para uma reflexão crítica sobre modelo unidimensional de análise e planejamento dos sistemas sociais que ora domina, nos campos da administração, da ciência política, da economia e da ciência social em geral (GUERREIRO RAMOS, 1981). Em suma, O fundamento da Ética nas Organizações na proposta de Lévinas traz nova base filosófica para concepções substantivas de sistemas sociais voltados para a atualização pessoal de seus membros.

Do ponto de vista de Dissertação, consideramos importante pontuar que esse estudo possui uma série de limitações, algumas das quais sublinhamos a seguir: em etapa alguma da pesquisa, questionamos os motivos que levam os outros moradores de rua a não se integrar ao Projeto, e nem as suas percepções acerca do mesmo. Além disso, não analisamos as causas que levam os membros do Boca de Rua a se desligar definitivamente do Grupo. Outra limitação que consideramos importante referenciar é que não investigamos o que motiva os leitores do Jornal a comprarem o Boca de Rua e se eles, de fato, o lêem. Acreditamos que tais restrições deste trabalho incitam diversos temas para pesquisas futuras.

O Boca de Rua é, para nós, um lugar aonde é permitido aos moradores de rua sonhar. Na organização, seus sonhos não são quimeras, eles constituem a motivação dos moradores de rua para a luta cotidiana contra a exclusão, a miséria e a indiferença, condições históricas de sua existência no conjunto da tessitura social. Acreditamos que, “fazendo-se e refazendo-se no processo de fazer a história, como sujeitos e objetos, mulheres e homens, virando seres de inserção no mundo e não da pura adaptação ao mundo, [os moradores de rua] terminaram por ter no *sonho* também um motor da história”. Com a sua luta organizada, os moradores de rua contribuem para que concretizemos, todos juntos, o sonho de uma sociedade multicêntrica (GUERREIRO RAMOS, 1981), não-repressiva (MARCUSE, 1969) e ética, calcada na

alteridade do absolutamente outro (LÉVINAS, 2000), pois “não há mudança sem sonho como não há sonho sem esperança” (FREIRE, 1992, p. 91, grifo do autor).

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Negative Dialectics**. New York: Continuum, 1999.
- ADORNO, Theodor W. Husserl and the Problem of Idealism. **The Journal of Philosophy**. v. 37, n. 1, 1940.
- ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ALICE. Agência Livre para a Informação, Cidadania e Educação. **Boca no Mundo**: Como trabalha o Boca de Rua. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008. No prelo.
- ALICE. Agência Livre para a Informação, Cidadania e Educação. **Exposição Faces da Rua**. Porto Alegre: 2005. 1 CD-ROM.
- ALLES, Natália Ledur. **A Voz dos Integrantes do Jornal Boca de Rua**: uma prática de comunicação comunitária. 2007. 102f. Monografia (Bacharel em Jornalismo) – Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- ALVES, Rubem. **A Geração do Futuro**. 2ª ed. Campinas/SP: Papirus, 1987.
- ALVES, Rubem. **Filosofia da Ciência**: Introdução ao jogo e a suas regras. 10. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.
- ASHOKA. **Ashoka Empreendedores Sociais**. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2008.
- BARUS-MICHEL, Jaqueline. Entre l'individuel et le social. **Éducatons**. Paris: 1996
- BERGER, Christa. Entre a desesperança e a organização. **Constelaciones de la Comunicación**. Ano I, número 1, setembro de 2000. Fundacion Walter Benjamin Ciências de la Comunicación. p. 152 – 159. Buenos Aires
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 17ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BÖHM, Steffen. **Repositioning Organization Theory**: Impossibilities and Strategies. New York: Palgrave Macmillan, 2006.
- BOFF, Leonardo. **Ethos Mundial**. Rio de Janeiro: GMT, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. A Existência Ética. In: CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 13. ed. 2. imp. São Paulo: Ática, 2004, p. 305-314.



CHESNAIS, François. Novo capitalismo intensifica velhas formas de exploração. **Folha de S. Paulo**, p. 4, São Paulo, 02 nov. 1997.

CIVITAS. **Projeto CIVITAS**. Disponível em: <<http://www.lelic.ufrgs.br/civitas/>> Acesso em: 12 jan. 2008.

COOPER, Robert. Un-timely mediations: questioning thought. **Ephemera: Theory and politics in Organizations**, v.1, n.4, p.321-347, 2001.

COOPER, Robert. The open field. **Human Relations**, v.29, n.11, p.999-1017, 1976.

CORREIO DO POVO. **Correio do Povo**. Disponível em <<http://cpovo.net>>. Acesso em 02 out. 2007.

COSTA, Jodival Maurício da. *et al.* Território e Qualidade de Vida: Complexidades sócioespaciais do morador de rua em Porto Alegre, RS, Brasil. **Hologramática: Revista Acadêmica de la Facultad de Ciencias Sociales UNLZ**, Buenos Aires, v. 1, n. 7, p. 23-47, 2007.

FERRATER MORA, José. **Dicionário de filosofia**. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FROMM, Erich. **Ter ou Ser?** 4ª ed. São Paulo: LTC, 1987.

FROMM, Erich. **Conceito Marxista do Homem**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FROMM, Erich. **The Sane Society**. London: Routledge & Kegan Paul Ltd., 1956.

FURTADO, Celso. **O Capitalismo Global**. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GUARESCHI, P. A. e outros. **Os Construtores da Informação: Meios de Comunicação, Ideologia e Ética**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A Nova Ciência das Organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1981.

GUERREIRO RAMOS, Albert. **Administração e Contexto Brasileiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1983.

GUIMARÃES ROSA, João. **Primeiras Estórias**. 12. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1981.

HOLLANDA FERREIRA, A. B. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e Ciência como “Ideologia”**. Lisboa: ed. 70, 2007.

- HUSSERL, Edmund. **Meditações Cartesianas**. São Paulo: Madras, 2001.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> Acesso em: 18 dez. 2007.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_impresao.php?id\\_noticia=686](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=686)>. Acesso em: 18 jan. 2008.
- IHU. Instituto Humanitas Unisinos. Notícias. **Doenças da pobreza matam 226 pessoas por dia no Brasil**. Disponível em <[http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com\\_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=12081](http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=12081)>. Acesso em: 11 Fev. 2008.
- KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 28 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- LÉVINAS, Emmanuel. **Entre Nós: Ensaio sobre a alteridade**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e Infinito**. Lisboa: Edições 70, 2000.
- LÉVINAS, Emmanuel. **Humanismo do Outro Homem**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- LÉVINAS, Emmanuel. **Éthique et Infini**. Paris: Livre de Poche, 1984.
- LIMA, Venício A. de. Propriedade e Diversidade: Existe concentração na mídia brasileira? Sim. **Observatório da Imprensa**. 01 jul. 2003. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/plq010720031.htm>>. Acesso em 01 out. 2007.
- MAIA, A.F. sobre Ética e Individualidade a partir da *Mínima Moral*. **Psicologia USP**, São Paulo, v.9, n.2, p.151-177, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65641998000200006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641998000200006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 07 fev. 2008.
- MARCUSE, Herbert. **Ideologia da Sociedade Industrial**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1969.
- MARCUSE, Herbert. **Materialismo Histórico e Existência**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.
- PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Tabelas de Ranking do IDH-M**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/home/>> Acesso em: 18 dez. 2007.
- PUGLIESI, Márcio. Prefácio. In: **Meditações Cartesianas: Introdução à Fenomenologia**. São Paulo: Madras, 2001.

- RAPLEY, Tim. Interviews. In: SEAL, O.; GOBO, G.; GUBRIEN, J.F.; SILVERMAN, D. **Qualitative Research Practice**. Londres, Thousand Oaks, Nova Délhi: SAGE Publications, 2004, p. 11-34.
- RBS. **Grupo RBS**. Disponível em <<http://www.gruporbs.com.br>>. Acesso em 02 out. 2007.
- REDE PAMPA. **Rede Pampa**. Disponível em <<http://redepampa.com.br>>. Acesso em 10 fev. 2008.
- RHODES, Carl; BYERS, Damian. Postmetaphysical Ethics and the Possibility of the Just Organization. In: **Levinas, Business, Ethics**. 2005. Centre for Philosophy and Political Economy. University of Leicester, p. 108-123.
- RUBIM, Antônio A. C. A Contemporaneidade como idade média. In: **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, v.4, n.7, p.25-36, 2000. Disponível em: <<http://www.interface.org.br/revista7/ensaio2.pdf>> . Acesso em 15 dez. 2007.
- SÁNCHEZ-VÁZQUEZ, Adolfo. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Crítica da Razão Indolente: Contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.
- SANTOS, Milton. **O País Distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2007.
- SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SIDEKUM, Antônio. Interpelação Ética. In: **Seminário Internacional A Filosofia Intercultural Face aos Desafios da Globalização**. 2003. Associação Sul-Americana de Filosofia e Teologia Interculturais. Disponível em: <<http://www.asafti.org/sem2003/trabalhos/Antonio%20Sidekum.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2008.
- SOUZA, Ricardo Timm de. **Razões Plurais: itinerários da racionalidade no século XX: Adorno, Bergson, Derrida, Levinas, Rosenzweig**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- VALLS, Álvaro L. M. **O Que É Ética?** 9 ed. Brasília: Ed Brasiliense, 1996.
- VECCHIO, Rafael A. **A Utopia em Ação**. Porto Alegre: Terreira da Tribo Produções Artísticas, 2007.
- VENTRISS, Curtis; CANDLER, Gaylord G. Alberto Guerreiro Ramos, 20 Years Later: A New Science Still Unrealized in an Era of Public Cynicism and Theoretical Ambivalence. **Public Administration Review**. v. 65, n. 3, p. 347-359, 2005.

WEICK, Karl E. **A psicologia social da organização**. São Paulo: Edgard Blucher Ltda, 1973.

ZILLES, Urbano. **Teoria do Conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

**ANEXO MATÉRIAS DO JORNAL BOCA DE RUA REFERIDAS NA DISSERTAÇÃO**



# =BOCA ⇒ RUA=

Ano I, número 0, dezembro de 2000 – Contribuição: R\$ 1,00



**"MESMO O RELÓGIO PARADO ESTÁ CERTO DUAS VEZES POR DIA"**

Jim Morrison

## VOZES DE UMA GENTE INVISÍVEL

O povo da rua passa fome, não tem onde morar, dorme na beira das calçadas, debaixo da ponte, dentro dos esgotos, em cima dos banheiros públicos, nos carrinhos de papelão ou em casarões abandonados. Mas o povo da rua fala. O povo da rua tem boca.

Tem famílias inteiras morando na rua, mas tem gente também que veio para a rua porque fugiu da família. Não queriam ficar com a família porque eram esculachados, apanhavam. Os mais fracos morrem. Os outros passam tudo que é tipo de dificuldade. No inverno, por exemplo, morre muita gente porque não tem cobertas, a roupa é pouca e o atendimento médico não

existe. O que mais dá é Aids, tuberculose, dor de dente e bala de revólver.

A fome é o pior. Af o primeiro recurso é roubar, mas também pedem nas casas, pedem emprego. Tem gente que xinga, mas tem os que ajudam. Dão comida, dão roupa. Tem uns que até ensinam a ler. Também tem a violência da polícia e até da população (veja página central). Mesmo entre o povo das ruas existe violência.

Hoje em dia as pessoas têm medo de dormir dentro de caixas de papelão no inverno porque acontece bastante de tocarem fogo nas caixas. Às vezes, são os *boyzinhos*, mas, outras vezes, é a gurizada da

rua mesmo, que está de marcação ou uma criança pequena que cheirou loló e "viagrou". Para eles, tudo é festa. Quem mais sofre são as pessoas velhinhas. Mas também na rua se aprende a respeitar as coisas dos outros, a mulher dos outros.

Tem muita droga na rua. Tem droga dia e noite. É um passatempo para fugir dos problemas e da fome. Tem de tudo: loló, maconha, cocaína. Cada vez mais a cocaína. Injetam, cheiram, fumam pedra de crack. Para conseguir dinheiro para droga assaltam, fazem arrombamento. Alguns são usados como "aviãozinho" pelos traficantes.

Ninguém sabe ao certo quantas pessoas vivem na rua.

Tem gente que se esconde em uns buracos que ninguém sabe que existe (veja página 4).

Mas o povo da rua não é invisível. Quem faz o povo da rua invisível é a sociedade que passa e nem olha. Enquanto o cara não trabalha, é como se não existisse. Está marginalizado. Mas é difícil conseguir trabalho porque a maioria tem só a quarta série. Muitos são analfabetos e não têm documento.

Por tudo isso, este jornal vem para transmitir o que se passa com o pessoal que convive nas ruas. Nós, da equipe do jornal, fazemos questão de usar esta palavra "convive" e não "vive" nas ruas. Para nós, não existe guri de rua. Porque da rua todo.

mundo é. Todo mundo sai para a rua para trabalhar, para passear.

Acreditamos que o Boca de Rua vai ser importante para os que convivem nas ruas, porque será a sua voz. Também para a sociedade vai ser importante, porque vai botar na cabeça das pessoas o pensamento do pessoal que convive nas ruas.

O jornal vai mostrar que nunca ninguém está completamente certo. Tem pessoa que se acha "o cara", mas não é. Ninguém é. Se viesse para a rua não seria ninguém.

Como disse o Jim Morrison (líder do grupo de rock The Doors): "Mesmo o relógio parado está certo duas vezes por dia".



da discriminação e do Al vem o racismo e a violência. Patrícia. Para Joeci, acontece assim: "As barrados e até agredidos nos, só porque somos mo...". Quando Joeci estava amigos dele foram exclu- disciplina: "Fora do Exérci- excluído mesmo sem ser o, pela cor, pela raça, pela tal".

de saúde também exclui- doente, pode ser branco, for, tem que ter atendien- b. Mas se os moradores de a um posto sem documen- tendidos.

lor de rua, computador é o ns sabem mexer, mas cadê ? Na Escola Porto Alegre é parte das crianças de rua? Nos moradores de rua não vão longe do Centro, onde a "Não temos condições de ni e; se vamos caminhando ito cansados. Acabamos dor- prendendo nada", diz Ceco. na de exclusão aconteceu

## BIDO A QUEM DINHEIRO

ses não entram nos lugares ores de rua freqüentam por- de serem assaltados. A úni- negam perto é quando que- oga. E, mesmo assim, eles gurizão para chegar, o Diz que rico não entra em ele é bem tratado.

sociedade vai ao sopão le- úca com medo quando vê fila. Quando tem panelão atriz, e junta muitos mo- o pessoal da redondeza chega ali.

da Água Verde (dos Açori- soas de classe média e alta assar à noite porque é área fico e algum dependente saciar suas necessidades, ousar. A praça Garibaldi, à é intransitável para quem É quem vai de dia andar aminhar no Parque Reden- não vai lá, porque, assim ms moradores de rua, vêm los de papai para usar ou e se prostituir.



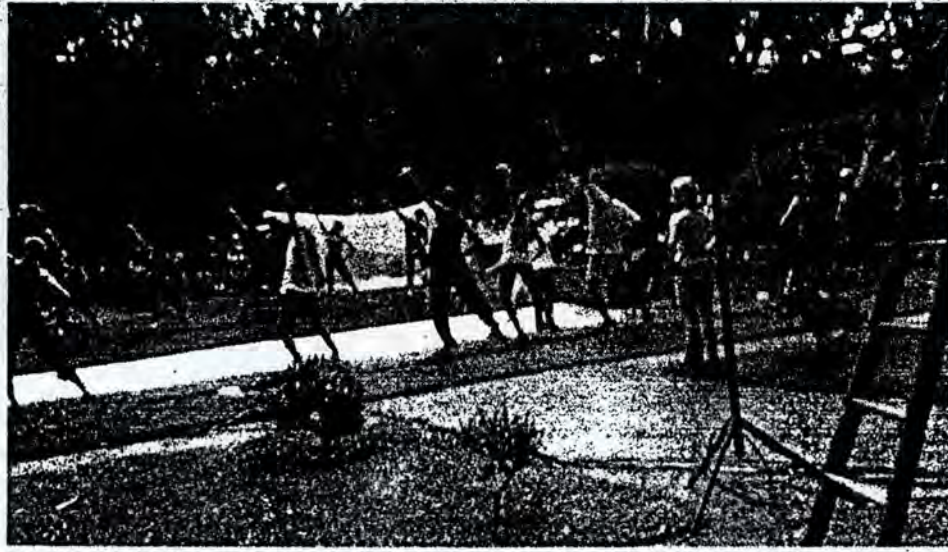
A roupa e o jeito de quem mora na rua são desculpa para isolar e manter o preconceito

quando Careca foi a uma pizzaria em que aniversariante não paga se estiver acompanhado, de quem paga. Mas não entrou, porque era morador de rua.

Podem excluir pela roupa, pela maneira de falar, pelo jeito da pessoa. Até por causa de um banho, de roupa suja — tem firma que não aceita se tá de chinelo — diz Chis. No mercado, se um morador de rua entra, os guardas ficam seguindo. A pessoa percebe-se sente mal, e ela mesma se exclui. Enquanto ficam cuidando os moradores de rua, outras pessoas mais bem arrumadas podem estar roubando.

"Muitas vezes nem vendem pra nós, dizem que não têm a mercadoria", reclama Luiz. Por exemplo: cigarro. "A gente vê que tem, mas dizem que não, ou dão um preço alto pra não comprar, porque, se comprar uma vez, vai comprar duas, e eles não querem que volte".

Também entre os excluídos há pequenas formas de exclusão. W e C reclamaram de discriminação na ONG Igualdade. "Eles disseram que lá é local de travesti, com peito. Mas não precisa ter peito para ganhar dinheiro", falou C. "Eu ganho meu dinheiro assim desde os nove anos", disse W.



Em dias de festa no Parque Redenção, é comum a convivência entre pobres e ricos

## AS DUAS CIDADES SE ENCONTRAM

Existem lugares em que as duas cidades, a dos dito excluídos e as dos não-excluídos, se encontram. São os parques, as feiras, as praias do Guaíba, a Casa de Cultura Mario Quintana, o Gasômetro, e outros espaços culturais. Também no festival GLS, ou no Mix Brasil. Nos shows do anfiteatro Pôr-do-Sol, nas muambas dos carnavais, nas festas como Nossa Senhora dos Navegantes e nos ensaios abertos das grandes escolas de samba do Grupo Especial de Porto Alegre. No futebol também, porque tem ingressos baratos.

Nessas horas, a cidade dos dito excluí-

dos aproveita a cidade dos abonados para vender jornais, cerveja, refrigerante, sacoléis — tudo que um ambulante tem para vender. Ele se diverte, ao mesmo tempo que ajuda na limpeza, catando lata, recolhendo papéis, cuidando e lavando os carros dos ricos. Não é uma confraternização, porque tem muito preconceito, muita discriminação decorrente da desigualdade social. Esse conagraçamento só ocorrerá quando houver distribuição de renda mais igualitária. Enquanto não ocorrer, sempre a cidade dos excluídos vai recorrer à outra cidade para suprir suas carências.

ania em Porto no resgate, da t n. G transexu: sexo ou não. Q discriminação pronunciar, ser trata, gosta detalhes. Exis e travesti. A tr formação total cando o co hormônios, cir pessoas se inti na verdade não esta transforma freqüentam o g socição aberta não impedindo pem da reunião maioria as trav ta participação, discriminar ner entrar no grupo letivo é a não I morados, pois s tos íntimos, e e gidas com a pre mesmo de out passam pelos: que elas. (Cass- ordenadora da l ação de Travesti Rio Grande do

## ENTRADA PERMITI COM LIM

Na Universidade do Sul, não digo que tra mim, mas um es certa perplexidade co duando que até setem albergue. Os estuda chamam de "miséró "louco de rua", dan nefícios que são dispo sidade para todos, p condição anterior do vor", uma "caridade lho assistencialista e Também contrib mento o seu proces camente, privilegia do nível sócio-econó vel, pois o vestibula zar verdadeiramente distribuição de cotu indígenas, premia cultural e sepultand pectro do preconce (Reinaldo, ex-morac na Casa do Estudant



# O "PATRÃO" QUE DÁ DINHEIRO SEM DAR TRABALHO

Guardar carro é o trabalho mais procurado pelos moradores de rua, porque eles ganham dinheiro rápido. "Tem dono de carro que te dá R\$ 3 por 15 minutos", diz Fábio, 21 anos, que guarda carro desde os nove. "É difícil só na primeira vez - o cara fica com vergonha, não sabe qual vai ser a reação", conta. Os donos de carros são chamados de padrinho ou madrinha, patrão, tio ou tia, doutor e chefe. Tem uns de coração mole, outros de pedra. Orlando diz que muitas pessoas não entendem esse serviço. Elas acham que não é trabalho, mas os guardadores ajudam a evitar roubos.

O melhor horário de trabalhar é às seis da manhã. "Não é o horário do parquímetro", diz Alessandro, 24 anos. "Cuido carro desde os oito anos porque era o único serviço que conseguia". Com os parquímetros, piorou para os guardadores de carro, porque diminuíram as áreas.

Acontecem guerras para dominar os pontos. "Às vezes, se reparte, noutras não tem negociação", conta Orlando. Uma vez Fábio estava cuidando de um carro na avenida Getúlio Vargas, perto de uma churrasceria. Ficou uma hora no sol, o dono não deu nada e ainda chamou a polícia. Fábio tomou umas pauladas. "A polícia mandou sumir, disse que não era



A presença de guardadores de carros ajuda a evitar roubos

para forçar as pessoas", lembra. "Uma conversa tem que ter, senão os donos dos carros saem batidos".

Alexsandro um dia estava cuidando carro e não ganhou nada. No dia seguinte, estava descansando, o padrinho voltou e disse: "Não me esqueci de ti". Ele trouxe comida e roupa para 11 moradores de rua que dormem embaixo da ponte. Leandro, 19 anos, falou para uma tia: "Sou morador de rua, não sou ladrão, por acaso, se não for fazer falta para a senhora, pode dar 10 ou 20 centavos?" Ela disse que ele não precisava chorar, deu R\$ 10 e pediu pra ele não usar drogas.

As gurias também trabalham como guardadoras de carro, mas são poucas. Patrícia, num dia, ficou R\$ 5: "Temos dificuldades.

Porque somos moradores de rua acham que somos ladrões, mas não é nada disso". No Natal e no Ano Novo, as pessoas estão mais felizes, recebem o 13º salário, o coração amolece e elas dão mais.

Há sete anos P.S.C., 18 anos, guarda carro na rua Fernandes Vieira todos os sábados e domingos e tira uma base de R\$ 30 por fim de semana e de R\$ 1 a R\$ 0,50 por carro. Cristiam, 16 anos, diz que, se tivesse um outro serviço, não estaria trabalhando desde guri como guardador de carros. Ele ganha em média R\$ 20 por dia nos fins de semana. Está na oitava série e seu maior sonho é ser alguém na vida. Ele quer trabalhar na construção civil, ajudar sua mãe, seu irmão e sua filha que tem um ano.

# VENDER O CORPO PARA ALIMENTAR A BOCA

Alguns moradores de rua vão para a rua José Bonifácio (JB) no amanhecer e lá se prostituem para ganhar dinheiro. Fazem isso tanto para conseguir alimento, como para pagar as drogas que usam. Na maioria adolescentes, estes jovens optam pela prostituição porque não querem cometer atos mais graves que os levariam a perda da liberdade.

Muitos garotos de programa dormem próximo ao Auditório Araújo Vianna. O programa é feito no local, dentro do carro. Tem clientes que levam os garotos para seu apartamento, porque são menores de idade e não podem ir para um hotel. Como muitos clientes têm medo de ser assaltados, fazem o chamado "sexo ventarola": o garoto põe o seu órgão genital para fora e o cliente faz sexo oral pela ventarola. Outra situação constrangedora em relação a esses garotos é que são soropositivos e acham desnecessário o uso de preservativos. Esse trabalho tem risco, por causa da Aids e dos assaltos. E, principalmente no inverno, os profissionais do sexo fazem programa drogados, porque não é fácil passar uma noite inteira lucidos e parados nos pontos.

Existem mulheres, travestis

e gays que se prostituem em outros locais, como a avenida Farrapos, a rua Cancio Gomes e a avenida Getúlio Vargas. Há travestis que moram na rua, frequentam entidades que trabalham com a questão da prostituição e, ali, recebem um auxílio para a prevenção a Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis.

Chinesa é um travesti que se prostitui no Parque Redenção, na JB e na Praça da Alfândega. Ela tem o vírus HIV e frequenta semanalmente as reuniões do Grupo de Apoio à Prevenção da Aids (Gapa) e da Associação Igualdade de Gays, Travestis e Transexuais.

A Igualdade foi fundada há três anos diante da necessidade de fazer trabalhos de prevenção com profissionais do sexo e para promover o resgate da auto-estima e da cidadania contra a discriminação. A entidade contribui para políticas públicas, para ampliar o espaço de participação e para que sejam mais respeitadas. O trabalho é feito por voluntários. Além de Cassandra Fontoura, que fundou e coordena a instituição, trabalham a advogada Sônia Costa Golubick, a consultora de projetos Magali e Marcielle, que dá orientações sobre saúde.





# CIDADANIA E TRABALHO AND

Apesar de sermos moradores de rua, alguma coisa aprendemos em cursos no Asilo Padre Cacique, na Febem, na Escola Porto Alegre (EPA) e em outros oferecidos pela Prefeitura. Mas a EPA, por exemplo, é só pra quem tem até 18 anos. Uma dificuldade para conseguir emprego é ter comprovante de residência fixa. Também faltam vagas e há discriminação. Se a gente procura emprego e batem com a porta na nossa cara, um dia a gente cansa de procurar, se revolta com a situação e alguns se transformam

em ladrões ou viciados.

Na rua sempre tem um biscate para fazer, como vender bergamota, engraxar sapato, cuidar carro, vender bala de goma. O jornal Boca de Rua é uma forma de sobrevivência, mas precisa mais. O Boca uma vez começou um curso de serigrafia, mas não conseguiu uma parceria para levar adiante. No momento em que se tiver alguma oportunidade, vai da consciência de cada um manejar com as drogas, porque o mundo da droga é rotina. Se mudar a rotina, tem mais chance. Jun-

tar papelão não tira dessa situação, porque se ganha muito pouco, e trabalha como um cavalo. E se já usa droga, vai continuar usando igual.

Tem muita gente que sabe trabalhar, mas não sabe ler. E para emprego pedem o primeiro grau, pelo menos. Por que não dão oportunidade para aprender a ler e a escrever? Por que oferecem só curso de computação? Nos albergues e abrigos, podiam fazer mais cursos para a pessoa se ocupar.

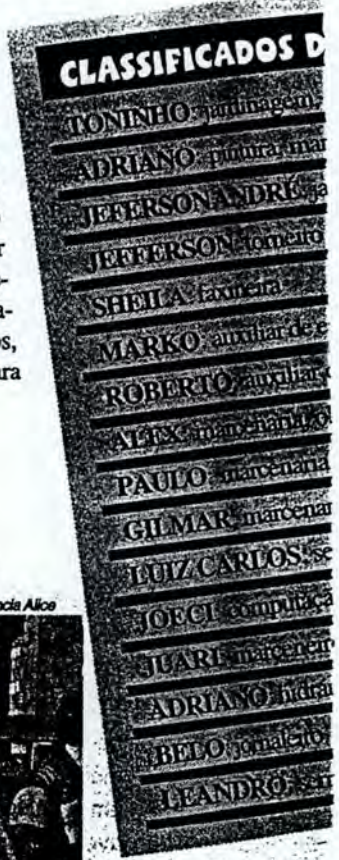
## TEM GENTE QUE NÃO É DO GRUPO VENDENDO O BOCA DE RUA

O jornal custa R\$ 1. Mas, para os integrantes do Boca de Rua, vale mais, porque são pessoas que trabalham e fazem algo para a sociedade saber o que acontece na rua. É nosso sustento, nossa sobrevivência.

O problema é que outros moradores de rua estão roubando o jornal da gente. O ladrão não tem crachá, não leva a sério o trabalho. Também tem pessoas do nosso grupo vendendo jornal para outros por causa das drogas, ou porque não sabem vender na sinaleira. Esses não têm noção do que vale o jornal. Estamos gastando nosso fosfato para escrever as notícias do Boca de Rua. Quem lê, sabe que os moradores de rua têm idéias e ideais.



Boca de Rua/Agência Alice



Alexsandro, José Nedir, Chinaza, Paulo, Rocio

# =B

Este jornal foi produzido de rua de Porto Alegre Cidadania e Educação suas identidades. A

Jornalistas r

Edi

Rede Boca de Rua: Ja Margareth Rossal, Na

Apoio: Fundação M Paulo Afonso Consult de Assistência Social Alegre, Associação

Por isso, pedimos que não comprem o Boca de Rua de quem:

- usar o jornal para pedir dinheiro
- estiver sem crachá
- vender só o encarte Boquinha (não pode ser vendido separado)
- pedir primeiro o dinheiro e não entregar o jornal
- cobrar mais do que R\$ 1
- apresentar um jornal dobrado, amassado, que não seja o Boca de Rua (tem gente usando outros jornais e pedindo contribuição)
- Peca para ver o jornal aberto e o nome de quem está vendendo, que deve estar escrito no canto esquerdo, ao alto, na capa
- estiver usando drogas ou for agressivo

**ALEXANDRE PORTUGUEZ USA O CRACHÁ NA HORA DA VENDA E SABE EXPLICAR COMO É FEITO O JORNAL PORQUE ELE FAZ PARTE DO GRUPO**

**DENUNCIEM PARA O E-MAIL DA ALICE COM O NOME, LOCAL E HORA, SE POSSÍVEL**





Boca de Rua/Agência Alice

# FALTAM DIÁLOGO E RESPEITO NAS PRAÇAS

O número de pessoas na rua está crescendo. Muitos que hoje estão na Praça Garibaldi, em Porto Alegre, não eram moradores de rua e agora são, porque tá difícil emprego, a violência na família também aumenta, e a consequência, é morar na rua. A Praça Garibaldi realmente está horrível. Mas não são todas as pessoas em situação de rua que sujam e vandalizam.

Dizer que todos os moradores de rua que estão na Praça Garibaldi são vândalos e ladrões é como dizer que todos os políticos são ladrões porque possuem bens materiais, sítios. Não dá pra generalizar. Também nem todos são moradores de rua. Alguns saem de suas casas para usar as praças. Eles estão dizendo que mendigo é bicho. Algumas pessoas em situação de rua trabalham; vendem jornal, catam latinha, cuidam de curro, fazem a correria do dia-a-dia, não roubam.

Viver nas ruas não é fácil. Tomar paulada por nada, ser chamado de vagabundo quando se está trabalhando. Poucos lembram que as pessoas em situação de rua são a base da reciclagem. Se eles não catarem papel e lata, qual o doutor ou juiz que vai sair para catar? Essa visão os governantes não têm, nenhum advogado tem, e é a base para que os outros possam ser ricos.

Dos que estão ali, uma parte vive do roubo. Os outros não são coniventes com quem rouba e fica vagabundeando.

Alguns policiais fingem não ver os traficantes, ou chegam dando paulada e tirando o dinheiro das pessoas em situação de rua. Outros, do centro da cidade, até compram

os produtos roubados. Se a pessoa reclama, eles dizem que vão "enxertar". No Parque Redenção, tem uns que fazem a troca: "Dá a droga ou vai preso". Mas não dá para generalizar, como fazem com as pessoas em situação de rua.

Cercar e fechar as praças não vai resolver o problema. Vamos ficar onde? Se não tiver roubo, não sendo uma bagunça, não tendo lixo, ninguém nem se toca da existência das pessoas em situação de rua. Na verdade, o que está acontecendo é o aumento das drogas. Os governantes não estão conseguindo combater o tráfico, porque tem gente grande envolvida. Eles querem podar os galhos quando têm que resolver pela raiz. Querem trabalhar com a "aparência". A droga é um dos motivos que faz com que pessoas se tornem moradoras de rua. E a droga que tá arrasando mais as organizações sociais é feita em laboratório. Para isso, precisa conhecimento.

A situação de rua faz com que muitos que não usavam droga comecem a usar ou ter vícios que não tinham antes. Quem usa droga e tem dinheiro é melhor visto pela sociedade. Ecstasy, por exemplo, é só para quem tem dinheiro. Muitos não vão sair da rua porque a química das drogas em geral é forte. Nem com trabalho psicológico.

Existem poucos lugares para tratar as pessoas em situação de rua que são dependentes químicos. Um deles é no Hospital Vila Nova. Mas aí a pessoa passa 11 dias lá dentro, numa peça fechada, onde entra cigarro e drogas. Sai e

**ELES QUEREM PODAR OS GALHOS QUANDO TÊM QUE RESOLVER PELA RAIZ. QUEREM TRABALHAR COM A "APARÊNCIA".**

volta para a rua, já louco por uma droga. É uma doença, o psiquismo da pessoa continua querendo usar.

As pessoas deviam passar uma semana na rua para sentir como é ficar sem casa e sem serviço. A maioria dos que estão na rua já nasceram de uma barriga pobre, tendo que conseguir comida com 10 anos ou menos para ajudar a mãe, para no outro dia ela poder trabalhar. E a situação de rua é um processo psicológico desde o primeiro dia a personalidade começa a mudar.

Todo mundo tem auto-estima. Devido ao desprezo, a ter que fazer suas necessidades fisiológicas em uma calçada, a pessoa se diminui em relação à outra. É o efeito do sistema que não gera oportunidades de se ter um objetivo. A essência do ser humano é evoluir, ou então ele não é um ser humano, é um bicho. A sociedade até ajuda um pouco, do seu jeito, dando dinheiro. Mas a visão da classe média é de que basta tirar quem está vivendo na rua da vista deles. E aí entra o Estado legitimando isso. É importante ter um grupo para dialogar continuamente.

## NA SOCIEDADE, DINHEIRO VALE MAIS QUE GENTE

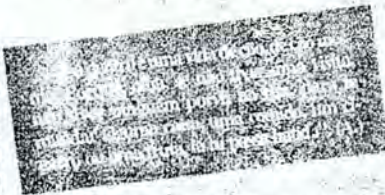
não dá chances quando alguém vai para a cadeia de ele se recuperar.

Para A., na cadeia se aprende a viver. Na rua a gente pensa que estamos numa rua, tá certo que às vezes a gente passa fome, dificuldade, dá a gente cal no mundo do crime, e pensa que vai se dar bem. A gente sempre se dá bem no começo, na primeira ou segunda vez, terceira, mas daí a gente cai. Ele caiu e ficou quase cinco meses na cadeia, sem um parente pra visitar, só podia descer pro pai. Agora está na condicional e diz que pode andar tranquilo de cabeça erguida. Quando a polícia para ele na

rua, só diz pra ele não aprontar.

C. puxou cadeia de quatro anos e oito meses. Quando saiu, foi muito discriminado, porque a sociedade não deixa ficar muito à vontade. "Quando entrei, vi que o inferno é aqui mesmo na terra", conta. As coisas lá dentro são muito difíceis, não se aprende nada de bom, só maldade, roubar e traficar. "Vi nego sendo enforcado, do meu lado, dentro da minha cela". L. viu um homem ser enrolado em um colchão e queimado vivo porque quis dar uma de polícia. Tem uns caras que chegam lá dentro e querem mandar trabalhar que nem polícia.

J. conta que tem presos que se regeneraram, entram pra igreja ou trabalham com artesanato dentro da cadeia, fazendo abajur e outras coisas. J. tem os presos que trabalham na cozinha, limpam o corredor. O mesmo que o G. fez, sendo do crime, mas que depois nem tá mais. Quando tá na rua, assalta e vai parar no sistema de novo. Tem uns que vão para o semáforo, também tá ruim. Quando tem algum serviço, eles não se tornam. A galera daqui tá se voltando para o sistema de novo.



O assalto é um momento de fragilidade. Pelo vício, ou porque se está abalado psicologicamente pelo tempo que vem sofrendo o desprezo das pessoas. Mas o juiz Lalau também roubou dinheiro, e ele tem todo o conhecimento, não sofre necessidade alguma, a única tentação foi estar perto do dinheiro. O argumento dele para ter cadeia especial é estar perto do dinheiro. Se ele teve a tentação, o que dirá o morador de rua, que está 24 horas em contato com a rotina de todo mundo e não vive no mesmo luxo que o juiz?

Quem não rouba é mais forte de personalidade. As pessoas não são todas iguais. Mas este sistema capitalista mira apenas o dinheiro, diferenciar as pessoas pelo capital, e não pelo que elas são.

**"Eu saí da cadeia de Uruguaiana em 2004. Me largaram na rodoviária e disseram: Agora tu te vira. Não deram nem dinheiro pra passagem pra Porto Alegre, falaram que a Susepe não tinha verba. Fiquei dois dias na praça e fui até a rádio fazer um apelo pra sociedade para poder voltar pra minha cidade. O radialista falou na rádio, as pessoas levaram o dinheiro. En arrumei R\$ 45 - a passagem e um dinheiro para comer alguma coisa na viagem". (P.)**

Participaram desta edição: Adriano, Antônio Carlos, Toninho, Alessandro, Alexander, Gilmar, Janaina, Jeferson P., Joeci, Ceco, Juari, Leandro, Leonara, Belo, Luiz Carlos, Michelle, Marko, Paulo, Rodrigo, Roberto, Reinaldo, Jefferson A., Shella, Susana, Marcos, Romilda, Graziela



# =BOCA=>E RUA=

IMPRESSO

Ano VI, número 24, junho, julho e agosto 07 – Preço: R\$ 1,00

Não compre de crianças e adolescentes

Este jornal é vendido por:

## CANTO

E DANÇA  
NA  
CULTURA  
DAS RUAS

## LUTA

E MOBILIZAÇÃO  
SÃO  
ESPERANÇA  
DE MORADIA

BOQUINHOS

Criança tem história

Nesta edição, elas conversam com os  
sem-tetelhas e com o próprio estômago





## MOVIMENTO LUTA

# POR CASA E DIGNI

No dia 09 de abril, o Boca de Rua fez uma visita à ocupação do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) na avenida Padre Cacique, em Porto Alegre, para saber como as pessoas se encontram na nova ocupação, depois da saída do prédio da Caixa Econômica Federal, na avenida Mauá, e como eles se sentem na nova casa que a Prefeitura deu para eles.

O espaço estava abandonado há dois anos. Era uma casa que recebia as meninas vítimas de abuso sexual. Houve a intenção de deixar alguém cuidando, mas acharam melhor deixar fechada e aí foi sucateada. Foi indicada pelo Movimento porque o local oferecido pela Prefeitura na Vila Cruzeiro ficava muito distante — as crianças estudam e os adultos trabalham como ambulantes no Centro. Os integrantes do MNLN vão investir na auto-sustentabilidade do espaço ocupado.

Bruno Ribeiro Remião, de 19 anos, falou que no galpão da FASC ele se sente mais despreocupado, porque a polícia não vai invadir a qualquer hora. Na primeira ocupação ele se sentia muito pensativo e preocupado. Para desocupar o prédio da Mauá foi um absurdo, chamaram GAT, bombeiros, helicóptero, equipamento de choque, como se as pessoas que ali estavam vivendo fossem um bando de ladrões, e eram famílias, mulheres e crianças. Bruno disse que sabia que, do mesmo jeito que ocuparam, um dia iam ter que sair. Para eles, entrar foi pior do que sair. Quando saíram, tinham o pensamento de que quanto mais a gente perde, mais a gente ganha no final. Felizmente, não houve agressão na retirada, mas o medo que colocaram nas crianças foi muito ruim. Pra que tudo isso?

No novo prédio agora são 30 pessoas que dividem três quartos e só um banheiro. O morador Piauí falou: "Estamos praticamente sem nada. A energia elétrica é puxada por gato. Tomamos água da torneira, lavamos roupa em balde, tem pouca comida". Quando o Boca visitou o local pela primeira vez, os moradores da ocupação estavam alojados em péssimas condições, sem telhado em boa parte do local, sem portas e as condições de alimentação eram precárias: só tinha aipim e banana da terra.

Dois meses depois, o Boca encon-



Foto: Boca de Rua/Agência Aca



### SAIBA O QUE É O MNLN

O Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) em Porto Alegre é coordenado por Ezequiel Moraes. Surgiu em 1989 quando começou uma discussão com a participação de setores da igreja e de outros movimentos sociais sobre o número de pessoas sem casa no país. Hoje o MNLN está em 17 Estados e se articula para marcar presença em 25 municípios do Rio Grande do Sul. Tem no militante e dirigente Gilberto Aguiar seu grande líder nacional.

trou o espaço ainda com água e energia elétrica conseguidas à custa de "gatos". Foram reestruturadas as comissões de finanças, geração de renda, comunicação e relação política. A metade das telhas chegou e providenciou-se a cobertura do dormitório e da área de produção, trabalho realizado em regime de mutirão.

A coordenação do MNLN pretende retomar as oficinas de serigrafia, corte e costura, reciclagem de papel para artesa-

nato, roupas customizadas e crochê, desarticuladas após a expulsão do prédio da avenida Mauá, e aumentar a produção de pães e cucas para comercialização e consumo interno. Eles tentam botar na rua o que sabem fazer, para poder se alimentar e se vestir. Também fazem essas coisas para se aperfeiçoar. Bruno queria ensinar capoeira para as crianças da ocupação, mas não tinha instrumentos.

Entre tudo isso que acontece lá, eles

não usam drogas dentro da casa. Cada um faz as suas coisas fora da casa, para não prejudicar os outros. Tem regras como nos abrigos e albergues. Bruno comunica: "A gente abre as portas para todos e está bem chegado. Só que tem que saber se movimentar com essa movimentação toda que é a luta por todos e pelo certo".

Ni, uma das integrantes, conta que chegou à ocupação como voluntária para ajudar as pessoas e com uma idéia de poder melhorar o convívio e as discussões. Ela falou que podem ter tirado o prédio das pessoas, mas não tiraram a dignidade e tudo o que viveram e aprenderam lá dentro.

Algumas pessoas do movimento que têm casa deixaram tudo para trás para viver uma nova vida. Elas foram para a ocupação para tentar mudar algumas coisas junto com o pessoal e para conviver com outras pessoas. Alguns foram para lá pela experiência, gostaram da proposta de colaboração e ficaram. Todos no Movimento trabalham. Alguns compram produtos no atacado e revendem como ambulantes no varejo. Outros são camelôs, artesãos, profissionalizados com carteira assinada (trabalham em escritório).

As famílias estão sendo assistidas pelo núcleo do Programa Fome Zero do Programa de Aquisição de Direitos e Impacto Social com a cessão de gêneros alimentícios para quem contribui nas comissões ou grupos de trabalho.

Quanto à saída do espaço, existe uma condicionante: a coordenação do MNLN e a Prefeitura assinaram um termo de compromisso de que as famílias somente sairiam após a administração municipal resolver o problema, indicando outro espaço.

*Participaram deste texto: Chinezza, Marcos Vinícius, Janaína, Reinaldo, Luiz Carlos do Rosário, Luiz Fogaça e Suzana*

## CASA DE CONVIVÊNCIA PODERÁ OCUPAR ESPAÇO ATUAL DO MNLN

Diante o esgotamento dos moradores de rua sobre o fechamento da Casa de Convivência I, Patrícia Schuler, gerente da Casa, disse que o equipamento não vai ser fechado e sim conviviado com outra entidade, como é feito na Casa de Convivência II. Segundo Patrícia, há possibilidade que a Casa seja transferida em 2008 para a avenida Padre Cacique, onde se encontra o MNLN, sendo que eles vão ter de sair de lá.

Patrícia disse que existe uma pressão da FASC e dos próprios usuários para que o atendimento seja ampliado. Mas, para que isso aconteça, precisa haver a previsão de recursos. A equipe atual da Casa de Convivência I é contra a retirada das pessoas e de





# DADE

## PARA DIVIDIR ESPAÇO É PRECISO TER UNIÃO E RESPEITO



do gostaria de ter sua casa, tem que trabalhar. A diferença do trabalho deles para um serviço de carteira assinada é que eles mesmos fazem o serviço, sem ter ninguém para mandar fazer isso ou aquilo. O ideal seria as pessoas trabalharem assim, sem patrão, mas com os direitos da carteira assinada.

Fogaça é de Montenegro, trabalhava com reciclagem. Hoje mora na avenida Oscar Pereira e tem sua opinião: "É melhor a pessoa morar sozinha do que com os outros. Morando sozinho, tu sai e volta a hora que quiser, não precisa dar explicação ou obedecer a ninguém. Isso sem falar nas pessoas que gostam de ficar escoradas nos outros, "achacando" (pedindo), explorando. Só querem o pronto, não fazem nada. Quando o bagulho fica pronto, aí vem um monte causar incomodação."

Jeferson Pacheco morou quatro meses numa casa abandonada, só saiu quando a dona vendeu. Mora na rua há um ano e quatro meses. Ele prefere morar sozinho. Grasi disse: "Meu maior sonho é ter meu próprio lar, um emprego decente e poder recuperar meus filhos. Eu quero ser feliz." Para Sheila, os moradores de rua só não têm organização como o MNLM porque falta união, respeito, solidariedade e paz entre eles.

*Participaram deste texto: Luiz Fogaça, Luiz Carlos, Sheila Cristina, Reinaldo Luiz, Suzana Grasiela, Jeferson Pacheco, Gilmar*

A diferença entre ter uma casa e estar morando em um espaço coletivo é que ali é uma propriedade que não é deles, é da Prefeitura, que inclusive quer transferir para o espaço a Casa de Convivência que funciona na rua João Alfredo. Eles estão expostos a sair dali a qualquer hora. Morar com muita gente tem uma diferença: tem uns que gostam de ajudar, tem outros que não mantêm o respeito, têm dificuldade para controlar o uso de drogas.

Na casa coletiva tem que ter muito respeito entre todos. Uma coisa bonita lá da casa do MNLM é o jeito deles. Melhor união que tem. Tem muita gente num albergue que não quer trabalhar, e a ocupação do movimento não funciona assim. Como todo mun-

## SEM RESPOSTA

Em 21 de maio de 2007, o Boca de Rua enviou perguntas para a presidente da Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc), Brizabel Rocha. Até 4 de junho, não havia obtido resposta:

1. Por que o Programa de Reinserção à Atividade Produtiva (RAP) não saiu até hoje (estão prometendo desde o ano passado. Inclusive a senhora deu uma entrevista para o jornal Boca de Rua sobre isso). Será que vão esperar o período eleitoral para lançar o RAP?
2. O que vai acontecer com as Casas de Convivência? Vão fechar a Casa de Convivência 1? Ou ela será transferida para o terreno da Padre Cacique, como estão falando (um lugar pouco central para os moradores de rua)? Existem outras Casas de Convivência além da Casa 1 e Casa 2?
3. Por que as operações de retirada dos moradores das praças e pontes continuam sendo feitas sem diálogo, sem ter para onde levar as pessoas, sem oferecer o RAP (como prometem para imprensa) ou outra atividade para quem está na rua?

## BOCA PROTESTA POR SAÍDA DO PROFESSOR JÂNIO



Os integrantes do Boca de Rua que frequentam a Casa de Convivência 1 e que participavam do projeto Esporte fizeram um protesto contra o afastamento do professor de Educação Física Jânio Santos da Silva, que trabalhava há 12 anos na FASC e há 10 na abordagem de rua. Com a saída do professor, acabaram as oficinas de Relaxamento, Expressão Corporal, Futebol e os campeonatos municipais de Futsal. Jânio deu sua versão:

"Sai por uma questão política, pois estava na luta contra a higienização das praças, pela manutenção da concepção de trabalho do Atendimento Social de Rua, Aluno de Educação Física, tenho qualificação em Psicologia Social e, sob o ponto de vista exclusivamente técnico, nada justifica minha saída, mesmo porque, existe um item que fala da necessidade de educador para a evolução do projeto. Tenho cedência do Estado para o Município e estou trabalhando como professor de Educação Física na Escola Estadual Salgado Filho".

*Entrevista feita por Reinaldo e Chinesa*

## DA BAHIA PARA PORTO ALEGRE



...a Bahia para Porto Alegre. O movimento de moradores de rua que surgiu em Porto Alegre em 2005, o Boca de Rua, tem se fortalecido e hoje já conta com mais de 100 integrantes. O movimento luta por melhores condições de vida para os moradores de rua, além de exigir a implementação de políticas públicas que garantam o acesso à moradia, ao trabalho e à saúde.

...o movimento de moradores de rua que surgiu em Porto Alegre em 2005, o Boca de Rua, tem se fortalecido e hoje já conta com mais de 100 integrantes. O movimento luta por melhores condições de vida para os moradores de rua, além de exigir a implementação de políticas públicas que garantam o acesso à moradia, ao trabalho e à saúde.

...o movimento de moradores de rua que surgiu em Porto Alegre em 2005, o Boca de Rua, tem se fortalecido e hoje já conta com mais de 100 integrantes. O movimento luta por melhores condições de vida para os moradores de rua, além de exigir a implementação de políticas públicas que garantam o acesso à moradia, ao trabalho e à saúde.

...o movimento de moradores de rua que surgiu em Porto Alegre em 2005, o Boca de Rua, tem se fortalecido e hoje já conta com mais de 100 integrantes. O movimento luta por melhores condições de vida para os moradores de rua, além de exigir a implementação de políticas públicas que garantam o acesso à moradia, ao trabalho e à saúde.

...o movimento de moradores de rua que surgiu em Porto Alegre em 2005, o Boca de Rua, tem se fortalecido e hoje já conta com mais de 100 integrantes. O movimento luta por melhores condições de vida para os moradores de rua, além de exigir a implementação de políticas públicas que garantam o acesso à moradia, ao trabalho e à saúde.

...o movimento de moradores de rua que surgiu em Porto Alegre em 2005, o Boca de Rua, tem se fortalecido e hoje já conta com mais de 100 integrantes. O movimento luta por melhores condições de vida para os moradores de rua, além de exigir a implementação de políticas públicas que garantam o acesso à moradia, ao trabalho e à saúde.

...o movimento de moradores de rua que surgiu em Porto Alegre em 2005, o Boca de Rua, tem se fortalecido e hoje já conta com mais de 100 integrantes. O movimento luta por melhores condições de vida para os moradores de rua, além de exigir a implementação de políticas públicas que garantam o acesso à moradia, ao trabalho e à saúde.



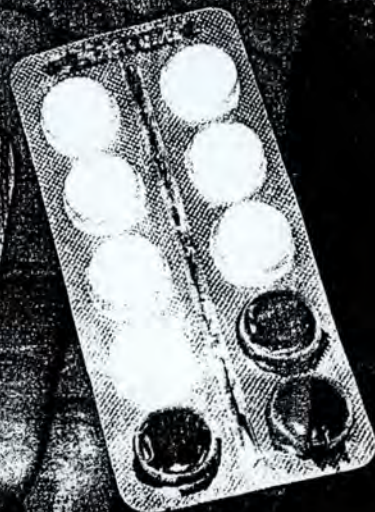
# =BOCA ⇒ RUA=

IMPRESSO

Ano VI, número 25, setembro, outubro e novembro 07 – Preço: R\$ 1,00

Não compre de crianças e adolescentes

Este jornal é vendido por:



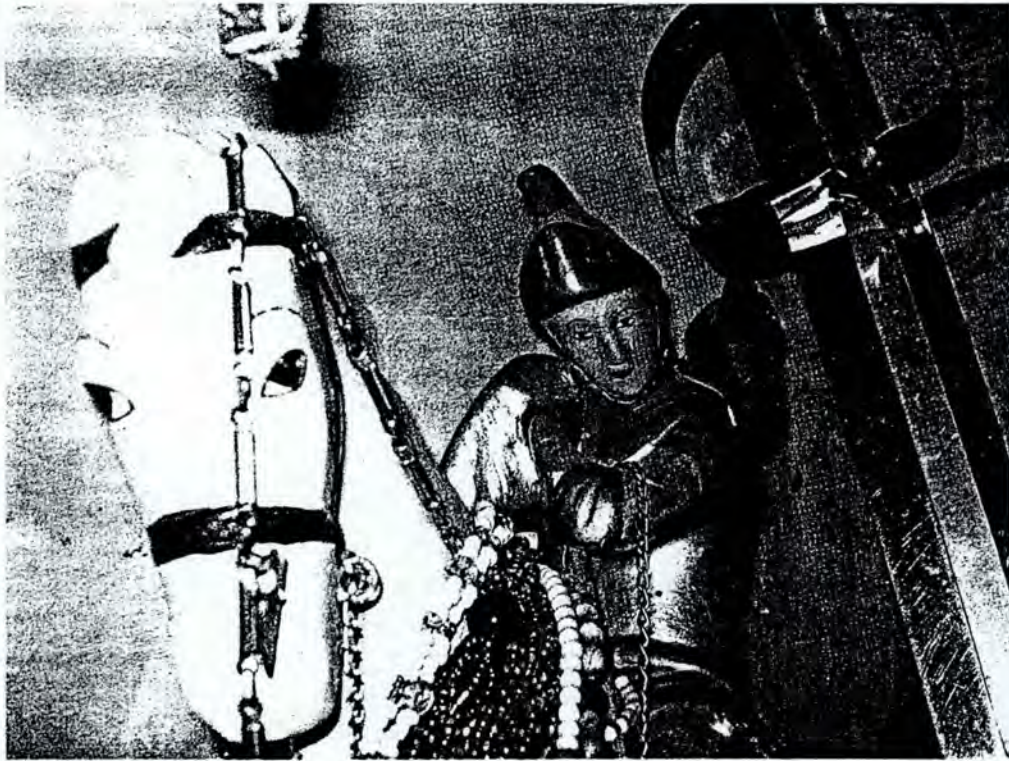
**VOCÊ ACREDITA  
NA CURA  
PELA FÉ?**

BONINHA

**Criança tem história**

Nesta edição, elas mostram a cara do medo e contam lendas urbanas





# QUEM CURA: A RELIGIÃO OU A MEDICINA?

Algumas religiões dizem que uma pessoa pode se curar pela fé, mas ela tem que realmente ter fé. Deus pode até não tirar uma doença mas a religião tira a vontade de morrer. A oração ajuda a pessoa a viver sem fazer muita loucura, a se cuidar.

Mas a religião também pode atrapalhar na cura. Em Moçambique, por exemplo, dizem que a camisinha é coisa do diabo e as pessoas estão morrendo de Aids (veja matéria página 4). No Brasil também algumas religiões são contra a camisinha ou proíbem a transfusão de sangue. Isso pode prejudicar porque uma pessoa tem certa quantidade de sangue no corpo e, se perder - num acidente, por exemplo - precisa adquirir de novo.

A religião faz mal quando explora as pessoas pedindo dinheiro. Tem igreja que os religiosos andam num baita carrão. O dinheiro não ajudou ninguém, só eles. Neste caso pessoas pobres foram usadas. Elas tiveram dois prejuízos: o econômico e o da saúde. Por exemplo: um paciente com câncer podia se tratar e se curar se ele não fosse terminal mas só rezando é quase certo que vai morrer. E ainda pagou por isso.



## DEUS

Eu tinha sofrido um acidente de carro, tinha saído do hospital e estava em uma cadeira de roda. Veio uma kombi para me levar na Igreja Universal. Lá mandaram eu levantar. Disseram que eu estava curada, que Jesus estava perto de mim e tinha dito que eu estava curada. Eu me levantei. Mandaram eu caminhar e eu caminhei. Mandaram eu sentar no banco e depois abraçar ele. Mandaram eu bater o pé e bater palma. Não doía. Eles disseram: "Tu não vai mais andar de cadeira de roda nem nada". Cadeira de roda eu não vi mais na minha frente. (Leonara)

"Eu levei um tiro e não me curaram no hospital. Saí do mesmo jeito. Quem me curou foi Deus. Eu não tenho fé em médico". (Alexsandro)

## DOUTOR

"Se o cara levar uma facada, se perder a perna, quero ver ele ter de volta. Não adianta gritar para Deus. Pode ficar três anos indo a igreja que não vai adiantar". (Paulo)

"A minha senhora morreu de câncer. Não adiantou rezar, não adiantou religião nenhuma". (Antônio)

"Um ex-integrante do Boca de Rua, o Mercedes, tinha Aids e estava com tuberculose. Fui com ele no Saravá e a Mãe de Santo disse que ele estava curado. Ele tomava chás com um monte de ervas. Ele acreditava muito na cura pela reza, por despacho. Não queria tomar medicação: dizia que os remédios eram fortes, que davam enjôo. Naquela época não tinha os coquetéis como agora. Ele acabou morrendo". (Reinaldo)





# DIFERENÇAS ENTRE AS IGREJAS

**O BOCA COLHEU RELATOS DE VÁRIAS RELIGIÕES, PARA MOSTRAR O QUE PREGA CADA UMA**

## IGREJA CATÓLICA

Para o Padre Irineu Aloysio Brand não é rezando ou usando camisinha que se cura HIV. Ele diz que rezando a pessoa muda a cabeça, aprende coisas novas, oxigena as idéias. Quem tem HIV pode encontrar alguma razão para viver, força para assumir a doença e se cuidar tomando os coquetéis. Mas há outras doenças de fundo psicológico como algumas paralisias, problemas de fala, distúrbios nervosos — que não se curam pela medicina tradicional e sim pela oração. Neste caso, a pessoa coloca na cabeça que tem a doença e a reza pode ajudar.

A Igreja Católica diz que não se deve usufruir o sexo pelo sexo, sem compromisso. Por isso é contra o uso da camisinha. Também sempre condenou o aborto porque defende a vida desde a concepção. O padre Irineu diz que o argumento de que a mulher tem direito sobre o seu corpo não é válido neste caso pois ela apenas está emprestando o seu corpo, seu seio, seu ventre para que o novo ser possa nascer e viver.

A transfusão de sangue e a doação de órgãos é diferente. A igreja é a favor das duas e também da homeopatia e dos remédios de ervas. Inclusive existem vários padres que trabalham com medicina natural.

## IGREJA UNIVERSAL

O pastor David Windson da Igreja Universal diz que Deus pode curar inclusive Aids. Uma vez que ele crê, pode ser curado. Garante que já aconteceu. Ele diz que tem registros em todo o Brasil, em todo o mundo mas são em forma testemunhos inclusi-

ve no jornal Folha Universal. Só que ele diz também que, se a pessoa tem acompanhamento médico, é necessário continuar.

Para a Igreja Universal, as doenças e qualquer tipo de problemas que vêm até a pessoa são obras do diabo, obras do encosto, obras do mal. Porque o mal entra na vida das pessoas, o objetivo dele é este. O ser humano que não têm a proteção de Deus, se torna uma vítima das obras malignas. E só o senhor Jesus pode libertá-lo.

O pastor afirma que os cristãos da sua Igreja se preocupam em dar a solução para as pessoas, independente de quem está com problema. Se ela vem e quer um milagre, então ela recebe um milagre. Ele diz que é bom que a pessoa vá nas sessões de descarrego para se libertar de todas as enfermidades que existem na vida dela. Não quis responder se a Igreja Universal aceita a camisinha.

## TESTEMUNHAS DE JEOVÁ

As Testemunhas de Jeová não acreditam na cura pela fé, pois Deus Jeová criou o homem com cérebro, capaz de pesquisar tantas coisas, inclusive o corpo humano, para torná-lo mais saudável. João Alberto de Oliveira, integrante das Testemunhas de Jeová há 40 anos, explica que as Testemunhas de Jeová entendem que houveram dons de cura somente quando o cristianismo estava na sua infância. O fato de haver uma cura pela fé não é necessariamente aprovado por Deus. Tem algumas religiões que fazem essas curas pela fé, dizendo que Deus é um monte de coisas.

As Testemunhas de Jeová acreditam na medicina tradicional e aceitam o uso de métodos anticoncepcionais, mas são totalmente contra o aborto. Para eles, o sexo

faz parte do prazer da vida, não serve só para procriação. O que eles também não aceitam é a transfusão de sangue, porque na Bíblia diz que o sangue é sagrado e não pode ser tomado. Eles acreditam que o sangue, caso uma pessoa perca muito em um acidente, pode ser substituído por algum líquido como soro ou solução salina.

Por ser uma religião baseada na Bíblia, as Testemunhas de Jeová não aceitam transfusão. Mas amam a vida e fazem tudo que é possível para a prolongar.

## UMBANDA

A religião Umbanda vem dos africanos. Depois é que os brancos aderiram também. Se tu vai em uma casa de religião, tu vê mais branco do que negro, mas antigamente era muito difícil de ver brancos.

A Umbanda não tem posição ofi-

cial sobre casos polêmicos como o aborto e o uso de pílula anti-concepcional. Ela respeita o livre-arbítrio das pessoas. Cada um tem sua escolha e sabe o que faz.

Vera Lúcia do Nascimento, a Vera Pretinha, 58 anos, mãe-de-santo da religião Umbanda diz: "através da minha fé, minha religião é muito boa. Tudo o que tu pede numa religião, seja qual religião for, tu tem que pedir com fé. Se pedir sem fé, não adianta".

Para Vera Pretinha, as pessoas têm que discernir medicina e religião. Como exemplo, temos a contaminação pelo vírus HIV, porque a partir do momento em que a pessoa é infectada, não existe religião que cure. Vera diz que o máximo que a umbanda pode fazer é mexer sem fé, não adianta. Por isso o melhor remédio é a prevenção, o uso da camisinha.

Segundo a mãe-de-santo, em alguns casos a religião pode amenizar certos tipos de doenças, quando é coisa feita. Por exemplo, às vezes tu tá gritando numa cama e chega a pensar que é doença para médico. Vai no médico e o médico diz que não é nada. Pode até ter sido uma coisa feita. Nessa hora entra a religião, os espíritos: as entidades chegam e esclarecem o que a pessoa tem.

Na Umbanda, são os espíritos que incorporam nas pessoas e dizem o atendimento, o que ela deve fazer. A maior parte das consultas são feitas com ervas de chás, que as pessoas tomam para se exorcizar das doenças.

Dentro do terreiro de umbanda, existem algumas imagens características que correspondem aos santos da igreja católica transportados para a religião africana, como o Preto Velho, Ogum (São Jorge), Oxalá (Menino Jesus de Praga), Cosme e Damião, as crianças.

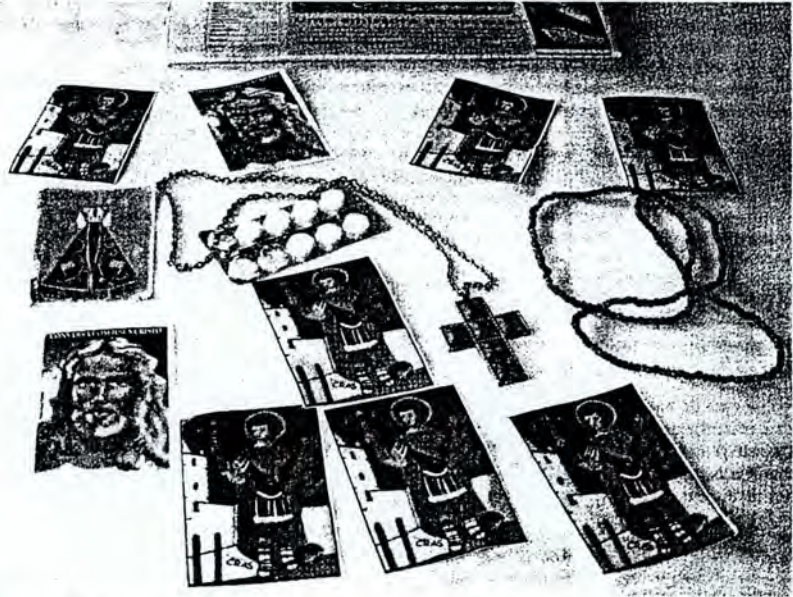


Foto: Boca de Rua/Agência A3

## OS DOIS

"Eu estava grávida quando precisel fiz um enxerto no pé. Logo que o nenê nasceu fizeram o primeiro enxerto com a pele da placenta. Rejeitou. Depois tiraram pele da minha coxa e fizeram o segundo enxerto. Pegou um pedaço mas outro pedaço rejeitou. Os médicos disseram que era preciso amputar o meu pé. Eu disse que não ia amputar, que tinha fé e que acreditava que podia me curar. Saí do hospital, andei de cadeira de roda, de muleta e aos pouquinhos comecei a caminhar. Rezei bastante. Acho que a Medicina me ajudou um pouco e o outro pouquinho foi Deus". (Michele)

"Eu já me curei pela fé de sífilis e gonorréia mas o remédio também ajuda. Uma vez tomei dois tiros num Grenal. Fiquei 13 dias no HPS e quatro dias no Hospital Parque Belém. Um mês de muleta. Depois voltei para o HPS

por um mês e meio. Um dia chegou um pastor da igreja Universal do Reino de Deus, botou a mão na minha cabeça e me disse para rezar, que eu ia me curar. Quando as enfermeiras chegaram para eu tomar banho, me disseram para pegar as muletas. Eu falei: 'Não quero nada. Eu vou sozinho'. Firmei os braços e fui sozinho. Um pouco foi a fé, outro pouco foram os médicos. Eles não são Jesus mas estão ali para ajudar". (Roberto)

"Sou batuqueiro. Andei de cadeira de rodas durante oito anos e quem me ajudou foi Deus. Mas será que Deus cura feitiço? Conheço um cara que a sogra botou feitiço. Ele bateu na mulher quando ela estava grávida e o nenê morreu. A sogra queria ser vó e fez um feitiço para castigar o meu amigo. Ele está com o corpo cheio de ferida e nada adianta. Nem reza". (Dom)



"DEPOIS QUE O VÍRUS CAIU, MINHA FILHA, NÃO TEM QUEM TIRE. QUEM DISSER QUE TIRA TÁ MENTINDO." (VERA PRETINHA)